



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUÃ PEDRO ROCHA CARVALHO

**O HAITI E A BAHIA: AS REPRESENTAÇÕES DA PRIMEIRA NAÇÃO NEGRA DA
AMÉRICA NOS JORNAIS BAIANOS DO SÉCULO XIX (1831-1853)**

Salvador

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**

LUÃ PEDRO ROCHA CARVALHO

**O HAITI E A BAHIA: AS REPRESENTAÇÕES DA PRIMEIRA NAÇÃO NEGRA DA
AMÉRICA NOS JORNAIS BAIANOS DO SÉCULO XIX (1831-1853)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof. Dr^a Iacy Maia Mata

Salvador

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C331 Carvalho, Luã Pedro Rocha
O Haiti e a Bahia: as representações da primeira nação negra da América nos jornais baianos do século XIX (1831-1853) / Luã Pedro Rocha Carvalho. – 2021.
120 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iacy Maia Mata

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

1. Haiti – História – Revolução, 1791-1804. 2. Jornais – Bahia – Séc. 1844-1853.
3. Escravidão - Haiti. I. Mata, Iacy Maia. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 972.94

LUÃ PEDRO ROCHA CARVALHO

O HAITI E A BAHIA: AS REPRESENTAÇÕES DA PRIMEIRA NAÇÃO NEGRA DA AMÉRICA NOS JORNAIS BAIANOS DO SÉCULO XIX (1831-1853)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof. Dr^a Iacy Maia Mata

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Iacy Maia Mata (Orientadora)

Prof. Dr. Alain El Youssef

Prof. Dra. Luciana Da Cruz Brito



ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Luã Pedro Rocha Carvalho	218122077	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO " O Haiti e a Bahia: as representações da primeira nação negra da América nos jornais baianos do século XIX (1831-1853)"		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Iacy Maia Mata - (UFBA - orientadora)		668.667.235-15
Alain El Youssef (USP)		320.997.758-50
Luciana da Cruz Brito (UFRB)		921908805-30

ATA

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, em ambiente virtual, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final intitulado "O Haiti e a Bahia: as representações da primeira nação negra da América nos jornais baianos do século XIX (1831-1853)", elaborado por **Luã Pedro Rocha Carvalho**, matrícula 2019108272, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social. Após a abertura da sessão, a professora Iacy Maia Mata, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores, o professor Alain El Youssef, da Universidade de São Paulo, e a professora Luciana da Cruz Brito, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela **APROVAÇÃO** do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A Banca considera que o trabalho é original, relevante, com um bom diálogo com a bibliografia e com a análise de fontes e sugere que o discente dê continuidade à pesquisa desenvolvendo um projeto para o doutorado.

SSA, 01/07/2021, Assinatura do aluno:

SSA, 01/07/2021, Assinatura da orientadora:



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que os professores doutores Iacy Maia Mata (UFBA - orientadora), Alain El Youssef, da Universidade de São Paulo, e Luciana da Cruz Brito, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, participaram da banca de defesa de mestrado do discente Luã Pedro Rocha Carvalho, número de matrícula 2019108272, e dissertação intitulada: "O Haiti e a Bahia: as representações da primeira nação negra da América nos jornais baianos do século XIX (1831-1853)". A defesa aconteceu, em ambiente remoto, às 14:30h do dia 11 de agosto de 2021.

Salvador, 11 de agosto de 2021

Prof^ª. Dr^ª. Gabriela dos Reis Sampaio
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Universidade Federal da Bahia – UFBA

AGRADECIMENTOS

Durante a caminhada que me trouxe até aqui tenho muito a agradecer às pessoas ao meu redor. Em primeiro lugar à minha família que, sempre presente em todos os momentos da minha vida, me sustentou com todo amor e carinho, especialmente minha mãe, Maria Olinívia, mulher batalhadora e companheira de todas as horas. Aos meus amigos e à minha namorada, disponíveis para me ouvir, me ler e me guiar nas trajetórias além da academia. Nossos caminhos estarão sempre cruzados. Amo todos vocês, obrigado.

Sou grato pelos orientadores que me auxiliaram desde o início da graduação. Inicialmente ao professor Milton Moura que, sempre atencioso e paciente, me apresentou às fontes jornalísticas e hoje é para mim um exemplo admirado de ser humano. Aos ensinamentos da professora Wlamyra Albuquerque que, mesmo em pouco tempo, me ajudou abundantemente. Por fim, sou muito grato à professora Iacy Mata que me instruiu antes e durante o mestrado, me guiando com muito cuidado e atenção por essa caminhada de aprendizado. Agradeço também aos professores Luciana Brito e Alain Youssef pelas valiosas dicas que me deram, tanto em relação à bibliografia quanto aos caminhos a serem traçados.

Finalmente, agradeço a oportunidade de poder desenvolver essa dissertação em conjunto com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Diante do desmonte sofrido pelas universidades públicas e pelos centros de pesquisa, me resta o desejo de contribuir de alguma forma com o meu trabalho. Espero que através desse estudo seja possível enxergar o presente através do passado para, assim, mirar no futuro.

RESUMO

Na pesquisa desenvolvida neste trabalho, buscou-se compreender como as retóricas envolvendo o Haiti eram utilizadas nos jornais baianos entre 1831 e 1853. Os periódicos não eram uníssonos, porém puderam rememorar a Revolução Haitiana e suas consequências em diferentes ocasiões e com distintos interesses. Esta dissertação almeja esclarecer o desenrolar dos acontecimentos que resultaram no nascimento da primeira nação negra da América para, com o entendimento das conexões transnacionais, perceber como a apropriação das narrativas envolvendo o Haiti poderia favorecer às retóricas dos jornais baianos. Dessa forma, para uma averiguação mais cautelosa, o recorte temporal foi dividido em dois. Em um primeiro momento, investigamos os periódicos durante o período regencial e, posteriormente, os anos entre 1844 e 1853, especialmente em razão dos debates sobre o tráfico transatlântico, a escravidão e o republicanismo.

Palavras-chave: Bahia; Haiti; Raça; Jornal; Escravidão.

ABSTRACT

Through the research developed in this paper, we sought to understand how the rhetoric involving Haiti was used in Bahia newspapers between 1831 and 1853. The periodicals were not unison, but were able to recall the Haitian Revolution and its consequences on different occasions and with different interests. This dissertation aims to clarify the course of events that resulted in the birth of the first black nation in the Americas, in order to understand the transnational connections and how the appropriation of narratives involving Haiti could favor the rhetoric of Bahia's newspapers. Thus, for a more careful investigation, the time frame was divided in two. In a first moment investigating the periodicals during the regency period and, afterwards, the years between 1844 and 1853, especially due to the debates on the transatlantic traffic, slavery and republicanism.

Keywords: Bahia; Haiti; Race; Newspaper; Slavery.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – A Revolução Haitiana e as conexões transnacionais	22
1.1 – Uma breve descrição da Revolução Haitiana	24
1.2 - Conexões transnacionais	38
1.3 - Estados Unidos	42
1.4 – Cuba.....	47
1.5 – Brasil.....	50
CAPÍTULO 2 – As representações do Haiti nos jornais baianos do período regencial.....	56
2.1 – Hierarquia racial em uma instituição liberal.....	60
2.2 – Revolta dos Malês e a Sabinada.....	67
2.3 - A sociedade gregoriana e as conexões do haitianismo.....	72
2.4 – O caráter político das acusações haitianistas	80
CAPÍTULO 3 – O Haiti nos debates sobre a escravidão e a república nos periódicos baianos de 1844-1853.....	88
3.1 – O Haiti e o tráfico transatlântico nos jornais baianos	91
3.2 – O Haiti e o mau exemplo republicano	108
3.3 – <i>O Constitucional</i> em 1853	111
Considerações Finais	116

INTRODUÇÃO

Às vésperas da Revolução na França, iniciada em 1789, a sua mais próspera colônia representava dois terços do seu comércio exterior. A ilha de São Domingos, como era conhecida a colônia francesa antes da Revolução que culminou no nascimento do Haiti, era a maior exportadora de todas as Índias Ocidentais. A riqueza gerada pelas exportações advinha em grande medida das plantações de cana de açúcar, cuja produção dependia da mão de obra dos quase 500 mil homens e mulheres coagidos a um regime cruel de escravidão. Esses escravizados resistiram e lutaram por muitos anos, porém, somente no final do século XVIII, a instabilidade na França, somada às disputas entre as potências europeias pelas Antilhas, tornaram o cenário propício para a eclosão de lutas abertas contra a escravidão.¹

Dois anos após a Tomada da Bastilha, eclodiu em São Domingos uma rebelião escrava de grandes proporções almejando a destruição dos seus alçozes: o homem branco e as *plantations*. Para a massa revoltada, a maior possibilidade de encontrar a liberdade poderia residir em duas ações: o assassinato dos senhores, por vezes vingando-se com os mesmos requintes das crueldades escravocratas, e a queima das plantações que os acorrentavam.² Iniciava-se a longa batalha que resultaria na abolição da escravidão, na independência e na formação do Haiti.

A colônia, palco da revolução escrava vitoriosa, guardava pelo menos uma importante semelhança com a Bahia da primeira metade do século XIX: ambas possuíam uma economia de *plantation* baseada na cruel escravidão racial.³ As duas regiões formaram sociedades, ainda que definitivamente distintas, altamente racializadas - não por acaso a Revolução de São Domingos seria evocada em diferentes conjunturas por aqui. Entendemos como racializada uma sociedade que possui a categoria “raça” como constituinte das suas relações. No Novo Mundo, essa categoria é definidora em todas as colônias e nações escravistas.⁴ O conceito de racialização é utilizado para exprimir um discurso inseparável do seu contexto que está constantemente em construção. Então, a partir dele, questiona-se como e por que se

¹ C.L.R James, *Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*, São Paulo: Boitempo, 2000, pp. 15-70.

² James, *Os Jacobinos negros*, pp. 15-70.

³ Hebe Maria Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, pp. 10-22.

⁴ Wlamyra Ribeiro Albuquerque, *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 31-44.

fundamentaram as hierarquias raciais.⁵ Para Rebeca Scott, toda a referência sobre o Haiti era uma “velada referência à raça”.⁶ Na Bahia oitocentista, por exemplo, as menções ao processo revolucionário em São Domingos carregavam consigo a questão racial, seja evocando a ameaça da revolta dos escravizados, seja referindo-se à condição e reivindicações de negros e mulatos livres, logo, eram politicamente racializadas.

Portanto, partindo do entendimento de racialização, perceber o impacto do conceito de “raça”⁷ é essencial para melhor visualizarmos a construção do Haiti, a Bahia imperial e o impacto de um sobre o outro. A fluidez do termo “raça”⁸ prova, segundo Francisco Bethencourt, “que a sua classificação reflete o contexto histórico, em vez de defini-lo”.⁹ No século XIX, esse conceito, concomitantemente à racialização da justificativa da escravidão americana, está relacionado com as contradições entre os direitos universalizantes de cidadania e a abolição gradual do sistema escravista. Dessa forma, acentuaram-se através de mecanismos racistas, até pelo menos meados do dezenove, as limitações de direitos civis aos não brancos livres e as restrições de liberdade das populações escravizadas.¹⁰

O racismo, prática que deriva da hierarquização e diferenciação a partir do conceito de raça, atribui a determinados grupos étnicos características físicas e/ou mentais, teoricamente hereditárias, para inferiorizá-los e justificar a discriminação, a dominação e a violência. Bethencourt trabalha a hipótese do racismo ter sido motivado por projetos políticos ao longo da história, além disso, ele nega que sua prática tenha sido precedida pelas teorias das raças.¹¹

⁵Albuquerque, *O Jogo da Dissimulação*, pp. 31-44.

⁶Rebecca Scott, *Grados de libertad: Cuba y Luisiana después de la esclavitud*, La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006, pp. 230.

⁷A questão racial assume condições específicas no seu tempo e lugar, em vista disso, “raça” perpassou as relações sociais das Américas de maneira diversa. Na Europa as identidades coletivas apenas começaram a se cristalizar com o início do fluxo de navegação rumo às Américas e somente no século XVIII a divisão racial foi mais bem delimitada pelos aspectos físicos, sem se reduzir apenas à cor da pele. Essas divisões ultrapassam a ideia de pertencimento anteriormente atribuída a uma árvore genealógica do indivíduo e se consolidam no campo biológico. O nascimento em uma dada região condicionava necessariamente determinadas características ao indivíduo. Para ele, essa divisão abarca uma solidariedade biológica e determinista entre aqueles pertencentes à mesma raça. Contudo, o que assemelha um indivíduo ao seu grupo é também o que o diferencia e marginaliza em relação aos demais. Ver em João Filipe Marques, “O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo” in A. G. Mesquitela Lima, *Ethnologia: Racismo e Xenofobia*, 3-4, maio/outubro 1995, p. 39-57.

⁸A utilização do termo “raça” é deveras antiga. Ele tem diferentes significados através de espaços temporais múltiplos. Mesmo em uma classificação mais moderna, o conceito se mostra dinâmico e fluido por entre as novas roupagens com categorias raciais mais biologizantes, formadas a partir de utilizações preestabelecidas. Essas utilizações têm sua origem em formação, segundo João Filipe Marques (1995, p. 39-57), durante a Idade Média. Até cerca de meados do século XVI, “raça” possuía um sentido de pertencimento a uma linhagem. O reconhecimento identitário com seu próprio grupo, concomitante ao estranhamento em relação ao outro, constituía a ideia de raça. Essa noção de pertencimento/diferenciação estava ligada diretamente à árvore genealógica do indivíduo.

⁹Francisco Bethencourt, *Racismos: Das Cruzadas ao século XX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 14.

¹⁰Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, pp. 10-22.

¹¹Bethencourt, *Racismos*, pp. 6-19.

Na minha perspectiva, a classificação não antecede a ação. Embora reconheça o impacto crítico da estrutura científica veiculada pela teoria das raças, o preconceito em relação à ascendência étnica combinado com a ação discriminatória sempre existiu em diversos períodos da história. Os conceitos de sangue e de ascendência já desempenhavam um papel central nas formas medievais de identificação coletiva, ao passo que o moderno antagonismo étnico e racial foi, em grande medida, inspirado nos conflitos religiosos tradicionais¹²

Durante os séculos XVIII e XIX foram formuladas, em especial na Europa e nos Estados Unidos, classificações raciais pretensamente científicas com a finalidade de conectar todos os povos do mundo hierarquicamente. Logo, apesar da existência do ato antes da nomenclatura, a difusão de teorias raciais contribuiu na formação das sociedades coloniais escravistas, antes, durante e após as independências, fortalecendo práticas racistas.¹³

No caso de São Domingos, regulamentos almejavam, pelo menos desde o século XVII, controlar as relações e posições sociais da população negra em geral.¹⁴ As políticas de segregação modificaram-se, porém mantiveram-se durante o século XVIII. O enriquecimento de uma parte da população não branca, principalmente os mulatos,¹⁵ não foi suficiente para deslegitimar as hierarquias raciais que apontavam o branco como superior. Os colonos brancos eram judicialmente favorecidos em São Domingos por causa da sua ancestralidade europeia. As práticas racistas estavam presentes, com a aparência de naturais e permanentes, no cotidiano e nas instituições coloniais. As hierarquias raciais, vistas pela maioria dos brancos como o caminho para a sobrevivência de São Domingos, apresentavam contradições alarmantes expressas nas tensões conflitantes entre os diversos grupos.¹⁶

Estudos pseudocientíficos como o de Médéric Louis Élie Moreau de Saint-Méry¹⁷ contribuía para reforçar os demarcadores raciais presentes na própria lei colonial. Os proprietários mulatos estavam insatisfeitos com essa situação que perdurou antes e durante o século XVIII. Eles desejavam equiparar-se juridicamente aos brancos da ilha sem, com isso, alterar a escravidão ou o colonialismo. No final do dezoito, os ideais iluministas pautados nos

¹² Bethencourt, *Racismos*, pp. 8-9.

¹³ Bethencourt, *Racismos*, pp. 6-19.

¹⁴ O código Negro, por exemplo, estipulou em 1685 leis que regulamentavam as vidas dos africanos e afrodescendentes, escravizados ou libertos. Ver em Leticia Gregorio Canelas, “Escravidão e liberdade no Caribe Francês: A alforria na Martinica sob uma perspectiva de gênero, raça e classe (1830-1848)”, Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017, p. 45.

¹⁵ Termo utilizado, assim como “gente de cor”, para se referir aos negros descendentes de europeu.

¹⁶ Laurent Dubois, *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*, Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2004, pp. 60-71.

¹⁷ Um trabalho clássico sobre as classificações raciais em São Domingos é o de Médéric Louis Élie Moreau de Saint-Méry. Nascido em Martinica, o jurista proprietário de escravizados, classificado como mulato, definiu 13 combinações a partir de 128 partes de branco ou negro que havia em cada um. Para ele, quanto mais próximo da pureza branca melhor. Através do estudo com pretensões científicas, *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue*, Moreau de Saint-Méry almejava justificar a escravidão e garantir direitos políticos aos “homens de cor” mais embranquecidos. Ver em: Marco Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista: O que não deve ser dito*, Jundiaí: Paco Editorial, 2017, pp. 115-123.

direitos universais do homem, negando o acesso às mulheres, eram utilizados para justificar a igualdade entre todos do sexo masculino independente da raça. Em São Domingos, contudo, os colonos¹⁸ brancos permaneceram intransigentes e se negaram a ceder esses direitos até onde foi possível.¹⁹

Apontar a discussão sobre as consequências da tensão entre os escravizados, os negros livres e os brancos é indispensável para o entendimento do processo revolucionário haitiano. Até aqui, destacamos a relevância das hierarquias raciais nas relações sociais da antiga colônia francesa. Essa tensão, causada em grande medida pela legalmente permitida intransigência dos colonos brancos, gerou mais instabilidade durante a Revolução e por conseguinte influenciou o nascimento da primeira nação negra das Américas.

Na América Portuguesa, por sua vez, as restrições do estatuto de pureza de sangue, que beneficiavam apenas os cristãos velhos,²⁰ foram revogadas em 1776 pelo Marquês de Pombal em prol dos cristãos novos,²¹ excluindo unicamente os descendentes de africanos de adquirirem esses direitos. Somente na Constituição de 1824, logo após a independência do Brasil, foram definidos os direitos do cidadão brasileiro. Marcadamente liberal, a Constituição garantia para todos os nascidos no Brasil que não estivessem sendo legalmente escravizados a condição de cidadão.²² A cidadania era diferenciada apenas em vista das posses, com exceção dos libertos,²³ exigindo um mínimo para votar e outro tanto a mais para ser votado. No entanto, se a noção de raça, ou mesmo qualquer menção, não estava presente nas demarcações de cidadania constitucional, ela prosseguia regendo as relações nas províncias do Brasil. Para Hebe Mattos:²⁴

A manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo pleno dos direitos civis e políticos aos libertos tornavam o que hoje identificamos como “discriminação racial” uma questão crucial na vida de amplas camadas das populações urbanas e rurais do período. Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição, os brasileiros não brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade.²⁵

Dito isso, nota-se que embora o Brasil justificasse a legalidade da escravização da mão de obra primeiramente por meio do direito à propriedade, isso não significou que o racismo não estivesse presente nas relações em geral, muito pelo contrário.²⁶ Apesar da importação dos

¹⁸ Residentes de São Domingos.

¹⁹ James, *Os Jacobinos negros*, pp. 15-70.

²⁰ Família de católicos batizados há mais de três gerações.

²¹ Recém batizado.

²² Constituição política do Império do Brasil, 25 de março de 1824, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

²³ Grupo de pessoas nascidas na condição de escravizados, mas que alcançaram a liberdade de alguma maneira. Os libertos poderiam ser considerados cidadãos, contudo não poderiam votar independente da renda.

²⁴ Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, pp. 11-14

²⁵ Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, pp. 12-13.

²⁶ Albuquerque, *O Jogo da Dissimulação*, pp. 31-44.

entendimentos sobre raça terem adquirido no Brasil suas peculiaridades,²⁷ segundo Mattos, a construção social da noção de raça foi especialmente problemática no país.²⁸ Com a decisão da emancipação de Portugal, abriu-se uma complexa teia de identidades e classificações. Através desse processo, contrastando especialmente entre o português e o africano, originou-se o “brasileiro”. Na década de 1780 a população parda livre²⁹ do Brasil representava quase um terço do total, enquanto nas regiões dos Estados Unidos e Caribe esse mesmo grupo estava em apenas 5%.³⁰ Nos últimos anos como colônia, a América Portuguesa somava uma população de três milhões e meio de pessoas, dos quais 40% eram escravizados, 6% indígenas aldeados e o restante classificado como metade branco e metade pardo. De qualquer maneira, desde pelo menos a Revolta dos Alfaiates em 1798, a igualdade entre pardos e brancos já despontava como uma das principais reivindicações.³¹

A Bahia no pós-independência, particularmente, concentrava grande população de escravizados, libertos e livres de cor. O censo de 1808 em Salvador e em treze freguesias rurais da Bahia, excluindo o sul da província, Cachoeira e Santo Amaro, apontou que havia 93.115 escravizados e 156.199 pessoas livres. Entre a porcentagem de 62,7% de livres ou alforriados, pouco mais de 50 mil eram brancos, enquanto 104.285 eram negros ou mulatos. Em estimativa de João José Reis, a cidade de Salvador possuía em 1835 uma quantidade de 27.500 escravizados, representando 42% da população, a outra fatia de 58% eram os 38.800 livres e libertos, totalizando 65.500 habitantes.³²

²⁷ Lilia Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 12-22.

²⁸ Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, pp. 11.

²⁹ “Durante todo o período colonial, e mesmo até bem avançado o século XIX, os termos “negro” e “preto” foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos, “preto” foi sinônimo de africano, e os índios escravizados eram chamados de “negros da terra”. “Pardo” foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de “preto” ou de “crioulo”, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. A emergência de uma população livre de ascendência africana — não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo — consolidou a categoria “pardo livre” como condição linguística necessária para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava. Ou seja, a expressão “pardo livre” sinalizará para a ascendência escrava africana, assim como a designação “cristão novo” antes sinalizara para a ascendência judaica. Era, assim, condição de diferenciação em relação à população escrava e liberta, e também de discriminação em relação à população branca; era a própria expressão da mancha de sangue”. Ver em: Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, pp. 10-11.

³⁰ Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, pp. 10-11.

³¹ Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, pp. 11-12.

³² João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*, Brasiliense, 1986, pp. 14-17.

Entre esses escravizados, pouco mais de 10 mil eram nascidos no território brasileiro, constituindo-se como minoria em relação aos mais de 17 mil africanos.³³ A razão para a escravatura na Bahia ter sido majoritariamente estrangeira era a intensidade do tráfico transatlântico. Entre 1815 e 1830 o Porto da Bahia recebeu uma média de 7 mil cativos por ano, tendo seu pico em 1829 com 12.808 africanos desembarcados e caiu para 6.425 no ano seguinte. Dessa forma, nos anos seguintes, especialmente por causa da lei contra o tráfico de 1831, o número de traficados estagnou.³⁴ Não obstante, a quantidade de pessoas ilegalmente transportadas do continente africano para a Bahia voltou a se expandir após 1835. Com isso, a média anual da década de 1840 foi de mais de 5 mil escravizados, mesmo com a proibição do tráfico. A segunda metade desse decênio foi a mais intensa, alcançando 11.769 desembarcados em 1847 e 9.102 em 1850, ano da lei Eusébio de Queiroz. A partir de então, o tráfico transatlântico foi suprimido mais efetivamente, com apenas 785 africanos ilegalmente transportados em 1851.³⁵

A maior abundância de escravizados estrangeiros é outra semelhança com a São Domingos pré-revolucionária. Na década de 1780 a ilha recebeu entre 30 e 40 mil africanos por ano. O pico ocorreu em 1790, após o estopim da Revolução Francesa, com quase 48 mil escravizados desembarcados. Não é possível concluir quantas pessoas vindas do continente africano desembarcaram na colônia francesa, contudo estima-se entre 850 mil e um milhão de homens e mulheres. O fato é que no final do século XVIII mais da metade dos escravizados eram nascidos em África.³⁶

Dito isso, não é de se surpreender que a “anarquia” ocorrida no Haiti pudesse ser rememorada na luta contra o tráfico transatlântico. O desconforto com o aumento de escravizados e libertos no território brasileiro, presente em alguns setores da sociedade baiana especialmente preocupados com sublevações violentas, pôde ser exprimido nos embargos às liberdades e direitos de cidadania dos africanos e seus descendentes.³⁷

Debates sobre o tráfico, a escravidão e a condição legal dos livres e libertos de cor podem ser encontrados nos periódicos baianos por boa parte do século XIX. Durante alguns momentos desse período, especificamente entre 1831 e 1853, a imprensa da Bahia, em sua diversidade de interesses, recorreu à experiência do Haiti como ferramenta da sua retórica.

³³ Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, pp. 14-17.

³⁴ Katia M. de Queirós Mattoso, *Ser escravo no Brasil: Séculos XVI - XIX*, Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017, pp. 83-86.

³⁵ Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, pp. 83-86.

³⁶ Dubois, *Avengers of the New World*, pp. 41.

³⁷ Luciana da Cruz Brito, “Sob o rigor da lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841)”, Dissertação (História Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, pp. 11-14.

Como boas perguntas podem valer mais do que respostas, surge imediatamente uma primeira questão: o que o Haiti pode nos revelar sobre essa Bahia da primeira metade do século XIX?

A elite letrada baiana, grupo minoritário em relação à população preeminente analfabeta, utilizava de ferramentas escritas para veicular notícias, manter redes de sociabilidade e expor posicionamentos políticos. Os jornais, principal fonte primária que iremos utilizar, iniciaram sua impressão legal no Brasil colônia em 1808, visto que antes disso era terminantemente proibido aos habitantes da América Portuguesa efetuar publicações. Não quer dizer, com isso, que a opinião pública surgiu no Brasil paralelamente ao primeiro jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.³⁸ A ideia de “esfera pública” é explanada profundamente pelo filósofo alemão Jürgen Habermas. Para ele, as noções de “público” e “privado” constituem-se judicialmente com a formação do Estado moderno, logo, a “esfera pública” é uma categoria histórica onde questões públicas são debatidas por personagens públicos e privados. Dessa forma, uma pessoa só faria parte da “esfera pública” se fosse possuidor da “opinião pública”.³⁹

As Américas Portuguesa e Espanhola têm seu momento crucial de formação da “opinião pública” a partir de 1820 com as revoluções constitucionalistas na península ibérica. O posicionamento marcadamente liberal das elites letradas, definindo limites aos direitos universais e opondo-se tanto ao absolutismo quanto às revoluções, foi uma novidade no Brasil pós-independência. Contudo, o conceito de “esfera pública” proposto por Habermas não é suficiente, segundo Marco Morel, para compreender este momento das nações Ibero-americanas.⁴⁰

O florescimento dessa opinião pública se situa no marco das transformações pelas quais os espaços públicos daquelas sociedades que, como o Brasil, viveram um paradoxo: eles queriam constituir nações inspiradas nos valores modernos do liberalismo, mas eles permaneceram híbridos, baseados em relações arcaicas.⁴¹

Nas duas décadas seguintes, o Brasil, em especial a capital Rio de Janeiro, foi modificando a configuração do seu “espaço público” de uma comunicação típica do Antigo Regime, com gazetas, cartazes espalhados nas ruas, leituras e proclamações em voz alta, para uma maior importância das leituras privadas a partir dos debates originados na imprensa, nem sempre sob o poder estatal. Com isso, as duas formas de comunicação se entrelaçaram e constituíram os “espaços públicos” da primeira metade do XIX. Dessa maneira, a “opinião

³⁸ Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, pp. 9-19.

³⁹ Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, pp. 37-87.

⁴⁰ Morel, “La génesis de la opinion pública moderna y el proceso de independencia”, pp. 194-206.

⁴¹ Morel, “La génesis de la opinion pública moderna y el proceso de independencia”, pp. 206.

pública” ganha caráter de legitimidade política, com a preocupação primeira de distinguir essa opinião das atitudes revolucionárias.⁴²

É deveras importante ressaltar, a despeito das restrições de leitura, o alcance relativamente vasto das notícias veiculadas pelos periódicos brasileiros. Por todo o século XIX, as leituras em voz alta nos locais públicos proporcionavam o acesso à informação aos mais diversos ouvintes de diferentes camadas sociais.⁴³ Portanto, os jornais configuravam-se como ferramenta de compreensão do que era dito e discutido cotidianamente, alcançando uma diversidade maior do que os grupos dirigentes.

Esse conceito de “opinião pública” pode guiar o entendimento sobre como eram reproduzidas as notícias sobre o Haiti em alguns jornais baianos. Nesse primeiro momento de censura mais rígida por parte da coroa portuguesa até 1822, as informações veiculadas perpetuavam percepções muito parecidas e consonantes ao interesse Real.⁴⁴ Em geral, essas percepções buscavam demonstrar as ruínas do Haiti juntamente com a cisão da ilha pelas disputas de poder, assim, almejando destacar o fracasso da experiência haitiana.

Um exemplo pode ser o primeiro jornal impresso na Bahia, *Idade D’Ouro do Brazil*. Logo em 1811, ano de sua fundação, ele publica uma suposta carta em que detalha a precariedade cada vez maior pela qual o Haiti estava passando, destacando a disputa de poder entre André Rigaud e Alexandre Pétion pelo sul da ilha.⁴⁵ Os desdobramentos dessa disputa continuaram a ser noticiados na edição seguinte.⁴⁶ Posteriormente, em abril de 1812, o mesmo jornal escreve um artigo sobre a intervenção direta do governo haitiano em uma revolta ocorrida na ilha de Martinica. De acordo com o *Idade D’Ouro*, o líder da revolta, Moliere, estava ligado à nova nação do Haiti, destarte, transparece sua opinião em relação ao problema gerado pelos “fanáticos da liberdade” e não ameniza as críticas ao Haiti e às consequências da sua Revolução.

Destas notícias é fácil conjeturar, que os pretos de S. Domingos estendem até onde podem a sua influência revolucionária; mas o trágico fim de Moliere é uma lição eloquente, que deve ensinar aos fanáticos da liberdade a moderar os seus furiosos transportes, e a preferir uma sujeição pacífica a uma licença tumultuosa.⁴⁷

Somente após a proclamação de independência do Brasil houve um afrouxamento da censura, concomitantemente com o avanço dos jornais liberais.⁴⁸ A partir de então, o número

⁴² Morel, “La génesis de la opinion pública moderna y el proceso de independencia”, pp. 194-206.

⁴³ Meire Lúcia Alves dos Reis, “A Cor da Notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana. 1888-1937”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000, p. 7-8.

⁴⁴ Matías M. Molina, *História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à regência (1500 – 1840)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 14-39.

⁴⁵ *Idade d’Ouro do Brasil*, Salvador, 24 dez. 1811, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/749940/313>.

⁴⁶ *Idade d’Ouro*, 27 dez. 1811, p. 3.

⁴⁷ *Idade d’Ouro*, 7 abr. 1812, p. 1-2.

⁴⁸ Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, pp. 43-47.

de periódicos aumentou substantivamente, juntamente com a pluralidade das narrativas e opiniões.⁴⁹ Certamente, o caminho da liberdade de imprensa continuou tortuoso durante todo o oitocentos,⁵⁰ também em razão de jornais baianos como *O Imparcial Brasileiro*. Esse periódico defendia maiores restrições nas publicações e acreditava no abuso da liberdade como um meio revolucionário, pois “foram escritos anárquicos que acenderam as fogueiras fatais que abrasaram o Haiti”.⁵¹

As lembranças sobre o Haiti, inclusive, permaneceram nos jornais da primeira metade do dezenove, mesmo entre liberais e abolicionistas, predominantemente negativas. Alguns abolicionistas, por exemplo, utilizavam do exemplo violento de São Domingos para argumentar em favor do fim da escravidão, sob pena de uma repetição trágica desse fato. O caráter opróbrio da Revolução Haitiana não foi o único posicionamento, havendo uma teia de comunicação não totalmente hostil sobre a ilha, porém foi majoritariamente repetido entre grupos letrados, por vezes defendendo ideias antagônicas.⁵²

Considerar a Revolução liderada por negros como um axioma negativo estava intimamente ligado ao receio de uma influência, direta ou indireta, da primeira rebelião escrava bem-sucedida nas Américas. Esse medo estava presente nos discursos das elites escravocratas do Novo Mundo. Não obstante, surge uma pergunta entre os historiadores interessados pelo tema: até onde esse medo era real e até onde era retórica para garantir a manutenção dos próprios privilégios?

O debate entre o real e o fictício receio das elites brasileiras é extenso e não nos interessa uma resposta direta, antes, almejamos analisar o que estava sendo evocado, bem como a utilidade das retóricas relacionadas ao Haiti na Bahia da primeira metade do século XIX. Para cumprir essa análise é praticamente obrigatório citar o livro *Silenciando o passado*, de Michel-Rolph Trouillot. A Revolução no Haiti continuou sendo impensável mesmo enquanto estava ocorrendo, afirma Trouillot. Para alguns parlamentares franceses, contemporâneos ao nascimento do Haiti, os negros, especialmente os escravizados, não teriam capacidade de organização para iniciar uma Revolução - que mesmo ocorrendo, seria prontamente sufocada pelas tropas francesas.⁵³

⁴⁹ Molina, *História dos Jornais no Brasil*, pp. 171-179.

⁵⁰ Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, pp. 43-249.

⁵¹ *O Imparcial Brasileiro*, Salvador, 30 set. 1829, p. 1-2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/812765/5>.

⁵² Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 13-38.

⁵³ Michel-Rolph Trouillot, *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, Curitiba: Huya, 2016, pp. 118-155.

Certamente, as críticas recebidas pela obra, em especial quanto ao exagero em relação ao impacto dos silenciamentos, são coerentes, mas não invalidam a sua importância no entendimento sobre a Revolução Haitiana. O fato é que a tentativa por parte das elites de apagar a Revolução no Caribe francês, empreitada difícil desde o início, tornou-se inviável após a independência. Entretanto, como nos alerta Eni Puccinelli Orlandi, os silêncios são múltiplos, está tanto no não-dito quanto no que é dito para desviar a atenção do leitor, minimizar o sentido do acontecimento e ressignificar ações. As palavras também vêm carregadas de silêncio.⁵⁴ Logo, os silenciamentos contidos nas descrições dos eventos revolucionários no Haiti são múltiplos e perpassaram pelo silêncio propriamente dito – tentativa de invisibilização total -, pela visão preponderantemente negativa⁵⁵ e pelo encobrimento das reais reivindicações, tanto por liberdade quanto pelo fim do colonialismo posteriormente.⁵⁶

Quando as elites letradas reduziram as reivindicações dos revolucionários haitianos à barbárie e à anarquia, desviou-se o foco do que era realmente importante. Consequentemente, a história do Haiti foi reduzida a uma simples consequência da Revolução Francesa.⁵⁷ Compreender a Revolução na antiga colônia francesa como mero subproduto, entendimento não totalmente erradicado nos séculos XX e XXI,⁵⁸ mascara a enorme relevância da Revolução Haitiana para a França e para todo o ocidente.⁵⁹ Tal importância estava ligada diretamente à prática libertária das pessoas que vivenciaram a escravidão, como veremos mais adiante.

Diante da maior diversidade jornalística após a década de 1820 é essencial salientar que nem sempre a exatidão e a opinião independente dominavam os artigos publicados. É papel fundamental do historiador, particularmente aquele que trabalha com as fontes jornalísticas, identificar discursos e práticas tendenciosas.⁶⁰ Para isso:

O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.⁶¹

⁵⁴ Eni Puccinelli Orlandi, *As formas do Silêncio: No movimento dos sentidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 27-59.

⁵⁵ Soraya Matos de Freitas, “Qual silêncio?” O Haiti nas páginas dos primeiros periódicos brasileiros”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011, http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308192625_ARQUIVO_anpuh2011.pdf.

⁵⁶ Eugene Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, São Paulo: Global Editora, 1983, pp. 87-118.

⁵⁷ Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, pp. 87-118.

⁵⁸ Thomas Reinhardt, “200 Years of Forgetting: Hushing up the Haitian Revolution”, *Journal of Black Studies*, v. 35, n. 4 (2005), pp. 246-261, <https://doi.org/10.1177/0021934704263816>.

⁵⁹ Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, pp. 87-118.

⁶⁰ Tânia Regina de Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos” in Carla Bassanezi Pinsky(org.), *Fontes históricas*, São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

⁶¹ De Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos”, pp. 139.

Logo, a imprensa não pode ser entendida como mera expressão da realidade, seja no passado ou no presente. Antes, a imprensa caracteriza-se como uma prática constituinte da realidade social ao modelar os pensamentos e ações, definindo papéis sociais, generalizando posicionamentos e interpretações pretensiosamente universais.⁶² Entender o contexto de produção da fonte impressa é o primeiro passo para perceber o porquê aquela informação estava sendo veiculada daquela maneira e quais os interesses, visíveis ou ocultos, das publicações. Como nos lembra Jacques Le Goff:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar essa problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.⁶³

Portanto, também não utilizaremos as fontes jornalísticas para confirmar fatos históricos. Não obstante, os discursos e experiências relatados pelos jornais são úteis como parte constituinte das retóricas utilizadas pelas elites letradas, em especial, para nós, as relacionadas ao Haiti e ao haitianismo.⁶⁴

As utilizações presentes nos periódicos baianos eram das mais diversificadas, apesar de predominantemente negativas. Essas retóricas modelam o entendimento da continuidade da Revolução Haitiana e das suas consequências por quase todo o século XIX. Se os jornais oitocentistas não foram uníssonos sobre o Haiti ou as acusações haitianistas, tampouco a sociedade baiana o fora.

Os diferentes grupos sociais da Bahia assimilavam os discursos e experiências relacionados ao Haiti a partir de suas peculiaridades e poderiam utilizar a imprensa para reverberar sua percepção – como é o caso, aprofundado no segundo capítulo, do artigo jornalístico escrito por um “homem de cor livre” contra as acusações que os mestiços da Guarda Nacional de Salvador sofreram.

⁶² De Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos”, pp. 111-153.

⁶³ Jacques Le Goff, *História e memória*, Campinas: Editora UNICAMP, 1990, pp. 547-548.

⁶⁴ Termo utilizado para designar práticas relacionadas aos ideais da Revolução Haitiana.

Dessa maneira, a imprensa baiana é causa e consequência dos entendimentos presentes nas interações sociais do século XIX. Certamente, não é uma balança equilibrada, visto que, por exemplo, a massa de analfabetos e escravizados não poderia participar ativamente, apenas como receptores do que era veiculado. Destarte, cotejar o conjunto de veículos escritos com outras fontes dos anais da Câmara dos Deputados e relatos de algumas insurreições é imprescindível para melhor compreender os significados do Haiti e da sua Revolução para a racializada sociedade baiana oitocentista.

Diante dessa curta exposição prévia, esperamos que a pergunta “O que o Haiti pode nos revelar sobre essa Bahia?” esteja mais nítida. Será através das diversas maneiras nas quais o Haiti, desde seu processo revolucionário até as primeiras décadas de formação da nação, é lembrado nas publicações escritas, debates políticos, disputas sociais e revoltas que abordaremos determinados aspectos constitutivos da sociedade baiana desse período. Essas menções, por vezes sob a nomenclatura de “haitianismo”, poderiam possuir um caráter político, principalmente ao serem utilizadas como ferramentas acusatórias - como nos exemplos contidos nos dois últimos capítulos.

Todavia, se ansiamos por entender essas projeções do Haiti na Bahia, não podemos deixar de adentrar mais minuciosamente nos processos da Revolução do Haiti. A independência da antiga colônia de São Domingos em 1º de janeiro de 1804, proclamada por Jean-Jacques Dessalines em tom de repúdio às brutalidades dos franceses e à escravidão, marcou o nascimento da primeira Nação independente da América Latina. O Haiti, que também engaja o título de ser a primeira a abolir a escravidão em todas as Américas, teve sua revolução iniciada através de uma insurreição de escravizados e no primeiro capítulo iremos compreender como se deu o processo que desencadeou na sua independência.

Isso posto, adentraremos nas conexões transnacionais mantidas por essa recém-nascida nação, abarcando quais foram as influências internacionais provocadas pela única revolta de escravizados nas Américas que se tornou uma grande revolução nacional, em especial sobre Cuba, EUA e Brasil. A vitória dos negros e mulatos na conquista do território de São Domingos também revolucionou a consciência dos homens e mulheres de cor em todo o Novo Mundo, impactando diversos abolicionistas negros, ou seja, também existiram uma série de menções e percepções positivas sobre a Revolução do Haiti. Dito isso, esperamos deixar lúcida a escolha por um tema que perpassa um recorte transnacional dentro da primeira metade do século XIX.

No segundo capítulo, o recorte será o período regencial, entre a abdicação de Pedro I em 1831 e o golpe da maioria em 1840. A escolha desse recorte se deve às consequências derivadas da instabilidade política, levando a sociedade a novas formulações e práticas sociais.

Além disso, é também um momento de ampliação de escritos impressos, principalmente jornais e pasquins.⁶⁵ As discussões públicas passaram a tratar de temas até então com pouco ou nenhum espaço,⁶⁶ conseqüentemente surgiram novas ideias e formas de expressões. O próprio termo “haitianismo”, por exemplo, tem sua origem ligada à crise instaurada em 1831.⁶⁷

Por conseguinte, o conturbado período das Regências não é de grande relevância somente para compreender melhor o século XIX, mas também, as retóricas e práticas que resgatavam a memória do Haiti. Na Bahia, local de interesse específico nesse estudo, houve dois eventos sediciosos marcantes que serão aprofundados no decorrer do capítulo dois - a Revolta dos Malês em 1835 e, sucessivamente, a Sabinada em 1837-38. Dessa forma, para uma melhor análise desse período torna-se imprescindível explorar os dados disponíveis sobre o tráfico transatlântico e sobre a população escravizada, livre e liberta naquele contexto.

O terceiro e último capítulo abrange o recorte entre 1844 e 1853, em especial devido aos debates em torno da Lei Eusébio de Queirós e as conseqüências antes e após a sua promulgação. Decretada em 4 de setembro de 1850, a lei obteve sucesso na repressão ao tráfico transatlântico de escravos, com isso, intensificando as discussões sobre a escravidão e a monarquia. Diante desse cenário, as diversas tipografias desempenharam o papel de porta-voz dos acontecimentos, de maneira nem sempre unânime. Sendo assim, o nosso interesse primordial nesse capítulo é analisar o resgate à memória do Haiti, quase 50 anos após sua independência,⁶⁸ para melhor compreendermos como ela era apropriada diversificadamente nas retóricas jornalísticas da Bahia em meados do XIX.

⁶⁵ Marco Morel, *O período das regências (1831–1840)*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003, pp. 7-31

⁶⁶ Morel, *O período das regências*, pp. 7-31

⁶⁷ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 22.

⁶⁸ Certamente, perceber e analisar os diversos aspectos em torno do Haiti mais de 50 anos após o início do processo revolucionário é uma tarefa árdua, até porque, a grande parte das fontes e bibliografia sobre a Revolução Haitiana no Brasil oitocentista se restringem até a década de 1830. Ver em: Alain El Youssef, “Haitianismo em perspectiva comparativa: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX)”, *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2009, pp. 1-5.

CAPÍTULO 1 – A Revolução Haitiana e as conexões transnacionais

O leitor menos habituado com a história do Haiti talvez associe a Revolução a uma mera extensão dos acontecimentos revolucionários na França - percepção ainda encontrada nos livros didáticos. Contudo, o cenário dessas revoluções é complexo e exige uma maior acuidade. Certamente, houve influências iluministas partindo da França para o Haiti nas últimas décadas do século XVIII, a exemplo dos intelectuais que chegaram em São Domingos para reformar e posteriormente propor a extinção da escravidão. Não quer dizer, com isso, que esses iluministas fossem antirracistas; um dos motivos para sua defesa da abolição estava nas possíveis consequências que o choque entre as violências dos colonos e as resistências escravas poderia gerar. O desejo era que São Domingos continuasse uma próspera colônia com uma abolição lenta e pacífica, mas ainda explorando o trabalho dos africanos e seus descendentes.⁶⁹

Os debates entre os defensores do regime escravista e os abolicionistas ganharam um novo tom em 1789 com o início da Revolução Francesa. Com acusações mútuas, os favoráveis à escravidão reclamavam contra os abolicionistas, pois estes estariam incentivando os escravizados à revolta através dos seus escritos. Os abolicionistas rebateram afirmando que a crueldade e a ignorância dos escravistas não deixavam outra escolha para o escravizado, senão a luta.⁷⁰

De qualquer maneira, enquanto os ideais de liberdade ganhavam força nos debates entre pensadores liberais e convertiam-se em ações políticas na Europa, os regimes escravistas nas Américas permaneciam intocáveis. Como define Susan Buck-Morss:

A exploração de milhões de trabalhadores escravos coloniais era aceita com naturalidade pelos próprios pensadores que proclamavam a liberdade como o estado natural do homem e seu direito inalienável. Mesmo numa época em que proclamações teóricas de liberdade se convertiam em ação revolucionária na esfera política, era possível manter nas sombras a economia colonial escravista que funcionava nos bastidores.

Foram necessários anos de derramamento de sangue antes que a escravidão — não apenas sua metáfora, mas a escravidão real — fosse abolida nas colônias francesas, e mesmo então os ganhos foram apenas temporários. Apesar de a abolição da escravatura ser a única consequência logicamente possível da ideia de liberdade universal, ela não se realizou por meio das ideias ou mesmo das ações revolucionárias dos franceses; ela se realizou graças às ações dos próprios escravos. Não através de petições, mas por meio de uma revolta violenta e organizada.⁷¹

A afirmação universal dos direitos humanos por Thomas Jefferson na declaração de independência dos Estados Unidos, anos antes da Revolução Francesa, foi considerada por ele

⁶⁹ Laurent Dubois, *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*, Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2004, pp. 58.

⁷⁰ Dubois, *Avengers of the New World*, pp. 59.

⁷¹ Susan Buck-Morss, “Hegel e Haiti”, *Novos Estudos Cebrap*, v. 30, n. 2 (2011), pp. 132.

e seus pares como uma verdade auto-evidente: “Consideramos estas verdades auto-evidentes: que todos os homens são criados iguais, dotados pelo seu Criador de certos Direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade”. Isso implica, à primeira vista, que esse era um fato para o qual não era necessária uma explicação ou justificativa. Não se explicou também por que essa verdade auto-evidente, aparentemente incapaz de ser percebida sem a declaração, só era válida em determinados contextos específicos e não alterava a situação das pessoas escravizadas. Certamente, o caráter auto-evidente da afirmação extinguiu qualquer possibilidade de discussão, fortalecendo sua retórica sobre o assunto.⁷²

Só através de uma luta real foi possível alcançar a real liberdade em um sistema real de escravidão.⁷³ Neste primeiro capítulo, iremos adentrar nas disputas ocorridas em São Domingos, em especial protagonizadas pelos escravizados ansiosos por liberdade, que obrigaram a Assembleia Nacional Francesa a abolir a escravidão nas suas colônias, desencadeando, mais tarde, a independência da ilha. Por fim, discutiremos as relações transnacionais envolvendo a primeira nação a abolir a escravidão nas Américas. Dessa maneira, abordaremos questões que ajudarão a entender melhor as reverberações da Revolução de São Domingos nos jornais baianos da primeira metade do XIX.

⁷² Lynn Hunt, *A invenção dos direitos humanos: Uma história*, São Paulo: Companhia das letras, 2007, pp. 13-33

⁷³ Buck-Morss, “Hegel e Haiti”, pp. 138-139.

1.1 – Uma breve descrição da Revolução Haitiana⁷⁴

Às vésperas da Revolução na França, a sua mais próspera colônia representava dois terços do seu comércio exterior. A ilha de São Domingos era a maior exportadora de produtos agrícolas em todas as Índias Ocidentais. Além da extensa produção de cana de açúcar, a ilha também produzia em menores quantidades café, cacau, índigo e algodão. Para atender a toda essa demanda foram traficadas como escravizadas cerca de 685 mil pessoas do continente africano apenas no século XVIII, de maneira que, como dito, em 1789 havia uma população escravizada de 500 mil homens e mulheres, sendo mais da metade deles nascidos na África.⁷⁵

Esses escravizados eram oriundos de distintas partes do continente, como a Senegâmbia, baía do Benin e o porto de Allada, por isso, havia entre esses grupos uma diversidade considerável de linguagens e costumes. Alguns dos escravistas delegavam ao escravizado mais antigo a função de tutelar o recém-chegado da mesma pátria, fortalecendo a chance de sobrevivência cultural e linguística desses grupos.⁷⁶

As religiões africanas também não foram apagadas no processo do tráfico transatlântico. Elas se modificaram e, dialogando com práticas do catolicismo, fundaram raízes em São Domingos. As cerimônias religiosas poderiam ser um escape para a violenta vida nas plantações. Segundo Laurent Dubois, a religião se configurava como um espaço de liberdade no meio da escravidão, ajudando a estabelecer as bases para a revolta de 1791. Esse caráter sedicioso da religião já era reconhecido pelos colonos e administradores coloniais antes da década de 1790, porém as tentativas de suprimir por completo as expressões religiosas não foram efetivas.⁷⁷

Para as mulheres, os desafios da escravidão, assim como em outras colônias americanas, poderiam ser mais problemáticos. Elas não ocupavam cargos de maior prestígio, estavam em sua maioria trabalhando nas plantações e nos serviços domésticos. Também enfrentavam violências sexuais constantes por parte dos homens que as possuíam legalmente, principalmente aquelas que exerciam as atividades domésticas. A maternidade era compelida pelos escravistas através, por exemplo, de recompensas monetárias e da criminalização do aborto. A prática de

⁷⁴ As descrições sobre os eventos que culminaram no nascimento do Haiti estão fundadas principalmente nas obras de: C.L.R James, *Os Jacobinos negros*, Robin Blackburn, “Haiti, Slavery, and the Age of the Democratic Revolution”, e, sobretudo, Laurent Dubois, *Avengers of the New World*.

⁷⁵ C.L.R James, *Os Jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*, São Paulo: Boitempo, 2000, pp. 21-39.

⁷⁶ Dubois, *Avengers of the New World*, pp. 41.

⁷⁷ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 43-44.

abortar era um dos mecanismos de resistência por parte das mulheres escravizadas, presente em lendas como a da parteira Samedi, que assassinava as crianças após realizar o parto.⁷⁸

As formas de resistir ao sistema brutal de escravidão na ilha eram diversas, ocorriam antes do século XVIII e nunca cessaram. Essas diferentes formas de resistência podiam ser observadas desde as revoltas violentas até as negociações desiguais entre escravizados e seus algozes. Desse modo, conquistaram através dos anos concessões que garantiram um pouco mais de dignidade para sua situação. Os escravizadores, por exemplo, foram obrigados a arcar com uma determinada quantia de alimentos ou um pequeno lote de terra para os escravizados plantarem suas próprias provisões, juntamente com parte do sábado e todo o domingo para cultivar nesse terreno.⁷⁹

A luta desses grupos de africanos e seus descendentes perdurou por muitos anos, porém, o cenário no final do século XVIII, com a instabilidade na França e as disputas entre as potências europeias pelas Antilhas, foi favorável para as revoltas dos escravizados e o alargamento das suas consequências. As reuniões entre os cativos, principalmente os poucos de confiança que possuíam maior mobilidade além de alguns livres de cor, ocorreram por todo o dezoito, mas adquiriram uma nova roupagem nesse contexto.⁸⁰

Reunidos em 14 agosto de 1791, esses grupos organizaram uma revolta de grandes proporções após a divulgação do suposto decreto da Assembleia Nacional abolindo as chicotadas e concedendo três dias de folga aos escravizados. Após a leitura do boato que levou a crer que os revolucionários franceses eram aliados contra os colonos brancos, houve um chamado imediato à rebelião. Esse chamado tinha o propósito de forçar a administração colonial a aceitar o decreto. A maior parte dos presentes preferiu não agir às pressas e, com isso, o levante foi marcado para a noite de 24 do mesmo mês, véspera da reunião da Assembleia Colonial. Entretanto, escravizados não se contiveram e nesse meio tempo realizaram atos rebeldes, até que na noite do dia 21 iniciaram uma revolta em uma plantação do norte de São Domingos que rapidamente se alastrou.⁸¹

O sucesso dos levantes residia na capacidade dos conspiradores em se organizarem nas plantações, reunindo escravizados separados por grandes distâncias e sob o olhar vigilante dos superiores. As insurreições contaram com milhares de escravizados liderados por negros anteriormente conhecidos e respeitados nas planícies do norte, como Blaise e Boukman. Esse

⁷⁸ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 47-48.

⁷⁹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 48.

⁸⁰ James, *Os Jacobinos negros*, pp. 15-90.

⁸¹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 94-99.

último era um líder religioso que organizou uma cerimônia também em agosto, provavelmente no dia 21, convocando os escravizados à rebelião através de um juramento de vingança e sigilo pactuado no sangue de porco bebido pelos presentes. O ritual, ocorrido na floresta de Bois-Caiman, próximo à principal província do norte, Cap-Français (atualmente Cap-Haitien), demonstra como as práticas religiosas dos escravizados facilitavam a organização das rebeliões.⁸²

No entanto, foi somente em conjunto com esse momento político específico que os efeitos foram potencializados. Enquanto muitos colonos brancos reclamavam do poder incendiário dos escritos revolucionários franceses, alguns escravizados, presos após os levantes no norte em 1791, declaravam seu desejo de desfrutar da liberdade acenada pelos Direitos do Homem. Porém, apesar dos escravizados em geral não se oporem ao republicanismo, era a autoridade do rei que eles evocavam mais comumente, pois, em razão de boatos e dos decretos reais em favor dos escravizados na década de 1780, o monarca era visto como aliado.⁸³

Em pouco tempo, o norte foi tomado por chamas e no leste mais escravizados se insurgiam. Muitos proprietários fugiram e a Guarda Nacional foi ao encontro dos insurgentes para freá-los, todavia, assim que perceberam a enorme desvantagem, largaram as armas e fugiram. A resistência contra o levante prosseguiu principalmente guiada pela liderança dos administradores coloniais, por vezes auxiliados por escravizados leais, contudo, não foi o suficiente para esfriar uma insurreição que rapidamente se espalhou por toda a região.⁸⁴

Para os revoltosos, naquele momento, a maior possibilidade de encontrar a liberdade residia em duas ações: o assassinato das famílias brancas que os escravizavam e a destruição de toda manifestação material de escravização, ou seja, queimaram ao máximo as plantações juntamente com tudo que estava próximo. Rapidamente, no final de setembro, foram queimadas mais de 200 plantações, todas em um raio de 80 Km ao redor de Le Cap. Nesse momento, os insurgentes já contavam com pelo menos 20 mil pessoas, podendo ser até 80 mil segundo estimativas menos conservadoras.⁸⁵

Os rebeldes eram compostos por grupos diversos, homens e mulheres crioulos⁸⁶ ou nascidos em distintas regiões do continente africano que desempenhavam labores diferenciados na ilha. Alguns deles sabiam manusear as armas de fogo e já possuíam experiência em batalhas,

⁸² Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 94-102.

⁸³ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 103-106.

⁸⁴ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 94-96.

⁸⁵ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 113.

⁸⁶ Designação para aqueles nascidos na colônia.

como os traficados do Kongo que participaram de uma guerra civil em sua terra natal e os livres de cor, especificamente a parcela que aderiu à insurreição, que outrora serviram na milícia colonial francesa.⁸⁷

Todavia, as disputas que se seguiram na ilha não foram racialmente homogêneas, antes, existiram interesses conflitantes por todo o processo revolucionário. Portanto, apesar do apoio de parte dos mulatos à rebelião, muitos deles combateram os insurgentes no norte, almejando garantir seus interesses em equiparar-se juridicamente aos brancos, mantendo intacta a escravidão. Não era por acaso que muitos escravizados e alguns libertos não confiavam nos mulatos. As resistências e revoltas dos escravizados eram sufocadas em grande medida pelos livres de cor antes mesmo de 1791. Os colonos brancos desprezavam os negros e mulatos prioritariamente por questões raciais, negando aos livres e libertos enriquecidos o acesso a uma série de direitos. Ou seja, apenas por não possuir sangue “puramente europeu” a pessoa possuía consideráveis restrições em seus direitos.⁸⁸

O direito à cidadania aos livres de cor foi estipulado pelo Código Negro, criado em 1685, mas aplicado em São Domingos em 1687. O decreto garantia ao emancipado direitos de um cidadão nascido na colônia francesa, contudo, não atendeu na prática às demandas da população de cor. O código também definia uma série de limitações aos escravizados, tratados estritamente como propriedades, e permitia que os libertos pudessem ser castigados fisicamente. Outros decretos de cunho racial continuaram a ser aplicados no século posterior, incluindo leis para desencorajar o casamento interracial.⁸⁹

Apesar disso, o número de mestiços cresceu no setecentos, geralmente ocupando espaços rejeitados pelos brancos, como os corpos de milícia. Assim, São Domingos foi se tornando cada vez mais dependente da segurança proporcionada pelos livres de cor - tanto externamente, como na participação desses mestiços na Guerra dos Sete Anos, quanto internamente, em principal no combate às revoltas dos escravizados. Mesmo assim, os colonos brancos, com algumas exceções, ainda os viam com desconfiança e se opunham ao fortalecimento das milícias.⁹⁰

Uma grande parcela dos mulatos, principalmente os grandes proprietários, menosprezavam os brancos pobres tanto quanto rejeitavam os escravizados, porém a ascendência europeia, considerada superior nas hierarquias raciais, era um fator determinante

⁸⁷ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 109-113.

⁸⁸ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 118-122.

⁸⁹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 61-62.

⁹⁰ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 64-68.

no status dos não brancos. Esse status definido por uma linhagem europeia estava presente no cotidiano de São Domingos, no entanto, somente em 1782 os livres de cor foram divididos entre “pessoas de cor, mulatos” para aqueles que eram descendentes de europeus e “negros livres” para os que não possuíam nenhuma ligação genealógica com a Europa.⁹¹

Com o início da Revolução na França, os mulatos garantiram na Assembleia Nacional os direitos políticos para todos que possuíssem pai e mãe livres. Não obstante, os proprietários brancos de São Domingos prosseguiram intransigentes e, grandemente insatisfeitos, pressionaram o governador da ilha a não cumprir o decreto.⁹²

Pouco tempo depois, os mulatos do sul, melhor armados e organizados do que os demais, estavam prestes a conquistar acordos para garantir os direitos dos homens de cor quando a insurreição foi iniciada no norte. Embora os escravizados estivessem mais contidos no sul, em grande parte por causa das milícias de cor, as discussões sobre os direitos dos homens de cor foram interrompidas.⁹³

Com isso, os livres de cor do sul, dentre eles André Rigaud, perceberam que era a hora de enfrentar belicamente os brancos e firmaram alianças com escravizados rebelados em regiões próximas. Embora esses escravizados tivessem sido desprezados após os mulatos conquistarem seus anseios, a aliança desestabilizou a resistência dos brancos conservadores em ceder direitos aos livres de cor, destarte, o governo colonial de Porto Príncipe optou por aceitar todas as demandas deles; todos os homens livres seriam cidadãos.⁹⁴

A união entre os proprietários mulatos e brancos parecia, ao menos para alguns colonos menos radicais, ser a única saída para salvar a colônia de São Domingos da destruição. Porém, a união selada em Porto Príncipe logo foi desfeita após uma briga entre um soldado branco e um mulato confederado, desencadeando uma sequência de respostas sanguinárias de ambos os lados. Em novembro de 1791, o sul e o oeste da ilha estavam em guerra, assim como o norte e, apesar de inicialmente não protagonizarem esse conflito, os escravizados foram recrutados pelos mulatos e brancos do sul para compor suas fileiras. Esses escravizados, contudo, não estavam interessados em servir em nenhum lado, até porque provavelmente estavam cientes das pretensões de ambos de prosseguirem com a escravidão.⁹⁵

A partir de então, São Domingos foi palco de diversas batalhas. Internamente, os colonos brancos desprezavam os não brancos prioritariamente por questões raciais, negando

⁹¹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 68-70.

⁹² Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 89-90.

⁹³ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 118-119.

⁹⁴ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 119-120.

⁹⁵ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 121-126.

aos mulatos enriquecidos, numericamente impossível de serem ignorados, o acesso a uma série de direitos. Os mulatos livres não necessariamente eram simpáticos aos negros, principalmente os escravizados. Aqueles mulatos mais enriquecidos possuíam escravos e almejavam equiparar-se aos brancos, mas ao serem marginalizados opuseram-se aos colonos brancos, ligados aos legalistas e restauracionistas franceses.⁹⁶

Ao desembarcarem no final de novembro em São Domingos, os comissários civis, representando a Assembleia Nacional, anunciaram as novidades, sem o conhecimento prévio dos conflitos instaurados na colônia. A França passou a possuir uma nova constituição fundada na monarquia constitucional e contra o Antigo Regime, ainda assim, os direitos dos livres de cor continuaram limitados. A presença dos comissários também rendeu uma negociação entre dois dos líderes rebeldes, Jean-François Papillon e Georges Biassou, para conceder anistias restritas. A Assembleia Colonial, formada principalmente pelos proprietários brancos, rejeitou qualquer concessão de anistia e seus integrantes continuaram intransigentes em relação aos escravizados.⁹⁷

O problema para os conservadores brancos, mesmo que muitos não enxergassem, era que os revoltosos já haviam abalado significativamente a escravidão salvando cativos, assassinando escravocratas, queimando as plantações e organizando-se em grupos armados. Mesmo com a insistência dos comissários franceses em negociar com os líderes insurgentes, o conflito prosseguiu e em janeiro de 1792 Jean-François e Biassou voltaram a atacar. Em resposta, a Assembleia Nacional declarou a igualdade de direitos para os mulatos em 4 de abril daquele mesmo ano, pois, segundo eles, somente a união dos cidadãos poderia conter a revolta dos escravizados.⁹⁸

Enquanto quase todo o norte de São Domingos estava sob a revolta de milhares de escravizados no início de 1792, durante o decorrer daquele ano os escravizados do sul e oeste, agora armados pelos proprietários brancos e mulatos, atacaram seus senhores e tomaram suas terras, assim iniciando o estabelecimento de grupos rebeldes independentes. Em maio as notícias sobre o decreto de 4 de abril chegaram e em julho os mulatos derrotaram os proprietários brancos em Porto Príncipe. Assim, através da brecha causada pela revolta escrava e em avença com o governo metropolitano, enfraqueceram politicamente os brancos que ainda resistiam às concessões de direitos iguais a todos os homens.⁹⁹

⁹⁶ James, *Os Jacobinos negros*, pp. 91-119.

⁹⁷ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 125-127.

⁹⁸ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 127-131.

⁹⁹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 134-138.

Dessa forma, um antigo problema surgiu novamente: o que fazer com os escravizados que lutaram ao lado dos mulatos. Apesar do desejo de reaver toda sua propriedade escrava com o mínimo de perda, os líderes mulatos concederam liberdade para centenas de rebeldes, solicitando deles auxílio para a volta dos demais às plantações. Os insurgentes, ainda legalmente como propriedades dos escravistas, pediram, além das liberdades, a abolição das chicotadas e três dias livres na semana, proposta que foi recusada pelos administradores coloniais. André Rigaud e a Assembleia Colonial assinaram um tratado de liberdade para os escravizados que batalharam ao lado dos livres de cor, porém foi de pouco proveito, visto que o tratado abarcava uma quantidade pequena de rebeldes que ainda estavam desconfiados quanto à credibilidade do documento.¹⁰⁰

Enquanto isso, os grupos de escravizados revoltosos do sul se fortaleciam e se organizavam nas montanhas, construindo trincheiras e hospitais. Eles também saqueavam as propriedades dos colonos e os acampamentos do exército para garantir suprimentos e armas, possuíam uma ampla rede de comunicação e agiam impunemente em boa parte da colônia, de forma a caminhar para uma situação semelhante à do norte.¹⁰¹

O decreto de 4 de abril deveria ser aplicado para conter os insurgentes e para cumpri-lo foram enviados dois comissários, Léger-Félicité Sonthonax e Étienne Polverel. Apesar de ter havido um empenho por parte do exército francês, da Assembleia Colonial e Nacional, resultando em algumas vitórias, o progresso contra a insurreição foi pouco. De forma que no final de 1792 um terço do terreno cultivado no sul foi queimado. Independente disso, porém, atracaram nos portos de São Domingos nesse ano quase 10 mil pessoas traficadas do continente africano, bem menos se comparados aos mais de 49 mil no ano de 1790, mas um número consideravelmente grande para uma colônia em chamas justamente por uma insurreição de escravizados.¹⁰²

Os rebeldes do norte escreveram uma carta à Assembleia Colonial em 1792 e, baseados nos ideais da Declaração dos Direitos do Homem, exigiram a liberdade para todos os escravizados em conjunto com a anistia geral. Se a proposta foi prontamente rejeitada pelos dirigentes, ela elucida que naquele momento os insurgentes só largariam as armas por uma real condição de liberdade.¹⁰³

¹⁰⁰ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 138-140.

¹⁰¹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 140.

¹⁰² Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 143-151.

¹⁰³ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 141.

Após a prisão do rei Luís XVI pelos revolucionários franceses no início de 1793, seguido de sua condenação e execução na guilhotina em 21 de janeiro, os reinos da Espanha e da Grã-Bretanha declararam guerra à França, o que ocasionou mudanças significativas em São Domingos. A ilha, ainda extremamente valiosa para os colonizadores, passou a ser palco das disputas externas entre essas três potências pelo seu controle.¹⁰⁴

Os espanhóis, que mantiveram contatos com insurgentes de São Domingos anteriormente através de sua colônia Santo Domingo,¹⁰⁵ seguiram o mesmo caminho da França e recorreram imediatamente aos escravizados insurgentes oferecendo liberdade e terras. Jean-François e Biassou responderam anexando mais de 10 mil soldados às fileiras espanholas. Sob a liderança dos dois insurgentes, a Espanha lançou ataques ao norte de São Domingos.¹⁰⁶

Os britânicos, por sua vez, aliaram-se aos extremamente insatisfeitos, colonos brancos de São Domingos, flerte que se fortalecia desde 1791. Para esses homens escorraçados da colônia francesa, apoiar a ocupação britânica na ilha era a única saída para a manutenção da escravidão; dessa maneira, converteram-se em traidores da república francesa. Em setembro de 1793, os britânicos enviaram 600 soldados para o sul da ilha e, contando com deserções por parte dos mulatos, partiram para controlar o oeste, onde estavam localizadas as regiões mais produtivas.¹⁰⁷

Os mulatos estavam divididos, alguns insistiram em apoiar a república e aceitar a emancipação, outros não estavam dispostos a renunciar ao direito sobre seus escravizados e aliaram-se à Espanha. Já os livres de cor de Saint-Marc, província do oeste, votaram em assembleia municipal a favor da ocupação britânica, desde que a igualdade racial fosse mantida. Por alguns anos os britânicos seguiram com avanços significativos, principalmente apoiados pelos brancos, reavendo a escravidão onde podiam.¹⁰⁸

Polverel e Sonthonax utilizaram de decretos, concedendo direitos e terras aos “republicanos bons e leais” mesmo que fossem “africanos rebeldes”, para atrair o apoio dos escravizados rebelados à França. Até que em 29 de agosto de 1793 Sonthonax emitiu uma declaração para conceder liberdade a todos aqueles que estavam sendo escravizados no norte de São Domingos, sem concessão de terras. Posteriormente, em 31 de outubro, Poverel ampliou as concessões ao declarar que os homens e mulheres africanos, assim como seus descendentes, eram livres e gozariam de todos os direitos dos cidadãos franceses. Com isso, a

¹⁰⁴ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 152.

¹⁰⁵ Parte leste da ilha de Hispaniola.

¹⁰⁶ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 152-153.

¹⁰⁷ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 153-154.

¹⁰⁸ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 154-170.

abolição da escravidão, já alcançada na prática pelos insurgentes, foi promulgada corajosamente pelos comissários e desembocou na abolição da escravidão em todas as colônias francesas, decretada na Convenção Nacional Francesa em 4 de fevereiro de 1794.¹⁰⁹ Para Laurent Dubois:

A escravidão colonial francesa estava, no início da Revolução, em seu auge e em cinco anos foi destruída. A emancipação decretada em 1794 foi um passo importante na longa e contorcida jornada que acabaria por levar à eliminação da escravidão nas Américas. Mas para o povo de São Domingos, foi apenas o fim do início de uma longa luta pela liberdade.¹¹⁰

Esse passo tomado por Polverel e Sonthonax de maneira independente, mesmo que em nome do governo metropolitano, foi sem precedentes, abolindo a escravidão em São Domingos abruptamente, sem um plano de transição como pretendia a maioria dos abolicionistas. Por conta disso, atraiu novos recrutas entre os legalmente recém-libertos, porém, em consequência também ajudou na solidificação da oposição de muitos proprietários brancos e mulatos. Todavia, alguns líderes importantes como Jean-François, Biassou e Toussaint L'Ouverture prosseguiram batalhando em favor dos espanhóis.¹¹¹

Embora tenha inicialmente continuado do lado espanhol, sob o comando de Jean-François e Biassou, após a abolição republicana, Toussaint, ex-escravizado libertado antes do decreto abolicionista, migrou para o lado francês no ano de 1794 em defesa da liberdade conquistada pelos escravizados. Para Dubois, é provável que ele tenha hesitado em um primeiro momento por acreditar que a França estivesse caminhando para a derrota e que o decreto abolicionista só teria valor se ratificado pela metrópole, enquanto com os espanhóis ele estava gozando de prestígio e autonomia.¹¹²

O fato é que em maio, com a confirmação da abolição pela metrópole francesa, L'Ouverture aceitou a proposta de defender a república, conduzindo milhares de soldados e oficiais, que desempenhariam papéis fundamentais durante o processo revolucionário, como Henri Christophe, Moïse e Jean-Jacques Dessalines. Em poucos dias lançaram-se contra as tropas da Espanha e, sob a liderança de Toussaint, mais de meia dúzia de comunas de São Domingos passaram a ser controladas pela França.¹¹³

Encabeçada por L'Ouverture e seus oficiais, a ofensiva da República prosseguiu em São Domingos durante todo o ano de 1794. Assim, as tropas espanholas foram derrotadas, os oficiais dispersados e a competição pelo controle da colônia ficou com um concorrente a menos.

¹⁰⁹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 154-170.

¹¹⁰ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 170.

¹¹¹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 168-174.

¹¹² Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 173-179.

¹¹³ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 179-184.

Na disputa contra a Grã-Bretanha pelo território da ilha, Toussaint recorreu à disciplina para driblar as diversas dificuldades encontradas em suas tropas esfarrapadas, mal pagas e famintas.¹¹⁴

Durante essas campanhas por São Domingos, L'Ouverture recrutava mais escravizados como soldados e persuadia os demais a retornarem às plantações. Ele deu continuidade às políticas de Sonthonax e Polverel, que controlaram o acesso à terra e puniram os homens e mulheres de cor que se opuseram, gerando uma insatisfação entre muitos recém-libertos. A prioridade para Toussaint era reconstruir as produções de café e açúcar através de uma ordem coercitiva sobre os antigos cativos.¹¹⁵

Sua administração marcou o início de uma longa história de como a emancipação falhou em trazer verdadeira igualdade e independência aos ex-escravos. Embora sua incapacidade final de construir uma sociedade multirracial, igualitária e democrática em São Domingos possa nos parecer particularmente trágica, dadas suas origens, esse foi um fracasso que ele compartilhou com os líderes de todas as outras sociedades pós-emancipação no mundo atlântico.¹¹⁶

Toussaint L'Ouverture compreendia que a emancipação tinha o alto custo de reaver as exportações como antes, caso contrário, a França poderia revogar a liberdade legal. Essa postura, no entanto, causou reações negativas nos diversos grupos de libertos que haviam acabado de garantir sua liberdade, gerando boatos sobre Toussaint entregá-los aos britânicos e conseqüentemente à escravidão. Embora a maioria deles continuasse trabalhando nas plantações onde eram escravizados, alguns dos insatisfeitos reagiram com violência e outros fugiram ou compraram um pedaço de terra em um local mais distante.¹¹⁷

As políticas adotadas em 1795, após a aprovação de uma nova constituição institucionalizando o recuo das alas mais radicais na França, favoreceram os mulatos e brancos ricos de São Domingos. No entanto, também contribuíram para a formação de uma nova elite na colônia, em particular alguns negros antes escravizados que ascenderam militarmente.¹¹⁸

Decerto, havia inúmeros líderes entre os negros recém-libertos e os mulatos livres, mas foi L'Ouverture, vencendo batalhas contra os britânicos e controlando milhares de escravizados, quem mais se destacou nesse final de século XVIII. Ao conquistar cada vez mais prestígio com a república, em 1797, Toussaint expulsou os comissários eleitos no ano anterior, Sonthonax e Étienne Laveaux, para não mais se sujeitar a essas autoridades metropolitanas sobre assuntos dos quais ele sabia melhor do que qualquer europeu.¹¹⁹

¹¹⁴ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 179-184.

¹¹⁵ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 173-184.

¹¹⁶ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 173-174.

¹¹⁷ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 186-192.

¹¹⁸ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 196.

¹¹⁹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 204-208.

Os britânicos, enquanto isso, ainda se abasteciam dos escravizados para crescer as fileiras da guerra, porém o custo estava muito alto e as doenças mais mortíferas para eles. Além disso, as deserções para o lado republicano estavam cada vez mais comuns. Toussaint iniciou uma negociação com os inimigos sem que a metrópole francesa soubesse, o seu desejo era que além das retiradas das tropas, a Grã-Bretanha também auxiliasse na reconstrução da ilha. Em troca, ele prometeu paz entre São Domingos e a Jamaica, colônia britânica, cumprindo-a no ano seguinte, ao trair uma conspiração para incitar os escravizados da Jamaica. Finalmente, em 1798, os britânicos desocuparam a ilha e Toussaint prometeu perdão a todos que estivessem do lado da Grã-Bretanha.¹²⁰

A paz, no entanto, ainda estava distante e L'Ouverture angariou a ajuda dos Estados Unidos, ansiosos em manter relações comerciais lucrativas com a ilha, para atacar em 1799 o mulato André Rigaud, liderança militar e política do sul de São Domingos. Enquanto os navios norte-americanos bloqueavam os portos do sul, Dessalines, sob o comando de Toussaint, avançou com o exército em direção a Rigaud que recuou e queimou a terra por onde passava. As batalhas se seguiram, mas André estava cada vez mais isolado.¹²¹

Em junho de 1800, os comissários franceses desembarcaram na colônia representando os interesses do primeiro cônsul Napoleão Bonaparte, confirmando, dentre outras coisas, o cargo de “general-chefe” para L'Ouverture. No mês seguinte, André Rigaud fugiu da ilha com sua família. A ambição de Toussaint, contudo, ultrapassou as fronteiras coloniais e, em 1801, ao passo que limitava ainda mais as possibilidades dos ex-escravizados, ele ocupou o lado leste da ilha de Hispaniola, Santo Domingo, cedido em 1795 à França que ainda não o administrava.¹²²

Para se consolidar por completo, em 1801, L'Ouverture incorporou ao seu regime em São Domingos uma carta constitucional. Baseada em seus decretos trabalhistas anteriores, a constituição era paradoxal ao garantir o fim do sistema escravista, mas obrigar os antigos cativos a trabalhar como lavradores. No final de outubro daquele ano, diversas revoltas explodiram na planície do norte com os negros insatisfeitos assassinando brancos. As respostas de Toussaint, muitas vezes através de Dessalines, eram brutais. Seu desejo em garantir a liberdade a qualquer custo o transformou em um ditador e a ilha em uma sociedade baseada na hierarquia social, trabalho forçado e repressão violenta.¹²³

¹²⁰ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 216-224.

¹²¹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 223-236.

¹²² Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 236-238.

¹²³ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 240-250.

Entretanto, a informação sobre a conquista de toda a ilha de Hispaniola por L'Ouverture não agradou a Bonaparte, que entendeu essa atitude como uma afronta à sua autoridade, rescindindo sua promoção como “general-chefe” de São Domingos. Mesmo diante da indisposição de Louverture em se submeter às autoridades francesas, seu desejo não era a independência, e sim renegociar a relação entre colônia e metrópole através do livre comércio, da autonomia política e da abolição inegociável.¹²⁴

Napoleão Bonaparte, entretanto, possuía outra percepção e desconfiava, assim como muitos outros dirigentes franceses, do desejo independentista de Toussaint. Ao receber a Constituição escrita pelo líder negro, o primeiro cônsul consolidou sua desconfiança e passou a ter certeza sobre sua opinião em relação ao desejo de emancipação. Assim, quando L'Ouverture lhe sugeriu o envio de comissários da França para discutir a nova constituição de São Domingos, Napoleão enviou um exército.¹²⁵

A expedição foi enviada por Bonaparte com o rótulo de uma luta dos ocidentais civilizados contra os negros bárbaros nas Américas. Essa retórica atuou como estratégia diplomática para a aceitação das demais potências, mesmo que não anunciasse o retorno à escravidão na ilha. Parecia claro para o primeiro cônsul que ao anunciar sua expedição como um retorno ao sistema escravista, as rebeliões iriam ocorrer em massa, portanto, era mais inteligente declarar seu respeito pela liberdade e se organizar na ilha antes de qualquer levante.¹²⁶

Charles Leclerc, cunhado de Napoleão enviado como general para liderar a expedição, desembarcou na ilha em 1802 e prontamente espalhou proclamações em favor da liberdade dos negros e da igualdade das raças, solicitando o apoio de todos os cidadãos da colônia. Contudo, soldados negros atacaram os franceses logo na chegada e os principais oficiais de cor não acreditaram e desobedeceram as ordens recebidas. Houve resistência também de Toussaint L'Ouverture e seu exército, infligindo grandes perdas nas fileiras inimigas.¹²⁷

Não obstante, sentindo-se incapaz de resistir após o tratado de paz entre as potências europeias¹²⁸ e a deserção para o lado de Leclerc de Henri Christopher e Jean-Jacques Dessalines, importantes oficiais negros, Toussaint negociou sua rendição e foi enviado preso

¹²⁴ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 241-254.

¹²⁵ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 241-254.

¹²⁶ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 256.

¹²⁷ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 256-274.

¹²⁸ Assinada para facilitar a expedição francesa contra os insurretos de São Domingos, interessante para as principais potências europeias.

para a França em 7 de junho de 1802.¹²⁹ Ele permaneceu isolado em uma prisão francesa até falecer de pneumonia em 7 de abril de 1803.¹³⁰

Apesar disso, a resistência entre os rebeldes autolibertos não cessou e eles continuaram a defender a sua liberdade com a própria vida. A independência de São Domingos não era o ponto fulcral para os escravizados durante o processo revolucionário, porém, ao visualizarem esse como o único caminho para a abolir a escravidão na ilha, persistiram até o fim.¹³¹

A capacidade dos insurgentes em continuar resistindo ao exército napoleônico desiludiu os dirigentes franceses que acreditavam em uma vitória fácil depois de neutralizar os principais líderes negros. O próprio general Leclerc escreveu sobre o afastamento quase inútil de Toussaint ao perceber que havia milhares de rebeldes capazes de liderar insurreições:

Acabei de descobrir uma grande conspiração que pretendia sublevar toda a colônia no final de Termidor. Ela só foi executada parcialmente por causa da ausência de um líder. Não é bastante afastar Toussaint. Há cerca de dois mil líderes para serem afastados.¹³²

Uma forma de contornar essa situação foi seduzindo líderes negros para o exército napoleônico e, de fato, as fileiras coordenadas pelos oficiais negros foram fundamentais para a sobrevivência da expedição francesa por tanto tempo. No entanto, Dessalines e Christopher, como tantos outros negros, desertaram do exército francês pouco tempo depois de não haver dúvidas sobre a intenção de Leclerc, oriunda do seu superior, em reaver a escravidão.¹³³

Os exércitos franceses estavam enfraquecidos, somando milhares de mortos, como o general Charles Leclerc, vítima da febre amarela em novembro de 1802, e Dessalines, embora tenha entrado em conflito com alguns rebeldes logo após se desvencilhar das tropas napoleônicas, se consolidou no comando da resistência no início de 1803. A partir de então, aliou-se com os líderes locais das regiões de São Domingos e atacou tropas francesas. Com a paz entre a França e a Grã-Bretanha desfeita em maio, somada às derrotas em várias partes da colônia e cerca de 50 mil mortos, o novo general Donatien-Marie-Joseph de Rochambeau se rendeu.¹³⁴

Certamente, o processo que se deu entre o início da sublevação dos escravizados até a conquista da independência foi complexo, atravessado por interferências externas e tensões internas. Os conflitos ocorridos no Haiti entre os anos de 1802 e 1804 não exprimiam e nem

¹²⁹ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 275.

¹³⁰ James, *Os Jacobinos negros*, pp. 331.

¹³¹ James, *Os Jacobinos negros*, pp. 314-322.

¹³² James, *Os Jacobinos negros*, pp. 313.

¹³³ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 281-295.

¹³⁴ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 281-301.

resultavam de um sentimento patriótico para os negros e mulatos. A prioridade dos revolucionários haitianos era a manutenção da liberdade e abolição do trabalho escravo.¹³⁵

Os homens e mulheres de São Domingos estavam dispostos a continuar dependentes da França caso fosse mantida a promessa da abolição, fato que não ocorreu. Com isso, para a infelicidade dos descrentes, a Revolução logrou êxito em expulsar os brancos da ilha e, em 1º de janeiro de 1804, Dessalines declarou a independência do Haiti como um ataque furioso contra as brutalidades francesas e a escravidão.¹³⁶

¹³⁵ Robin Blackburn, “Haiti, Slavery, and the Age of the Democratic Revolution”, *The William and Mary Quarterly*, vol. 63, n. 4 (2006), pp. 643-674.

¹³⁶ Dubois, *Avengers of the New World*. pp. 298.

1.2 - Conexões transnacionais

Com a independência declarada houve um morticínio dos brancos que ainda residiam no Haiti, especialmente pelo medo da população de que houvesse uma contrarrevolução. Esses assassinatos foram em parte ordenados por Dessalines,¹³⁷ pois, segundo ele, essa era a única maneira de preservar a liberdade conquistada pelo povo haitiano vítima dos brancos franceses. O primeiro imperador da ilha acreditava ter salvado seu país e vingado a América das opressões europeias.¹³⁸

Como é sabido, existem poucas evidências documentais deixadas pelos escravizados, por isso é deveras complicado conhecer a real disseminação dos ideais antiescravistas entre esses grupos após a Revolução do Haiti.¹³⁹ Enquanto para a elite escravocrata o Haiti era amplamente utilizado como retórica para acusações de insurreição, muitas vezes difíceis de provar se reais ou não, para as massas escravizadas, o exemplo haitiano poderia ser uma fagulha de esperança e resistência.¹⁴⁰ Essa esperança poderia estar presente também entre os libertos, devido substancialmente à precariedade na liberdade das pessoas negras no Brasil.¹⁴¹

Não obstante, se existia uma teia de articulações não totalmente negativas sobre o Haiti, por vezes até positiva, também é correto afirmar que a experiência haitiana e o resgate à sua memória, falada, escrita ou lida, pode ter inspirado lutas antirracistas e abolicionistas entre os grupos racialmente marginalizados, escravizados ou não. Em um momento em que se frutificavam as teorias racistas em prol de uma supremacia branca,¹⁴² a transformação causada pelos protagonistas autolibertos no Haiti fortalecia o sentimento de autoestima em parte dos negros e mestiços das Américas.¹⁴³

A vitória dos homens e mulheres de cor contra o exército napoleônico marca um momento ímpar na história do mundo atlântico. A autonomia da nova nação do Haiti, conquistada pela luta de milhares de pessoas ansiosas pela liberdade legal, abalou, segundo Eugene Genovese, a tranquilidade das regiões escravistas e gerou um medo racional entre os seus proprietários. Não quer dizer que anteriormente a isso havia paz nas colônias das Américas,

¹³⁷ James, *Os Jacobinos negros*, pp. 335-339.

¹³⁸ Dubois, *Avengers of the New World*, pp. 300-301.

¹³⁹ Marco Morel. *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista: O que não deve ser dito*, Jundiaí: Paco Editorial, 2017, pp. 20-38.

¹⁴⁰ Eugene Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, São Paulo: Global Editora, 1983, pp. 95-96.

¹⁴¹ Sidney Chalhoub, “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”, *História Social*, nº 19, 2010, pp. 33-62.

¹⁴² João Filipe Marques, “O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo” in A. G. Mesquitela Lima, *Ethnologia: Racismo e Xenofobia*, 3-4, maio/outubro 1995, p. 39-57.

¹⁴³ Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, pp. 95-103.

contudo, a independência da ilha como consequência direta da rebelião dos escravizados não somente produziu um receio generalizado entre as classes dirigentes, como também revolucionou as percepções dos africanos e seus descendentes, inspirando a contraposição às hierarquias raciais.¹⁴⁴

Logo, se por um lado o medo suscitado nas elites brasileiras pela menção ao Haiti poderia ser exagerado, para conseqüentemente fortalecer a retórica do discurso antinegro e a repressão, por outro, não poderia ser interpretado como mera falácia. O fato é que acreditar ou não no próprio discurso não é o ponto fulcral para nós, antes, compreender como esse medo era utilizado e por quem. Ao analisar a bibliografia sobre o impacto do haitianismo nas elites brasileiras, Gabriel de Sá conclui:

Geralmente, nesta vertente, encontra-se descrições elaboradas do medo branco sendo enunciado por vozes próximas aos aparatos estatal e midiático, produzindo, na maioria das vezes, discursos que almejavam o incremento de práticas repressivas, vigilantes e agendas centralizadoras de poder no Brasil imperial. São ilustradas, assim, técnicas do que chamarse-ia de *governamentalidade* de “uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1979, p. 291-293), mas que, devido ao seu inevitável recorte racial, também são, ao mesmo tempo, expressões da *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005) à moda brasileira.¹⁴⁵

Para Alain Youssef, enquanto as revoltas inspiradas no Haiti dificilmente ultrapassaram a etapa conspiratória nos Estados Unidos, em Cuba ocorreram insurreições de escravizados explicitamente inspirados na antiga São Domingos. Na nação brasileira, por outro lado, nenhum levante foi impulsionado pelo exemplo haitiano. Segundo o historiador, as conexões entre o Brasil e a antiga colônia francesa eram mais restritas em razão das distintas rotas marítimas e dos poucos refugiados, senhores ou cativos, recebidos em território brasileiro. O haitianismo foi geralmente utilizado no Brasil com interesses políticos específicos, assim, servindo como prerrogativa para distintos projetos e críticas à oposição.¹⁴⁶

De qualquer maneira, o Haiti, direta e indiretamente, influenciou a forma como ocorreram as independências e as abolições no Novo Mundo, posteriormente proporcionando, além da inspiração aos negros e mestiços, políticas abolicionistas. A partir da vitória sobre os franceses e do controle da ilha pelos negros e mulatos revolucionários, o Haiti animou a luta contra a escravidão nos Estados Unidos, em todo o Caribe e na América do Sul. O Haiti também auxiliou as lutas pelas independências das colônias latino-americanas através de Henri

¹⁴⁴ Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, pp. 87-118.

¹⁴⁵ Miguel Borba de Sá, “Haitianismo: Colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro”, Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, p. 72.

¹⁴⁶ Alain El Youssef, “Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, pp. 130-131.

Christophe, assistindo a Simón Bolívar, exilado em 1816, com a única exigência da abolição da escravidão nos territórios conquistados.¹⁴⁷

Após a independência a ilha estava devastada pelas queimadas e pelos milhares de mortos em todos os lados. Por esses motivos, além do fim declarado do colonialismo escravista, a quantidade de imigrantes saídos do Haiti foi alta durante e após os eventos revolucionários.¹⁴⁸ Os fugitivos da guerra, entre eles brancos, negros e mulatos, se abrigaram principalmente nas localidades próximas como outras ilhas do Caribe, norte da América do Sul, Carolina do Sul e Louisiana. Logo, as experiências únicas vivenciadas pelos escravizados que acompanharam seus proprietários para fora de São Domingos puderam ser transmitidas para além das fronteiras pessoalmente.¹⁴⁹

Um mito já desconstruído pela historiografia é a ausência de comunicação entre os grupos escravizados, em especial ao se destacar a diversidade de etnias com linguagens diferentes e o empenho dos escravocratas em mantê-los sob máxima restrição. Segundo Luiz Mott, as revoltas ocorridas no nordeste brasileiro da primeira metade do século XIX “ilustram perfeitamente o elevado índice de comunicação existente no seio da população negra”.¹⁵⁰ Essa comunicação estava presente em outras regiões escravistas do mundo atlântico e se tornou mais perigosa após a abolição abrupta da escravidão na antiga colônia francesa.¹⁵¹

Paradoxalmente ao receio provocado pela Revolução Haitiana, desembocando em medidas mais duras de vigilância e punição sobre as pessoas não brancas, ocorreu um grande aumento no tráfico de africanos para serem escravizados nas Américas. Esse movimento, que perdurou pelo menos até meados do dezenove, é conceituado por Dale Tomich como “segunda escravidão”. Para ele, o sistema escravista demonstrou durante esse período toda a sua capacidade de adaptação e sobrevivência, abarcando o capitalismo histórico e o Atlântico.¹⁵²

Enquanto os centros escravistas coloniais assistiam a um declínio da escravidão, as regiões de Cuba, Brasil e sul dos Estados Unidos caminhavam na contramão e intensificavam o fluxo do tráfico de seres humanos para seus territórios. Essa intensidade, nunca vista antes, possuía o objetivo claro de atender a demanda mundial por *commodities*, especialmente maior

¹⁴⁷ Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, pp. 87-118.

¹⁴⁸ James, *Os Jacobinos negros*, pp. 335-342.

¹⁴⁹ Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, pp. 95-97.

¹⁵⁰ Luiz Mott, *Escravidão, homossexualidade e demonologia*, São Paulo: Ícone, 1988, pp. 11-12.

¹⁵¹ Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, pp. 95-97.

¹⁵² Mariana Muaze e Ricardo H. Salles (orgs.), *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*, São Leopoldo: Casa Leiria, 2020, pp. 13-17.

na virada do século em razão da revolta dos cativos que retirou da antiga Pérola das Antilhas a preponderância nas exportações.¹⁵³

A segunda escravidão, em contraposição à escravidão colonial, também foi marcada por conexões com os Estados, formando classes senhoriais regionais e nacionais, pela modernidade tecnológica, garantindo maior produtividade e melhor transporte das mercadorias, e a inserção mais proeminente dos bancos nacionais e estrangeiros. Dessa forma, esses centros escravistas constituíram-se essenciais para o mercado industrial e sua cadeia produtiva, estimulando a expansão do capitalismo e o acúmulo de capital. Em outras palavras, a escravidão e os racismos se constituíram sustentáculos do capitalismo.¹⁵⁴

Portanto, a escravidão se expandiu largamente nessas três regiões em particular enquanto declinava em outras partes das Américas, através de um vínculo fundamental com o desenvolvimento do capitalismo industrial e com a consolidação da hegemonia internacional britânica. Decerto, o desenvolvimento capitalista nas três regiões – Cuba, Brasil e Estados Unidos - foi moldado pelas relações escravistas particulares de cada local. Sem desconsiderar, com isso, as contradições presentes entre a segunda escravidão e o capitalismo que desencadearam posteriormente em crises do escravismo americano. O sul dos EUA, por exemplo, obteve uma maior industrialização do que Brasil e Cuba.¹⁵⁵

¹⁵³ Muaze e Salles, *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil*, pp. 19-23.

¹⁵⁴ Muaze e Salles, *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil*, pp. 19-23.

¹⁵⁵ Ricardo H. Salles, “A segunda escravidão e o debate sobre a relação entre capitalismo e escravidão. Ensaio de historiografia” in Mariana Muaze e Ricardo H. Salles (orgs.), *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*, São Leopoldo: Casa Leiria, 2020, pp. 27-52.

1.3 - Estados Unidos

Dito isso, os impactos provocados pela Revolução da antiga colônia de São Domingos foram marcantes e duradouros também nos Estados Unidos. Até 1840, como aponta Leslie Alexander, os escravizados na Carolina do Sul interpretavam as notícias do Haiti como precursoras da sua liberdade. Para os livres de cor dos Estados Unidos, a Revolução Haitiana também foi profundamente relevante, concedendo o argumento irrefutável contra a pretensa inferioridade dos africanos e seus descendentes frente aos europeus. No entanto, ao contrário do Sul, onde a influência da Revolução Haitiana foi sentida mais imediatamente na forma de rebeliões, a resposta no Norte foi mais lenta e gradual.¹⁵⁶

A importância da imagem do Haiti para os estadunidenses de cor estava presente na primeira edição do primeiro jornal afro-americano em 1827. Naquela ocasião, os editores afirmaram como a história e o futuro do Haiti eram fundamentais para a identidade e para o destino dos afrodescendentes. Segundo Jacqueline Bacon, os artigos jornalísticos escritos pelos livres de cor dos Estados Unidos transpareciam sua retórica na elevação da autoestima. Assim, combinando as identidades pan-africanas, fortalecida após a Revolução Haitiana, com um compromisso com os ideais estadunidenses, criando um sentido único nas ideias de cidadania nos EUA e de pertencimento a uma comunidade afrodescendente global.¹⁵⁷

A história do Haiti provou que os afrodescendentes não estavam destinados a ser oprimidos para sempre, seja nos Estados Unidos ou em outro lugar. Eles não apenas poderiam alcançar a grandeza; eles poderiam ser participantes ativos e corajosos na história, demonstrando o poder dos africanos subjugados de lutar e ganhar o direito de determinar seu próprio futuro.¹⁵⁸

Enquanto imediatamente após a Revolução Haitiana o governo dos Estados Unidos encerrou todas as relações comerciais e diplomáticas com a nova república, as narrativas da revolução e dos seus heróis se vinculavam, prioritariamente para os livres de cor, aos ideais de masculinidade e feminilidade relativos à comunidade, cidadania e patriotismo. No início do dezenove muitos negros estadunidenses absorviam a independência do Haiti com muita esperança, um lugar onde eles poderiam construir uma nova nação antiescravista e livre do racismo.¹⁵⁹

¹⁵⁶ Leslie Alexander, ““The Black Republic”: The Influence of the Haitian Revolution on Northern Black Political Consciousness, 1816–1862” in Maurice Jackson e Jacqueline Bacon (orgs.), *African Americans and the Haitian revolution: selected essays and historical documents*, New York: Routledge, 2010, pp. 57-79.

¹⁵⁷ Jacqueline Bacon, ““A Revolution Unexampled in the History of Man” The Haitian Revolution in Freedom’s Journal, 1827–1829” in Maurice Jackson e Jacqueline Bacon (orgs.), *African Americans and the Haitian revolution: selected essays and historical documents*, New York: Routledge, 2010, pp. 81-92.

¹⁵⁸ Bacon, “A Revolution Unexampled in the History of Man”, pp. 82.

¹⁵⁹ Bacon, “A Revolution Unexampled in the History of Man”, pp. 81-92.

Esse sentimento, majoritariamente entre os livres do norte, foi estimulado pelas políticas de imigração adotadas desde o nascimento do Haiti. Inicialmente Dessalines recrutou negros norte-americanos, chegando a pagar quarenta dólares aos capitães que os trouxessem para o Haiti, depois Christophe e Pétion prosseguiram com essa prática. Pétion, em particular, redigiu uma constituição em 1816 concedendo cidadania a todos os descendentes de africanos que residissem no Haiti por pelo menos um ano. No entanto, foi sob a presidência de Jean Pierre Boyer, conquistando a ilha de Hispaniola em 1822, estabilizando a nação haitiana e incentivando ainda mais a recepção dos descendentes de africanos, que a imigração dos negros estadunidenses aumentou consideravelmente.¹⁶⁰

Muitos livres de cor animaram-se com as propostas haitianas de aceitá-los caso desejassem emigrar dos EUA. Boyer enviou uma expedição em 1824 para atrair os livres de cor do norte, por vezes subsidiando o transporte e incentivando monetariamente. Desiludidos sobre a condição de vida desigual que se seguia após a independência das Treze Colônias, houve uma animação contagiante entre muitos deles com as políticas pan-africanistas que prometiam uma solidariedade racial marcante, de maneira que após 6 meses de expedição mais de quatro mil pessoas partiram para o Haiti.¹⁶¹

Os jornais norte-americanos publicaram artigos com as mais diversas opiniões. Havia quem elogiasse a medida haitiana, acreditando em melhores condições ambientais e sociais para os negros nas Antilhas, e também quem se preocupava com o crescimento de uma nação negra no continente americano. Alguns acreditavam que a medida teria grande sucesso após uma pronta resposta dos livres de cor. O fato é que até o final da década de 1820 haviam realizado essa viagem cerca de 13 mil pessoas.¹⁶²

Todavia, além dos imigrantes se configurarem como culturalmente e linguisticamente diferentes dos haitianos, também estavam frustrados com a demora no processo de distribuição de terras, prometido por Boyer como um incentivo para eles. Diante dos problemas internos do Haiti que ocasionaram a revogação dos incentivos aos estrangeiros e planos tributários controversos, os imigrantes passaram a acreditar que não seriam proprietários independentes, mas sim trabalhadores permanentes. Com isso, a quantidade de viajantes rumo ao Haiti diminuiu e alguns dos novos residentes abandonaram a ilha e retornaram aos Estados Unidos, prática comum pelo menos desde 1825.¹⁶³

¹⁶⁰ Alexander, "The Black Republic", pp. 57-79.

¹⁶¹ Alexander, "The Black Republic", pp. 57-63.

¹⁶² Alexander, "The Black Republic", pp. 57-63.

¹⁶³ Alexander, "The Black Republic", pp. 64-66.

O final dessa mesma década foi marcado por um enfraquecimento nas tendências do pan-africanismo e por maiores tensões diplomáticas entre o Haiti e os Estados Unidos, fazendo do projeto de emigração um fracasso para diferentes grupos. A maioria dos ativistas negros, destarte, também se afastaram dos ideais pan-africanos e, a partir de 1830, se concentraram nas lutas internas por justiça e igualdade nos EUA.¹⁶⁴

Contudo, a imagem do Haiti prosseguiu muito importante para os negros livres estadunidenses, a ponto dos ativistas pressionarem o congresso até a década de 1850 para o governo aceitar a autonomia do Haiti, reconhecida pela França e Inglaterra em 1825. A negação do Haiti, impulsionada pela intransigência dos políticos do sul, temerosos que o reconhecimento da nova nação gerasse um endossamento à rebelião, ameaçava a noção de autonomia para os homens e mulheres de cor ao mesmo tempo que fortalecia a instituição da escravidão.¹⁶⁵

Charles Bennett Ray, afro-americano nascido livre e editor do *Colored American*, demonstrou sua insatisfação, assim como outros abolicionistas negros, com a condição diplomática que os EUA mantinham com a antiga colônia de São Domingos. Ele convocava abertamente os cidadãos a realizarem petições para o congresso reconhecer a independência haitiana. Para Ray, os políticos do país não poderiam se curvar aos caprichos racistas e injustificados dos governantes do sul, em razão também dos lucros obtidos pela nação nos tratados comerciais com o Haiti.¹⁶⁶

Muitos ativistas negros permaneceram elogiosos quanto à Revolução Haitiana ao passo que pressionavam o congresso, ou seja, mesmo que em um primeiro momento os ideais pan-africanistas não tenham se cristalizado, a luta por direitos dentro dos Estados Unidos não abandonou a história do Haiti como modelo. Até porque estava claro para eles que o único motivo para não reconhecerem a independência da ilha era o fato de ser uma república dirigida por negros.¹⁶⁷

Diversos golpes militares se iniciaram no Haiti em 1843, depondo o presidente Boyer. Depois de alguns curtos mandatos, assumiu em 1847 Faustin Élie Soulouque. No final de 1849, Soulouque foi nomeado imperador Faustin I e coroado oficialmente dois anos depois. Esse novo governo foi marcado por uma acentuação nas hierarquias sociais, nas políticas imperialistas e na violência contra os opositores.¹⁶⁸

¹⁶⁴ Alexander, "The Black Republic", pp. 64-70.

¹⁶⁵ Alexander, "The Black Republic", pp. 65-70.

¹⁶⁶ Alexander, "The Black Republic", pp. 65-79.

¹⁶⁷ Alexander, "The Black Republic", pp. 65-79.

¹⁶⁸ Alexander, "The Black Republic", pp. 68-70.

Líderes negros estadunidenses continuaram durante a década de 1850 defendendo o Haiti e acusando os escravistas de convencerem o governo a praticar políticas negativas para a ilha. Alguns almejavam realizar acordos de emigração com Faustin I, algo que aparentemente iria dar certo diante da quantidade de pessoas dispostas a aceitar mudar de vida indo para o Haiti em 1858. No entanto, em janeiro do ano seguinte o imperador foi deposto por um novo golpe militar liderado por Fabre Geffrard. Esse evento foi de grande interesse para os jornais estadunidenses, inclusive o abolicionista *National Era* que comemorou a deposição do ex-governante.¹⁶⁹

Poucos meses depois, o presidente Geffrard anunciou um programa de incentivo, semelhante ao de Boyer, concedendo terras, educação, renda e pagamento das viagens para os estadunidenses que emigrassem para a República Negra. A medida foi vista com bons olhos pelo *New York Times*, além de outros veículos de comunicação, endossando os benefícios para a população negra deixar os EUA, dessa forma, aumentando o desejo de emigrar entre os livres de cor.¹⁷⁰

O primeiro bispo negro da igreja episcopal protestante, James Theodore Holly, escreveu no final de 1859 para a *Revista Anglo-Africana* que a emigração para o Haiti seria benéfica não somente para a ilha caribenha, mas também para todo o povo africano e seus descendentes, visto que regenerar a única nação negra das Américas iria silenciar as noções de inferioridade racial. No ano seguinte, Holly, com o apoio monetário de Geffrard, recrutou pessoas na Filadélfia e mudou-se permanentemente para o Haiti. Outros abolicionistas também realizaram esse trabalho e em um ano conseguiram emigrar milhares de homens e mulheres de cor.¹⁷¹

Enquanto jornais em distintas regiões elogiavam o programa de emigração, talvez por considerar positiva a diminuição da população livre de cor, alguns ativistas negros não concordavam com essas políticas. Eles acreditavam que estava implícito nesse movimento a incapacidade dos negros em serem importantes nos EUA, assim abandonando as lutas pela igualdade no seu próprio país.¹⁷²

De qualquer maneira, problemas semelhantes ao programa de Boyer se repetiram e com a eclosão da Guerra Civil em abril de 1861, que fortaleceu o sentimento abolicionista, os ativistas negros que apoiavam a emigração foram gradativamente convertendo suas energias para as lutas dentro da sua nação. Assim, no final de 1862 estava clara a predileção desses

¹⁶⁹ Alexander, "The Black Republic", pp. 68-71.

¹⁷⁰ Alexander, "The Black Republic", pp. 71-75.

¹⁷¹ Alexander, "The Black Republic", pp. 71-75.

¹⁷² Alexander, "The Black Republic", pp. 72-79.

grupos em combater a escravidão nos EUA ao invés de emigrar para o Haiti. Também foi nesse ano que finalmente o governo norte-americano, após a promulgação do presidente Lincoln, não sem oposição veemente de muitos congressistas, reconheceu a independência da nação haitiana.¹⁷³

Mesmo que a Guerra Civil tenha gerado a abolição, concomitantemente ao início da crise da segunda escravidão,¹⁷⁴ os afro-americanos ainda tiveram que lutar ao longo do século XX para ter sua humanidade e cidadania oficialmente honradas. Da mesma forma, embora os Estados Unidos finalmente tenham reconhecido a independência do Haiti, muitos norte-americanos não estavam dispostos a reconhecer plenamente a humanidade e a igualdade do Haiti e de seu povo. Em uma reviravolta pungente, essas lutas foram frequentemente interligadas e persistem até o século XXI.¹⁷⁵

¹⁷³ Alexander, “The Black Republic”, pp. 72-79.

¹⁷⁴ Salles, “A segunda escravidão”, pp. 49.

¹⁷⁵ Alexander, “The Black Republic”, pp. 70-79.

1.4 – Cuba

Em Cuba, por sua vez, a chegada dos imigrantes advindos do Haiti foi fundamental para as mudanças ocorridas na vida econômica e social dos habitantes da colônia espanhola.¹⁷⁶ Devido principalmente à proximidade entre as duas ilhas, houve uma grande quantidade de colonos franceses, fugidos ou expulsos, que se abrigaram no território vizinho. Contudo, em Cuba, como também em outras partes do Atlântico, a entrada dos homens e mulheres negros foi dificultada sob a prerrogativa da grande possibilidade de inflamarem insurreições entre os escravizados locais. De qualquer maneira, estima-se que cerca de 20 a 30 mil refugiados abrigaram-se em terras cubanas.¹⁷⁷

Os proprietários cubanos permaneceram, a despeito das independências pela América Espanhola, apoiadores do colonialismo durante quase todo o século XIX. A defesa pela manutenção de Cuba como colônia estava embasada no anseio pela extensão máxima do sistema escravista e no temor de uma revolta escrava de grandes proporções. Além disso, a rejeição dos imigrantes brancos advindos de São Domingos, consideráveis em número e poder econômico, a qualquer movimento independentista, a presença militar espanhola na ilha e a aposta no reformismo do rei Fernando VII foram outros fatores determinantes para essa escolha, articulados pela questão da escravidão.¹⁷⁸

No início do século XIX, Cuba, assim como o Brasil, buscou estratégias para driblar o ímpeto antiescravista britânico, iniciado após o fim do tráfico transatlântico para as Índias Ocidentais inglesas em 1807. Quando ambas as classes dirigentes se sentiram pressionadas a encerrar o transporte forçado de pessoas oriundas do continente africano, silenciaram o debate no âmbito constitucional e buscaram soluções no campo diplomático.¹⁷⁹

Portanto, os colonos cubanos não se intimidaram com a ofensiva abolicionista e tampouco com as consequências que a Revolução na ilha vizinha poderia suscitar. Os impactos da rebelião dos escravizados puderam ser sentidos em Cuba enquanto ela ocorria, contudo, para os escravocratas cubanos, o século XIX iniciou com uma chance inédita de construir uma próspera sociedade inserida no Império da Espanha. Dessa forma, através do maior acesso aos mercados norte-americano e europeu, almejavam fortalecer a instituição da escravidão.¹⁸⁰

¹⁷⁶ Iacy Maia Mata, *Conspirações da raça de cor*, Campinas: Editora Unicamp, 2015, pp. 45-56.

¹⁷⁷ Robin Blackburn, *A queda do Escravismo Colonial: 1776-1848*, Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 405-420.

¹⁷⁸ Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron, *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*, São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 139-181.

¹⁷⁹ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 128-149.

¹⁸⁰ Blackburn, *A queda do Escravismo Colonial: 1776-1848*, pp. 411-440.

Em suma, eles tentaram tornar-se o que o Haiti já fora, reproduzindo uma sociedade próspera, baseada no açúcar, na escravidão e no colonialismo, na esperança de conseguir impedir que essas mesmas instituições reproduzissem o que tinha ocorrido em São Domingos. Assim, o impacto da Revolução Haitiana em Cuba não pode ser entendido por meio de referências ao medo ou terror. De fato, o impacto do levante teve efeitos contraditórios em Cuba: ao mesmo tempo em que criou uma maior consciência e um medo de rebelião e do poder dos escravos, levou a um grande aumento no número destes, a um novo estatuto de “minoría” para brancos e a um crescimento econômico calcado no modelo de São Domingos.¹⁸¹

Com o aumento da exportação de açúcar, em conjunto com o transporte dos africanos para serem escravizados, a despeito do receio de uma nova insurreição em massa, os dirigentes cubanos adotaram medidas de proteção contra levantes em Cuba. A principal medida tomada foi a restrição da cidadania dos livres e libertos de cor, pois, na percepção de muitos colonos brancos, os grupos escravizados não eram capazes de se organizar e eram considerados como desprovidos de habilidades e inteligência. Logo, os grupos mais aptos dos livres de cor poderiam, caso ocorresse uma aliança, liderá-los para uma rebelião em massa, o que se configurava como a verdadeira ameaça à ordem vigente.¹⁸²

As questões relacionadas aos direitos da população não branca em Cuba foram debatidas em Cádiz no ano de 1810, desembocando na Constituição Espanhola de 1812. Três anos após a invasão comandada por Napoleão à Península Ibérica, as cortes espanholas se reuniram na cidade de Cádiz com o desejo de reaver a soberania nacional na figura do rei deposto e preso, Fernando VII. Com a maior parte do território nacional sitiado pelo exército napoleônico, a aliança com a Grã-Bretanha era essencial para enfrentar os franceses. Logo, os temas referentes ao tráfico transatlântico e ao sistema escravista foram fundamentais na diplomacia da Espanha com a Inglaterra, cuja principal propaganda contra Bonaparte era a abolição do tráfico.¹⁸³

As discussões sobre esses assuntos sucedidas em Cádiz repercutiram acintosamente nas Américas, especialmente em Cuba, ao dificultar o acesso às alforrias, recrudescer a vigilância nos centros urbanos e assentar as diferenças sociais. Com isso, conspirações como a de Aponte em 1812, abertamente inspirada nos generais negros haitianos, ocorreram após os debates metropolitanos. Diante do cenário delicado em que as elites cubanas se encontravam, com sérias ameaças de insurreições dos negros e mulatos, a exclusão dos direitos de cidadania para os livres de cor em Cádiz soou muito bem para os proprietários.¹⁸⁴

Passados oito anos da promulgação da Constituição em Cádiz, uma nova onda independentista passou pelas colônias espanholas e reacendeu os debates abolicionistas. Ao

¹⁸¹ Ada Ferrer, “A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana”, *Almanack*, n.03 (1º semestre de 2012), pp. 37-53, <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320120304>.

¹⁸² Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 95-181.

¹⁸³ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 95-181.

¹⁸⁴ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 95-181.

associarem as guerras por independência ao abalo do escravismo, os proprietários cubanos defenderam, a despeito do fim do regime constitucional espanhol, a permanência como colônia. Assim, também ansiaram por manter as restrições do direito à cidadania, diferente do caso brasileiro que reconheceu, após intensos debates em Lisboa e no Rio de Janeiro, os plenos direitos de todos que não estivessem sendo escravizados na Constituição de 1824.¹⁸⁵

Não obstante, conspirações evocando a Revolução do Haiti, em especial entre os cativos cubanos que acompanharam de perto os acontecimentos na colônia vizinha, foram recorrentes pelo menos até a segunda década do século XIX. Assim, confirmou-se a existência de uma rede de comunicações ampla entre os mais diversos setores da população caribenha, escravizados ou não. Essa rede de informações circulante, com diversos canais de comunicação, como ofícios secretos vazados, relatos pessoais de escravizados rebeldes e de soldados recrutados para batalhar em São Domingos, evidencia como as medidas adotadas pelo governo cubano não foram totalmente eficazes nesse momento.¹⁸⁶

Logo, Cuba sofreu um grande “impacto cognitivo” ocasionado pela Revolução em São Domingos, impactando no futuro político e escravista da ilha.¹⁸⁷ Como conclui Ferrer:

Não que as informações sobre a revolução produzissem automaticamente o terror entre os brancos e a esperança entre os negros e os homens livres de cor. O Haiti expressava, sim, a frustração, o medo e a esperança. Aqueles que não pertenciam ao Haiti viveram também a história de sua revolução, evocando-a constantemente, manipulando-a, imaginando-a para seus próprios fins. Assim, Haiti tornou-se, antes mesmo de sua existência oficial, em janeiro de 1804, um símbolo polivalente que permitiu a escravos, senhores e agentes da Coroa fazer referências a visões divergentes do futuro. Para entender a história da revolução e seu impacto fora do Haiti, é preciso considerar a conscientização que a revolução provocou entre escravos em sociedades como Cuba, onde o Haiti foi tanto um modelo de sociedade escravocrata como um símbolo de liberdade.¹⁸⁸

Mesmo assim, em 1830, Cuba se tornou o maior produtor mundial de açúcar, alcançando uma população de 286.900 escravizados em 1827 e 436.500 em 1841, consideravelmente maior do que os 85.900 em 1792.¹⁸⁹

¹⁸⁵ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 163-181.

¹⁸⁶ Alain Youssef, “Haitianismo em perspectiva comparativa: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX)”, *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2009, pp. 5-14.

¹⁸⁷ Youssef, “Haitianismo em perspectiva comparativa”, pp. 26.

¹⁸⁸ Ferrer, “A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana”, pp. 53.

¹⁸⁹ Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp.34-35

1.5 – Brasil

O Brasil, durante boa parte do oitocentos, trilhou um caminho semelhante ao de Cuba, logicamente guardadas as devidas proporções. Os eventos ocorridos no final do setecentos, destacando internamente a Revolta dos Alfaiates em 1798, marcadamente influenciada pela Revolução Francesa, auxiliaram na aliança entre as classes senhoriais brasileiras e a coroa portuguesa. A mudança da corte portuguesa para a sua colônia nas Américas, em 1808, após fuga do exército napoleônico, assegurou, para os proprietários no Brasil, uma maior estabilidade no contexto da crise que antecedeu a Revolução do Porto. O pacto entre as partes, além disso, garantiu para os escravistas uma maior proteção contra as temidas revoltas dos negros escravizados e libertos.¹⁹⁰

Além da influência direta da França na América portuguesa, a Revolução de São Domingos também adentrou, mesmo que de forma mais branda, as fronteiras coloniais antes do dezenove, como afirma Youssef:

Ao que tudo indica, diante das primeiras notícias dos acontecimentos caribenhos, somente as autoridades coloniais temeram que as influências da Revolução do Haiti pudessem atingir os escravos da América portuguesa. Sua maior preocupação residia nas regiões de fronteira, sobretudo as do norte da colônia, onde havia grandes riscos dos escravos entrarem em contato, via Caiena, com notícias e ideias correntes no Caribe. O próprio governador do Pará, Sousa Coutinho, informou ao rei português, em junho de 1795, que “havia negros fugidos transitando até as campinas de Macapá sem dificuldade”, algo que seria “indispensável prevenir”, pois os mesmos iam “obter liberdade”.¹⁹¹

Não obstante, a preocupação das autoridades portuguesas na última década do XVIII residia em primeiro lugar nos questionamentos à ordem colonial, enquanto o receio de uma revolta de escravizados em larga escala não era comumente acionado.¹⁹² Para eles, a revolta dos escravizados em São Domingos, ainda em curso e sem perspectiva separatista, era apenas uma parte da Revolução Francesa, por isso, o combate deveria ser contra os ideais da nação europeia que propagavam os anseios “destrutivos” de liberdade.¹⁹³

Esses ideais revolucionários franceses foram influência direta para a Conjuração Baiana em 1798. Também conhecida como Revolta dos Alfaiates, o movimento contou com a participação de diferentes classes sociais comumente evocando percepções europeias. No entanto, quando suprimida, foram os grupos menos favorecidos que sofreram as penas mais violentas, assim, o governo metropolitano demonstrou às elites coloniais, em especial aos que

¹⁹⁰ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 95-181.

¹⁹¹ Youssef, “Haitianismo em perspectiva comparativa”, pp. 16.

¹⁹² O desprezo das classes dirigentes pelos escravizados, como trata Michel-Rolph Trouillot em *Silenciando o passado*, pode ser interpretado nesse momento como a crença na incapacidade de organização dos negros.

¹⁹³ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 101-116.

se deixavam iludir pelos homens sediciosos, despreparados e de baixa condição, como seus interesses eram representados mais efetivamente pela metrópole portuguesa. Além disso, indicando que caso essa revolução triunfasse poderia ser um colapso tal qual São Domingos.¹⁹⁴

Além do receio separatista se sobrepôr ao de uma revolta generalizada de escravizados, as notícias sobre a Revolução em São Domingos chegavam na colônia portuguesa apenas intermediadas pelos estadistas residentes na metrópole. Logo, em um primeiro momento, a experiência na América Portuguesa, diferente em relação ao Caribe quanto à diversidade de informações circulantes sobre São Domingos, tornou distante a revolta dos negros e mulatos que modificou a história do Novo Mundo. Dito isso, o impacto político da antiga colônia francesa antes de sua independência foi menor nas terras brasileiras se comparado a Cuba.¹⁹⁵

Enquanto para os escravistas cubanos o contexto poderia ser de uma chance inédita, para os brasileiros, os eventos caribenhos não se constituíam como uma quebra no contínuo histórico pelo menos até 1808. Dois anos depois, como consta no artigo 10 do Tratado de Aliança e Amizade assinado pelo regente D. João, o reino de Portugal se comprometeu a contribuir com a Inglaterra contra o tráfico de escravizados. No entanto, o comércio de pessoas traficadas não cessou e os cruzadores britânicos, fundamentados pelo Tratado, começaram a interceptar os navios tumbeiros portugueses. Com isso, o ministro luso D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviou uma mensagem para o rei britânico, em 1811, afirmando quão prejudicial eram as ações antitráfico para a diplomacia dos dois países e para a economia imperial, que necessitava de um tempo muito maior para sobreviver ao fim da economia baseada na mão de obra escrava.¹⁹⁶

A resposta de D. Rodrigo prosseguiu em uma estratégia maior de manutenção da ordem escravista, instruindo o governo luso a uma política diplomática pró-escravista que perdurou até 1821. Para garantir um maior sucesso nessa empreitada, o ministro garantiu a publicação de artigos em favor do tráfico transatlântico em jornais como o baiano *Idade d'Ouro do Brasil* e *O Investigador Português*, editado em Londres.¹⁹⁷

Em 1815, com a derrota de Napoleão e a conferência do Congresso de Viena, a Grã-Bretanha impulsionou as políticas contra o tráfico de pessoas, especialmente voltadas para Brasil e Cuba. Porém, as alianças estabelecidas pelos escravistas, em principal ligados a Portugal e à Espanha, dificultaram a agenda abolicionista imposta pela potência inglesa. Foi em

¹⁹⁴ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 101-116.

¹⁹⁵ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 101-116.

¹⁹⁶ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 116-139.

¹⁹⁷ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 128-133.

razão dessa pressão britânica que as polítics escravocratas, por pelo menos cinquenta anos, perduraram de maneira semelhante em ambas as colônias ibéricas.¹⁹⁸

As classes senhoriais de ambas as regiões lograram êxito em manter a escravidão após a primeira grande crise da segunda escravidão. A abolição da escravidão no sul dos Estados Unidos, marcando o auge dessa crise, foi precedida pela contradição da pressão inglesa para abolir o tráfico. Segundo Eric Williams, o interesse da Inglaterra em abolir o tráfico estava ligado, entre outras coisas, ao impacto causado pelo fracasso em São Domingos, à decadência econômica do Caribe Britânico em contraposição às demais regiões exportadoras, às constantes ameaças de rebeliões nas suas colônias e aos limites para o avanço capitalista na metrópole que o monopólio das Índias Ocidentais gerava.¹⁹⁹

A Bahia, mais especificamente, cuja principal base econômica também era o açúcar (pelo menos por todo o século XVIII e parte do XIX), representava uma grande parcela das exportações nacionais, isso porque a província não perdeu sua relevância econômica mesmo após a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Por isso, o fim da colônia de São Domingos foi também favorável para impulsionar as exportações baianas.²⁰⁰

Além da economia, a independência do Haiti também exerceu influências nos campos políticos e sociais da província da Bahia. É possível perceber tais influências como duas faces de uma mesma moeda: a escravidão. Por um lado, a elite senhorial disposta a manter o regime escravista reverberava o medo de uma insurreição dos “homens e mulheres de cor”²⁰¹ para, assim, recrudescer a vigilância e a violência sobre esses grupos. Logo, as ligações com a primeira nação negra nas Américas eram criminalizadas, pelo menos até a primeira metade do oitocentos, e os sujeitos suspeitos de reproduzirem os seus ideais poderiam ser acusados de “haitianistas”.²⁰²

A velocidade da circulação de informações nos séculos XVIII e XIX é um dos primeiros fatores para o rápido alastramento das notícias sobre o Haiti. Tais informações viajavam principalmente por vias marítimas e alcançavam as mais diversas camadas sociais.²⁰³ Ou seja,

¹⁹⁸ Berbel, Marquese e Parron, *Escravidão e política*, pp. 128-163.

¹⁹⁹ Eric Williams, *Capitalismo e escravidão*, Rio de Janeiro: Companhia editora americana, 1975, pp. 141-188.

²⁰⁰ Avanete Pereira Sousa, “A cidade de Salvador no contexto da independência da Bahia: A dinâmica mercantil de uma cidade-capital (Finais do Século XVIII e Início do XIX)” in Maria das Graças de Andrade Leal, Avanete Pereira Sousa (orgs.), *Capítulos de história da Bahia* (Salvador: Assembleia legislativa da Bahia, 2017), pp. 83-110.

²⁰¹ Termo utilizado, não exclusivamente, pelas elites brancas oitocentistas para designar homens e mulheres não brancos.

²⁰² Morel. *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 20-38.

²⁰³ Peter Linebaugh e Marcus Rediker, *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 155-223.

o Haiti e sua Revolução não eram totalmente desconhecidos entre os escravizados do Brasil.²⁰⁴ Boa parte desses homens e mulheres que viviam sob o regime de escravidão por todo o Novo Mundo estavam a par dos acontecimentos ao seu redor, graças a uma rede de informações circulantes principalmente por via marítima.²⁰⁵

Em 1761, vinte e oito anos antes de iniciada a Revolução na França, quando o marquês de Pombal aboliu o tráfico escravo para a metrópole portuguesa, trabalhadores escravizados no Brasil agitaram-se por imaginar que esse decreto chegaria à colônia.²⁰⁶ No final do século XVIII, as propagandas revolucionárias na Europa eram da ciência de alguns grupos escravizados pelo atlântico, com isso, influenciando as movimentações deles em prol da abolição.²⁰⁷

Certamente, não pode ser excluída a possibilidade dos escravizados no Brasil também possuírem acesso aos ideais republicanos franceses no final do século XVIII. Primeiro porque, como aponta o viajante inglês John Barrow, já em 1792 é perceptível uma mudança comportamental nos negros do Rio de Janeiro, passando a serem, segundo sua perspectiva, mais arredios.²⁰⁸ Segundo, pela presença francesa na Conjuração Baiana em 1798, através de ideais e conexões que não se estagnaram nas elites locais, destacando a arregimentação de alguns escravizados pelos senhores que aderiram à revolta.²⁰⁹ De acordo com István Jancsó e Marco Morel:

Está claro que setores pobres e mais mobilizados da população baiana (ainda que minoritários no conjunto da sociedade e talvez até no interior da conspiração) assumiram e reinterpretaram a seu modo não só os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, como também a informação sobre as articulações efetivadas com uma autoridade da República francesa.²¹⁰

Depois da virada do século, cerca de um ano após a independência do Haiti, a Revolução ocorrida no Caribe francês já pode ser percebida como inspiração para “milicianos de cor” do Rio de Janeiro.

O Ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros, o retrato de Dessalines, Imperador dos Negros da Ilha de São Domingos. E o que mais

²⁰⁴ Luiz Mott, “A revolução dos negros do Haiti e do Brasil”, *História: Questões & Debates*, v. 4, n. 1 (1982), pp. 55-63, <http://dx.doi.org/10.5380/his.v4i1>.

²⁰⁵ Linebaugh e Rediker, *A hidra de muitas cabeças*, pp. 155-223.

²⁰⁶ Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 384 e 449.

²⁰⁷ Flávio Gomes e Carlos Soares, “Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: Outras margens do atlântico negro”, *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 63 (2002), pp. 131-144.

²⁰⁸ Gomes e Soares, “Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista”, pp. 131-144.

²⁰⁹ István Jancsó e Marco Morel, “Novas perspectivas sobre a presença francesa na Bahia em torno de 1798”, *Revista Topoi*, v. 8, n. 14 (2007), pp. 206-232.

²¹⁰ Jancsó e Morel, “Novas perspectivas sobre a presença francesa na Bahia”, pp. 219.

notável era que estes mesmos negros estavam empregados nas tropas da Milícia do Rio de Janeiro, onde manobravam habilmente a artilharia.²¹¹

Parece claro que o proclamador da independência haitiana, o ex-escravizado Jean Jacques Dessalines, já era um herói para esses milicianos de cor em 1805, possivelmente também para outros grupos não brancos. Porém, a pergunta mais pungente e de difícil resposta é como em tão pouco tempo não somente obtiveram ciência do fato, mas também adquiriram, dentro ou fora das fronteiras nacionais, um artefato imagético específico. De fato, é notável como rapidamente a existência do Haiti, nesse caso na imagem de Dessalines, já era uma referência para negros e pardos brasileiros, prosseguindo, por muitos anos, no imaginário desses grupos.²¹²

Durante uma sublevação em Salvador, no ano de 1814, escravizados falavam abertamente dos acontecimentos do Haiti ao passo que entoavam: “Liberdade! Viva os negros e seu rei” e “Morte aos brancos e aos mulatos!”. Dez anos depois, foram pregados nas portas dos estabelecimentos da vila de Laranjeiras, a maior colônia portuguesa de Sergipe, dizeres como “Vivam mulatos e negros. Morram os marotos e caiados”.²¹³ Seguidamente, os mesmos organizaram um jantar onde elogios eram feitos ao rei do Haiti, enaltecendo “a grande São Domingos”.²¹⁴

Na Confederação do Equador, também em 1824, o major do batalhão dos pardos, Emiliano Mundurucu, realizava assaltos nas casas dos adversários entoando juntamente com seus homens:

Vamos imitar Christophe
O imortal haitiano
Eia! Imitemos seus feitos
Ó meu povo soberano!²¹⁵

O imortal haitiano é Henri Cristophe, o primeiro monarca coroado do Novo Mundo. Nascido sob o cativo em Granada, governou a parte norte da ilha por cerca de quatorze anos, cinco como presidente e nove como rei Henri I. Apesar de algumas medidas coercitivas durante seu governo, simbolizou a resistência e a luta antirracista, inclusive nos séculos posteriores.²¹⁶ A existência de governantes não brancos nas Américas advertia sobre o erro de menosprezar, nos mais diversos aspectos, os negros e mestiços. Como aponta Robin Blackburn, um dos erros

²¹¹ Documento do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Seção Brasil-Diversos (1749-1824), Caixa 2, citado por Luiz Mott, “A Escravatura: o propósito de uma representação a El-Rei sobre a escravatura no Brasil”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 14 (1973), pp. 127-136, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i14p127-136>.

²¹² Morel. *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 199-310.

²¹³ Marotos e caiados eram respectivamente os portugueses e brancos. Ver em Gomes e Soares, “Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista”, pp. 137-138.

²¹⁴ Gomes e Soares, “Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista”, pp. 137-138.

²¹⁵ Morel. *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 201.

²¹⁶ Morel. *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 70-73.

mais graves de Napoleão Bonaparte foi subestimar a força que os ideais de igualdade e liberdade assumiram para os revolucionários de São Domingos.²¹⁷

Não é fácil mensurar, como dito anteriormente, o quanto as elites brasileiras utilizavam de pura retórica para favorecer sua agenda escravista e o quanto havia de medo na existência de uma rebelião escrava bem-sucedida. O fato é que se a experiência haitiana não abalou o desprezo dos proprietários em relação aos homens e mulheres escravizados, o resgate à sua memória, falada, escrita ou lida, inspirou lutas antirracistas e abolicionistas entre os grupos racialmente marginalizados, escravizados ou não. Em um momento em que frutificavam as teorias racistas em prol de uma supremacia branca,²¹⁸ a transformação causada pelos revolucionários haitianos fortalecia o sentimento de autoestima em parte dos negros e mestiços pelas Américas.²¹⁹

De qualquer maneira, trinta anos após a independência resultada de uma rebelião dos escravizados, as ações em torno da antiga colônia francesa ainda alardeavam e poderiam ser criminalizadas, como no caso do haitiano Moiro, preso no Rio de Janeiro em 1835, acusado de incitar trabalhadores escravizados a se rebelarem, que curiosamente não negou as acusações, apenas defendeu-se ao argumentar que era apenas uma brincadeira.²²⁰ Foi nesse momento de instabilidade no Brasil, como veremos no próximo capítulo, que o Haiti, em particular contendo a ideia do haitianismo, ganhou outra roupagem.

²¹⁷ Blackburn, *A queda do Escravismo Colonial: 1776-1848*, pp. 278.

²¹⁸ Marques, “O estilhaçar do espelho”, pp. 39-57.

²¹⁹ Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, pp. 95-103.

²²⁰ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 276-277.

CAPÍTULO 2 – As representações do Haiti nos jornais baianos do período regencial

A abdicação de D. Pedro I em prol do seu filho, incapaz de assumir o trono com apenas 5 anos, iniciou no dia sete de abril de 1831 um período ímpar na história brasileira. Precedido por uma crise política de estopim na Noite das Garrafadas e com duração até o “golpe da maioria” de D. Pedro II no ano de 1840, o período regencial foi um momento de instabilidade política, considerável número de rebeliões e mudanças nas práticas de segurança nacional e provinciais.²²¹

A abrangência das discussões e formulações político-sociais perpassou as diversas camadas da sociedade brasileira, conseqüentemente, a palavra pública, forte nas Regências, tornou-se mais plural. A diversidade dos debates políticos pode ser perceptível, em especial, nos jornais do período. Houve, assim, um aumento quantitativo nos impressos em geral, acarretando também em um maior público receptor.²²²

No mesmo ano da abdicação, mais especificamente no dia sete de novembro, foi promulgada a lei que declarava livres os escravizados trazidos de fora do Brasil, certamente como uma resposta do governo brasileiro à pressão britânica pela abolição do tráfico transatlântico, porém também reflexo das disputas dos grupos políticos nacionais.²²³ Paradoxalmente a isso, a década de 1830 viu crescer o número de pessoas traficadas para o território imperial, demonstrando a força contida nos negócios ao redor da escravidão.²²⁴

Segundo dados apresentados por Sidney Chalhoub, nos dois primeiros quartos do século XIX desembarcaram no Brasil respectivamente 1.012.762 e 1.041.964 de africanos. Desde o início do tráfico transatlântico para as províncias brasileiras, em meados do XVI, o período mais intenso foi entre 1800 e 1850 que somou mais de 42%. No ano da aprovação da lei houve uma diminuição na entrada de escravizados, pouco mais de 6 mil, demonstrando uma expectativa de cumprimento da legislação. Nos anos seguintes, contudo, houve um aumento no número de desembarques, chegando a 37.134 em 1835 e 52.837 em 1836.²²⁵

²²¹ Marco Morel, *O período das regências (1831–1840)*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003, pp. 7-31

²²² Morel, *O período das regências*, pp. 19-51

²²³ Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei de 7 de novembro de 1831, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm.

²²⁴ Morel, *O período das regências*, pp. 7-31.

²²⁵ Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 35-48.

Para Tâmis Parron, a despeito da intensificação do tráfico, a lei “não deve ser entendida como prescrição normativa nem simulação diplomática, mas sim como extraordinário ponto de articulação, na história brasileira, entre ação legal e interação social”.²²⁶ O autor prossegue:

Qualquer análise das vicissitudes e do porvir da lei de 7 de novembro de 1831 deve inter-relacionar as ações de resistência escrava, os desempenhos econômicos regionais, os efeitos do movimento abolicionista e a conjuntura das disputas políticas no Império do Brasil.²²⁷

Dessa forma, a lei contra o tráfico também era resultado da crescente quantidade de africanos, ultrapassando o número de brancos em algumas províncias. Parte da sociedade apontava esses africanos como responsáveis pelos constantes levantes da primeira metade do dezenove, conseqüentemente, levando à elaboração de diversas leis específicas para os africanos e os seus descendentes escravizados. Os defensores da lei de 7 de novembro, por exemplo, ao perceberem a desobediência entre os traficantes de africanos e seus compradores, incorporaram a questão da segurança, em especial baseados no argumento de que os africanos eram os principais causadores das revoltas regenciais.²²⁸

De certo, essa ideia da influência africana nos “negros da terra”²²⁹ não era um delírio. Esses dois grupos, diversos por si só, não tiveram as interações completamente distanciadas, apesar das diferenças, antes “as comunidades escravas nas Américas fundamentalmente forjaram uma interação e transformação cultural original e diversificada”. Não é de surpreender que o convívio entre eles nas ruas, senzalas e quilombos trouxesse péssimos presságios a alguns setores da sociedade brasileira.²³⁰

Na Câmara dos Deputados as discussões sobre o receio de rebeliões violentas nas províncias e o tráfico de africanos estavam intimamente ligadas. Em 4 de junho de 1832, o deputado da Bahia Miguel Calmon du Pin e Almeida advogou pelo investimento na força naval brasileira, não para possíveis invasões de outras nações, mas para combater o desembarque ainda constante de escravizados, em particular na sua província.

Não é a força das armas, nem a popularidade de um, a energia de outro, e o liberalismo de outro que nos sustenta, é sim o santo medo da anarquia que tem despertado no Brasil os receios que se reproduzam aqui as cenas dos países que nos rodeiam; este medo que se entranha no coração de todos os cidadãos que têm o que perder manterá a ordem, e é o que a mantém, e não as forças navais ou guardas nacionais. Todavia, sustento que para se administrar justiça e manter a ordem, é preciso para muitas pessoas empregar a força.²³¹

²²⁶ Tâmis Parron, “A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.73

²²⁷ Parron, “A política da escravidão no império do Brasil”, p. 75

²²⁸ Luciana da Cruz Brito, “Sob o rigor da lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841)”, Dissertação (História Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, pp. 11-13.

²²⁹ Termo em referência aos descendentes dos africanos nascidos no Brasil.

²³⁰ Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio Gomes, “Com o Pé sobre um Vulcão”: Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n. 2 (2001), pp. 4-5

²³¹ Disponível na Coleção de Anais da Câmara dos Deputados de 4 de junho de 1832, https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=4/6/1832#/.

O deputado acreditava que a razão de não se repetir no Brasil as cenas dos países próximos, nações que Calmon não arriscou denominar, era o sentimento de medo dos cidadãos. No entanto, para ele, o reforço era essencial, visto que muitas pessoas só respondiam com a força. O político baiano também não sentiu a necessidade de especificar quais grupos atendiam somente à força, porém pela contraposição com “todos os cidadãos que têm o que perder” podemos supor que ele se referia aos desprovidos de direitos e propriedades. Para Luciana da Cruz Brito:

A cidadania que não foi concedida aos africanos libertos se justificava pelas preocupações não só com a segurança, como também aos projetos de formação de uma nação homogênea, o que era algo essencial na formação do Estado brasileiro. Assim, a questão dos africanos libertos na legislação ficou delegada às Assembleias Provinciais Legislativas.²³²

A situação do crioulo era diferente: de acordo com a Constituição de 1824, o liberto nascido no país era cidadão, mesmo possuindo direitos restritos - poderia votar nas eleições primárias e ingressar na Guarda Nacional, menos como oficial.²³³ A Guarda foi criada em 1831 para atuar como reforço ao poder civil e se tornou o sustentáculo do governo regencial. Logo, configurou-se como a principal força auxiliar da minoridade em resposta às diversas manifestações de resistência, perpassando pelas rebeliões, urbanas ou rurais, fugas, coletivas ou individuais, e lutas políticas.²³⁴

Essas lutas são resultado de uma sociedade escravista e marcadamente racializada. Por isso, para parte dos homens de cor escravizados ou libertos, Salvador era uma enorme prisão e a única maneira de encontrar a liberdade era através da fuga ou da conquista da cidade, como ocorreu no Haiti.²³⁵ Não por acaso, a maior revolta escrava urbana do Brasil ocorreu nessa cidade em 1835.²³⁶

Dito isso, a primeira medida legal de segurança foi a criação da Guarda Nacional, através da lei de 18 de agosto, pouco mais de 4 meses após a abdicação de D. Pedro I. No mesmo decreto também foi sancionada a extinção dos corpos de milícias, guardas municipais e ordenança. Portanto, o objetivo era centralizar no governo regencial o que antes realizavam as milícias.²³⁷ Com isso, segundo o primeiro artigo da própria lei, a segurança interna era responsabilidade da Guarda que deveria “[...] defender a Constituição, a liberdade,

²³² Brito, “Sob o rigor da lei”, p.13

²³³ Brito, “Sob o rigor da lei”, p.20

²³⁴ Jeanne Berrance de Castro, *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, São Paulo: Brasiliense, 1977, pp. 17-31.

²³⁵ Ubiratan Araújo, “A política dos homens de cor no tempo da Independência”, *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, v.18, n.50 (jan/abr 2004), p. 253-269.

²³⁶ João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*, Brasiliense, 1986, pp. 7.

²³⁷ Castro, *A milícia cidadã*, pp.173-207.

Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas”.²³⁸

²³⁸ Lei de 18 de agosto de 1831. Disponível no Portal da Câmara dos Deputados, https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html.

2.1 – Hierarquia racial em uma instituição liberal

Por certo, a Guarda Nacional não prosseguiu idêntica aos moldes milicianos, de fato houve heranças significativas, porém as diferenças eram marcantes.²³⁹ As milícias serviam como tropas auxiliares para o império, mesmo sendo organizadas particularmente, ou seja, com a responsabilidade dos próprios integrantes. Geralmente, as milícias eram segregadas racialmente sendo formadas por grupos de brancos, pardos ou negros separadamente. Existiam exceções, a principal delas era a liderança de um branco sobre um corpo de milícias pardo ou preto. A Guarda Nacional foi a primeira instituição oficial que não distinguiu os grupos racialmente, pelo menos não na teoria. Guiado pelo ideal liberal pautado na propriedade, os cargos não poderiam ser nomeados sob nenhum pretexto racial.²⁴⁰

Entretanto, a exclusão dos ex-milicianos pretos e pardos das novas companhias elucidam como as práticas de segregação racial não foram abolidas. O rompimento com as milícias no decreto da criação da Guarda Nacional também é percebido como uma continuação, visto que a experiência dos corpos de milícia influenciou diretamente as interpretações sobre o que seria a Guarda. Esse debate girou em torno de questões como cidadania, relações de classe e cor.²⁴¹

Apesar disso, as características iniciais da Guarda Nacional, em contraposição às mudanças institucionais concretizadas na segunda metade do XIX, são relativamente democráticas - consequência direta das intensas discussões parlamentares.²⁴² Nas votações, parte considerável dos políticos desejava restringir mais a possibilidade de inserção na Guarda, contrariando alguns poucos deputados, como Rebouças.²⁴³

O deputado Antônio Pereira Rebouças, filho de um português e de uma escravizada liberta, lançou-se em defesa dos libertos diante da tentativa de excluí-los do ingresso na Guarda e expôs o risco presente ao se tomar medidas excludentes:

Se acaso o édito de Luiz XIV [...] fosse cumprido na parte respectiva a considerar franceses e capazes de todos os empregos e ocupações os libertos das colônias, sem dependência alguma de carta de naturalização; se acaso se fizessem efetivas as salutares e conciliadoras medidas, propostas pelo Duc de la Rochefoucauld e outros ilustres franceses na constituinte e mais assembleias, que se lhe seguiram; certamente, os colonos refratários e obstinados não sofreriam tanto, nem teriam lugar as cenas de horror e de atrocidade que fazem arrepiar as carnes apenas se nos afiguram a

²³⁹ Castro, *A milícia cidadã*, pp.173-207.

²⁴⁰ Castro, *A milícia cidadã*, pp. 3-170.

²⁴¹ Hendrik Kraay, *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*, São Paulo: Hucitec, 2011, pp. 317-363

²⁴² Kraay, *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência*, pp. 317-319.

²⁴³ Keila Grinberg, *O Feador Dos Brasileiros: Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 101-125.

imaginação! [...] Mas, enfim, todos os meios reconciliatórios foram perdidos, e os colonos na rainha das Antilhas, como o clero e a nobreza na França, por nada quererem ceder, sem tudo ficaram...²⁴⁴

Rebouças está se referindo à antiga ilha de São Domingos, ex-colônia francesa. Para ele, não considerar a plena concessão de direitos a uma massa populacional, como eram os brasileiros libertos e livres de cor, era incitá-los a uma revolta. Utilizar o exemplo do Haiti era proposital, ele sabia que incitaria as críticas e o medo dos ouvintes, sobretudo dos proprietários de escravos.²⁴⁵ Por discursos como esse foi também acusado de ser um “haitianista”.²⁴⁶ Sua luta, contudo, era em prol da garantia dos direitos promulgados na constituição de 1824 e da maior inclusão dos homens e mulheres de cor na sociedade.²⁴⁷

A exigência da condição de eleitor para o exercício de guarda nacional de fato excluiu uma parcela considerável dos não brancos, porém não na sua totalidade. Durante a criação da lei já havia a preocupação quanto ao alistamento desses homens. A insatisfação e o receio cresceram em parte dos oficiais brancos ao constatarem a progressiva conquista de cargos oficiais por negros e pardos.²⁴⁸

Em Salvador, por exemplo, as disputas internas em algumas Companhias da Guarda Nacional foram, no início do ano de 1836, no mínimo intensas. As eleições para os oficiais e inferiores ocorreram, como de costume desde a criação da instituição,²⁴⁹ sob a jurisdição municipal do juiz de paz. Pela lei, negros e pardos poderiam participar em igualdade com qualquer branco, desde que fossem livres e possuíssem a renda necessária. Ao perceberem a possibilidade de uma maioria de “homens de cor” ascenderem nas patentes, uma parcela dos oficiais brancos da primeira e da segunda Companhias do primeiro Batalhão se preocuparam.²⁵⁰

Então, tal oficialato branco, através de boatos e mentiras, tentou desqualificá-los entre os votantes. De fato, na primeira Companhia a campanha parece ter surtido efeito, visto que a maioria branca foi eleita, contudo, a segunda Companhia elegeu como Capitão o cidadão pardo Joaquim de Souza Vinhático. Além disso, ascenderam de patente, juntamente com ele, quase todos os homens pardos da segunda Companhia, salvo uma única exceção.²⁵¹

²⁴⁴ Grinberg, *O Fiador Dos Brasileiros*, pp. 102.

²⁴⁵ Essa não foi a única vez que utilizou deste recurso em 1832. Em outra oportunidade citou negativamente Simón Bolívar e sua visita ao Haiti. Disponível na Coleção de Anais da Câmara dos Deputados de 1 de setembro de 1832, https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=1/9/1832#/.

²⁴⁶ Marco Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista: O que não deve ser dito*, Jundiaí: Paco Editorial, 2017, pp. 281-282.

²⁴⁷ Grinberg, *O Fiador Dos Brasileiros*, pp. 69-125.

²⁴⁸ Castro, *A milícia cidadã*, pp. 173-242.

²⁴⁹ Lei de 18 de agosto de 1831.

²⁵⁰ As descrições desse fato foram extraídas do jornal *O Defensor do Povo*, Salvador, 13 fev. 1836, p. 1-4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/docreader/815276/13>.

²⁵¹ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

O medo da inclusão dos não brancos na Guarda Nacional foi pauta desde sua criação em 1831.²⁵² Apesar do decreto fundador da instituição não se caracterizar pela exclusão dos pretos e pardos, a mesma reproduziu o modelo racial vigente na Bahia regencial.²⁵³ Logo, outros meios foram utilizados para coibir a inclusão dos “homens de cor” no oficialato.²⁵⁴

Mesmo com esse resultado na eleição da segunda Companhia e a garantia dos postos para Vinhático e os demais pardos, o problema não estava resolvido, pelo contrário. Utilizando o apelo ao sentimento de medo, levantou-se uma acusação aos oficiais pardos. A acusação, considerada gravíssima naquele contexto,²⁵⁵ era de que os mesmos estavam formando um Batalhão de “homens de cor” apoiadores de uma tal Sociedade Gregoriana, simpática aos ideais haitianistas.²⁵⁶

Localizada na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, a 2ª Companhia, comandada por Joaquim Vinhático, foi alvo de um boato caracterizado por um temor largamente utilizado na Bahia da década de 1830. Esse temor era herança do entendimento preponderantemente negativo sobre o Haiti, montado desde sua Revolução. Os acusadores compreendiam que a Revolução do Haiti teria alastrado uma filosofia pautada na miscigenação de raças e no assassinato dos brancos para, assim, formar outras sociedades dirigidas por negros e pardos.²⁵⁷

Ao proferir essas acusações, os oficiais brancos ansiavam pela deslegitimação das eleições e a destituição, ao máximo possível, dos cargos conquistados pelos pardos. Essa é a conclusão contida na 43ª edição do jornal baiano, sob a tipografia de Vicente Ribeiro Moreira, *O Defensor do Povo: Jornal político, interessante a todos os homens livres do Brasil*. Esse periódico se pôs veementemente a favor dos oficiais pardos, defendendo-os das acusações recebidas. O artigo jornalístico explica que os acusadores almejavam prejudicar os “brasileiros de cor”, reduzindo-os às piores posições na Nação. Curiosamente, esses acusadores não foram apontados individualmente ou em algum grupo específico; para referir-se a eles foram utilizados apenas adjetivos pejorativos:²⁵⁸

[...] desejam praticar estes *moços cor de neve abonecados da China, aristocratas, podres intrigantes, sonhadores da Sociedade Gregoriana* com os cidadãos Brasileiros de cor, excluindo-os de todos os empregos da Nação; até que se reduzam a zero na sociedade, ou escravos destes desprezíveis impostores.²⁵⁹

²⁵² Castro, *A milícia cidadã*, pp. 173-228.

²⁵³ Jocélio Teles dos Santos, “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX”, *Afro-Ásia*, n. 32 (2005), pp. 115-137.

²⁵⁴ Castro, *A milícia cidadã*, pp. 173-242.

²⁵⁵ Luiz Mott, “A revolução dos negros do Haiti e do Brasil”, *História: Questões & Debates*, v. 4, n. 1 (1982), pp. 55-63, <http://dx.doi.org/10.5380/his.v4i1>.

²⁵⁶ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

²⁵⁷ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 20-38.

²⁵⁸ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

²⁵⁹ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4. Itálico do autor.

E em seguida completa:

E finalmente, que só se deve conceder para os homens de cor os lugares de marinheiro, soldado, (não passando de sargento de primeira linha), trabalhadores das Alfândegas, remadores dos escaleres da Ribeira [...] ²⁶⁰

O argumento principal presente nessa edição está em elucidar a inocência e o brio dos “livres de cor”, perseguidos e marginalizados pelos “moços cor de neve”. Para isso, o articulista utiliza de premissas fundamentalmente liberais sob a égide da constituição de 1824, a garantidora, segundo o jornal, da igualdade de direitos a todos os livres. A partir daí, enaltece a lealdade desses cidadãos diante da nação em outros momentos, como na luta pela independência, agindo sempre pelo Brasil e não contra, mesmo continuamente injustiçados. ²⁶¹

Ao traçar o perfil do “brasileiro de cor” dessa maneira, o escritor de *O Defensor do Povo* desejava diferenciar ao máximo os negros e pardos do Brasil em relação aos haitianos. Essa distinção era fundamental para validar a argumentação, pois, como destaca Marco Morel, há uma abundância de repercussões negativas comparadas às não negativas sobre o Haiti. Uma vez que, além do caráter opróbrio da Revolução em São Domingos constituir-se praticamente como um axioma nas retóricas, o “haitianismo” era uma prática criminosa no Brasil, ²⁶² agravada pela condição de pardo autodeclarada pelo jornalista. ²⁶³

Em vista disso, assumir uma posição de rejeição ao Haiti e suas consequências poderia servir tanto para favorecer seu argumento quanto para não ser criminalizado. Logo, o desejo do autor de *O Defensor do Povo* estava em seguir a Constituição e, com isso, garantir direitos iguais a todos os homens livres do Brasil. O público-alvo, endereçado no subtítulo, esclarece tal pretensão - “Interessante a todos os homens livres do Brasil” -, significando a inclusão de uma parcela da população brasileira altamente segregada, os libertos e livres de cor. ²⁶⁴

Não obstante, perpassa também pela continuação da exclusão de alguns grupos. O ideal extremamente liberal do jornal, ²⁶⁵ que almejava ser atraente para “todos os homens livres”, não engloba as mulheres brasileiras, até então afastadas do direito à cidadania, e as pessoas em situação de escravidão. Na edição 43 não há nenhuma menção à abolição; a preocupação está centrada nas pessoas livres e na pretensão de igualdade entre elas. ²⁶⁶ Após enaltecer o brasileiro não branco, distinguindo-os dos rebeldes haitianos, e proclamar seus direitos legais, conclui:

O que acima acabamos de dizer é somente dirigido aos malvados propagadores da *sonhada Sociedade Gregoriana, e República do Haiti*; e nunca é, e nem será da nossa

²⁶⁰ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

²⁶¹ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

²⁶² Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 20-38.

²⁶³ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

²⁶⁴ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

²⁶⁵ Kraay, *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência*, pp. 336.

²⁶⁶ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

intenção ofender a pessoa alguma, por ser desta ou daquela cor: antes pelo contrário; porque o número maior dos nossos amigos é de brancos; entre os quais há alguns a quem somos obrigados. E falando dos brancos nossos amigos em geral todos nas suas casas, quando nela vamos, nos tratam com a mesma igualdade que tratam os *Lords Brancos, ou figurões*, que por algumas vezes tem-nos sucedido encontrar nas ocasiões em que nos temos dirigido a estas casas.

A presente censura é senão para obtermos a atenção dos bons Patriotas: a fim de acabarmos com esta perigosíssima intriga de cores, e reunidos todos os naturais do Brasil (sem distinções de cores) em uma só voz.²⁶⁷

Com isso, transparece seu objetivo em ofender somente os acusadores, citados de novo indistintamente, sem incluir os brancos em geral, considerados “o número maior dos nossos amigos”. Dessa forma, logra agregar ao grupo dos “bons patriotas”, contrários a “esta perigosíssima intriga de cores”, a presença desses homens brancos. Mesmo admitindo essa amizade sem segregações raciais, a intenção do autor é clara em não gerar mais muros entre brancos e pretos/pardos, antes, o apoio entre os distintos grupos parecia ser mais vantajoso nessa luta.²⁶⁸

Diante desse cenário, percebe-se como é complicado verificar a veracidade de tais acusações, sobretudo sem o conhecimento dos nomes dos acusadores. Todavia, esse caso relatado pelo jornal *O Defensor do Povo* pode ser uma chave de entendimento mais amplo em torno das retóricas envolvendo o Haiti – não se trata de interesse na comprovação ou não das acusações. Indubitavelmente, questões relacionadas à Sociedade Gregoriana e seus supostos membros também nos são caras, principalmente levando em consideração o momento conturbado do período regencial. Esses debates serão aprofundados durante todo o capítulo e para isso serão utilizados outros exemplos.

Nesse caso, em particular, não há uma documentação que comprove ou desminta a participação do Capitão Vinhático e dos demais pardos em uma sociedade secreta. Certamente, comprovar a não participação em uma sociedade secreta não era tarefa fácil, principalmente quando o acusado era visto como um potencial inimigo de cor. A instituição da Guarda Nacional, mesmo fundada sob premissas liberais, também reproduzia a racialização presente nas relações sociais brasileiras oitocentistas.²⁶⁹ O 10º artigo da lei de 18 de agosto de 1831 estabelecia a obrigatoriedade do serviço na Guarda Nacional para todos os cidadãos brasileiros eleitores, desde que possuíssem idade entre 21 e 60 anos. A renda anual para ser um eleitor estava estipulada em cerca de duzentos mil réis, portanto, excluindo uma parcela enorme da população.²⁷⁰

²⁶⁷ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4. Itálico do autor.

²⁶⁸ *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

²⁶⁹ Castro, *A milícia cidadã*, pp. 173-242.

²⁷⁰ Lei de 18 de agosto de 1831.

A Lei de 1831 facilitava, através do serviço de reserva, a fuga do recrutamento para alguns setores mais abastados, enquanto a parte da população mais marginalizada servia assiduamente à Nação. Contudo, o serviço prestado por essa parcela menos favorecida, seja na Guarda Nacional ou no exército, era majoritariamente em postos inferiores.²⁷¹ Por certo, o poder aquisitivo e a influência política do indivíduo e da sua família eram facilitadores no seio dessa instituição, seja para não servir, seja para se consolidar em altos postos oficiais.²⁷²

A Lei não trata, em consonância com o modelo liberal de direitos iguais a todos os cidadãos da constituição de Pedro I, da gritante estratificação racial no Brasil ainda escravista e com considerável população de cor. Decerto, a Guarda foi criada como um retrato da condição nacional, ou seja, funcionando como poder coercitivo de controle em uma sociedade racializada²⁷³ – realizando inclusive o papel de sufocar revoltas e sublevações. Em sua criação a Guarda Nacional já excluía prontamente os libertos e exigia uma renda mínima de quatrocentos mil réis para postos oficiais. Entretanto, três fatores preocupavam a ordem do regime escravista: o ingresso clandestino de escravos na Guarda, rebeldes dissidentes e a ascensão dos “homens de cor” a altos postos.²⁷⁴

Se a instituição da Guarda Nacional foi gestada sob a herança racializada das milícias e do exército antes do período regencial, é possível afirmar que as sublevações ocorridas naquele mesmo contexto também, de uma forma ou de outra, transmitiram informações e receios. A exemplo da Revolta dos Periquitos, consequência direta da luta pela independência em Salvador, capital da província da Bahia. Após a evacuação das tropas portuguesas em 2 de julho de 1823, que gerou uma mobilização popular até então sem precedentes, as tensões sociais foram liberadas e as classes menos favorecidas ressignificaram sua importância.²⁷⁵

Após o recrutamento, forçado ou não, dos libertos e escravizados para guerrear na independência brasileira, o contingente do exército tornou-se mais racialmente heterogêneo. O 3º Batalhão, apelidado de Periquitos devido à cor verde da farda que utilizavam, era composto por negros e mulatos remanescentes da guerra. Com o receio, principalmente entre os setores baianos mais abastados, de armar os “homens de cor”, foi decidida a transferência do Batalhão dos Periquitos para Pernambuco em 21 de outubro de 1824. A notícia evidentemente não os

²⁷¹ Kraay, *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência*, pp. 317-363.

²⁷² Lei de 18 de agosto de 1831.

²⁷³ Wlamyra Ribeiro Albuquerque, *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 31-44.

²⁷⁴ Kraay, *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência*, pp. 317-363.

²⁷⁵ João José Reis e Hendrik Kraay, “O tirano está morto! A Revolta dos Periquitos na Bahia, 1824”, in Maria das Graças de Andrade Leal, Avanete Pereira Sousa (orgs.), *Capítulos de história da Bahia* (Salvador: Assembleia legislativa da Bahia, 2017), pp. 313-358.

agradou, servindo como um estopim para uma revolta lusófoba que durou mais de um mês e causou o assassinato do Governador das Armas, o coronel Felisberto Gomes Caldeira.²⁷⁶

Por fim, a revolta foi contida através da união entre os senhores de escravos baianos e os portugueses. O Batalhão foi enviado para Pernambuco, contudo nem todos continuaram a servir - alguns foram mortos após julgamento e outros expulsos da corporação militar.²⁷⁷ A elite escravocrata temia, e com razão, uma revolta de caráter militar liderada por negros e mestiços. Para uma sociedade baseada na escravidão racial, armar libertos e livres de cor representava uma ameaça por si só.

A ameaça advinda de sublevações prosseguiu também durante os anos posteriores. Ao levantar o boato haitianista rememora-se não somente a Revolução Haitiana sangrenta, mas também as diversas rebeliões locais. A acusação envolvendo o Batalhão do Santo Antônio Além do Carmo é peculiar nesse aspecto, pois ocorre um ano após a Revolta dos Malês e um ano antes da Sabinada, ambas ocorridas também na cidade de Salvador.

²⁷⁶ Reis e Kraay, “O tirano está morto”, pp. 313-358.

²⁷⁷ Arthur Ferreira Reis, “OS CORCUNDAS E OS PERIQUITOS: a visão áulica sobre a Revolta dos Periquitos na Bahia”, *Anais do VI Congresso Internacional Ufes/Paris-Est: Culturas Políticas e Conflitos Sociais*, Espírito Santo, 2017, pp. 124-133.

2.2 – Revolta dos Malês e a Sabinada

Decerto, as rebeliões escravas ocorriam na Bahia antes de 1830, mas foi nesse ano que ocorreu pela primeira vez uma revolta na capital. Um grupo de quase 20 africanos assaltaram lojas e libertaram escravizados prontos para serem vendidos, somando antes do findar mais de 100 rebeldes. Entretanto, foram cercados e posteriormente dispersados, mortos ou espancados. Com isso, após o rápido sufocamento da sublevação, as medidas de vigilância foram endurecidas em Salvador com requintes de crueldade. Somente cinco anos depois, em 1835, explodiu uma revolta de maiores proporções na cidade.²⁷⁸

A Revolta dos Malês foi organizada por um grupo de escravizados mulçumanos letrados e chegou a contar com cerca de 600 sublevados. O objetivo, caso a vitória fosse alcançada, era criar uma república islâmica na Bahia, matando e escravizando todos os não convertidos ao islã. A Revolta estava marcada para o domingo do dia 25 de janeiro, porém, ao serem denunciados, deflagraram-na às pressas na madrugada do dia 24 para 25 desse mês. De qualquer modo, a repressão foi rápida em função da ciência das autoridades graças à delação. O saldo final foi de 70 mortos entre escravizados e autoridades, 500 presos e 60 pessoas deportadas.²⁷⁹

Se os malês sabiam da Revolução Haitiana não é possível afirmar diante da documentação disponível, mas a possibilidade é real.²⁸⁰ Como dito, a abundante conexão de informações circulantes no Novo Mundo,²⁸¹ incluindo a leitura em voz alta em locais públicos dos escritos que circulavam no mundo atlântico,²⁸² contribuía para a consciência das camadas escravizadas dos eventos.

Os insurgentes haitianos desenvolveram redes de comunicação que se estendiam por toda a colônia e além.²⁸³ Na verdade, as correntes de comunicação entre as comunidades escravizadas nas Américas fervilhavam com notícias do levante em São Domingos. Além disso, como nos aponta o historiador João José Reis, possivelmente os haussás, grupo islamizado também escravizado na Bahia, sabiam dos títulos de nobreza adotados no Haiti pós-revolucionário.

²⁷⁸ Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, pp. 64-83.

²⁷⁹ Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, pp. 87-166.

²⁸⁰ Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, pp. 13-166.

²⁸¹ Peter Linebaugh e Marcus Rediker, *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 155-223.

²⁸² Meire Lúcia Alves dos Reis, “A Cor da Notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana. 1888-1937”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000, p. 7-8.

²⁸³ O general Joseph, forçado a se retirar de seu acampamento em fevereiro de 1793, deixou cartas enviadas a ele por um chefe insurgente em outra parte de Saint-Domingue, bem como uma enviada a ele por um correspondente na Filadélfia. Ver em Laurent Dubois, *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*, Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2004, pp. 149.

é possível que os rebeldes *haussás* também soubessem que os haitianos andavam adotando títulos de nobreza. Sabendo ou não, ao adotá-los exibiam sinais de sua adaptabilidade cultural, aliás uma das culturas escravas no Novo Mundo, na paz ou na guerra.²⁸⁴

O fato é que mesmo possivelmente cientes da Revolução do Haiti, a ex-colônia francesa não foi uma inspiração explícita na Revolta dos Malês.²⁸⁵ A ausência de uma ligação direta com o islamismo na revolta de São Domingos – que possuía a religião também como fator marcante, mas através do Vodú – poderia ter sido um dos fatores do desinteresse dos malês? O fato é que a Revolta de 1835 ampliou o medo de grande parcela da população baiana e aumentou a violência contra as pessoas de cor, em maior medida aos africanos, assim, recrudescendo a vigilância e as punições em Salvador.²⁸⁶

Porém, nem mesmo o ambiente de medo que se abateu sobre a província a respeito das ameaças trazidas pelos africanos garantiu a total aplicação da lei. Estes continuaram a chegar e, quando apreendidos, seu destino era outro senão a deportação prevista pela lei. Estes africanos seriam enviados para as obras públicas ou sua força de trabalho ainda seria utilizada por particulares por um período até que estivessem “prontos” para regressar para sua terra de origem.²⁸⁷

As aproximações entre a Revolta dos Malês e o Haiti eram evitadas, ou no mínimo desinteressantes. Quando citadas na mesma matéria, as referências geralmente não eram diretas.²⁸⁸ O jornal carioca *O Pão de açúcar* publicou em 7 de abril de 1835 um artigo da *Gazeta Commercial da Bahia*. Neste consta os horrores que seriam provocados pelos “bárbaros africanos, se um acidente feliz não estorvasse a execução de um intento tão cruel”. Assim, o escritor exigia além das providências para controlar os africanos, também a supressão do tráfico. Esse era o caminho “não só muito essencial à nossa segurança, mas muito necessário para que não se afaste de nós a entrada de trabalhadores livres, que são os únicos que podem cooperar para o progresso”.²⁸⁹

O autor prossegue citando as medidas contra o tráfico de africanos tomadas pelos Estados Unidos e ansiando por uma massiva emigração de europeus brancos. Para os escravizados ilegalmente desembarcados, deveria ser cedida a “gradual libertação dos mesmos,

²⁸⁴ Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, pp. 85.

²⁸⁵ Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, pp. 87-166.

²⁸⁶ Brito, “Sob o rigor da lei”, pp. 13-14.

²⁸⁷ Brito, “Sob o rigor da lei”, pp. 14.

²⁸⁸ Um contraexemplo pode ser a Cabanagem no Pará, citada pelo jornal baiano *O Democrata*, que nega a acusação de parte dos monarquistas sobre “estar ali proclamada a extinção dos homens brancos e a república de São Domingos”. Ver em *O Democrata*, Salvador, 30 jan. 1836, p. 1-2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/749729/39>.

²⁸⁹ *O Pão de açúcar*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1835, p. 3-4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/702269/109>.

provendo ao mesmo tempo em África uma colônia para receber aqueles que se forem libertando por alguma medida geral”.²⁹⁰

A menção ao Haiti para corroborar essa posição estava pautada no Código constitucional da ilha que, segundo ele, determinava que nenhum branco poderia gozar de propriedade ou cidadania, ao contrário dos africanos e seus descendentes²⁹¹ – situação diferente das colônias americanas, em que eram bem-vindos e podiam se tornar cidadãos após um ano.²⁹² Porque a retórica haitianista, inclusive contestada nas páginas anteriores da mesma edição de *O Pão de Açúcar*,²⁹³ não era atrelada de alguma forma ao levante dos malês? Havia um receio em associar ambos os eventos? Ou poderia ser uma estratégia política/retórica desnecessária?

Segundo Alain Youssef, o periódico carioca aderiu à utilização do haitianismo para criticar a ineficácia política da oposição, mas abandonou o discurso após notar que o medo de um potencial levante dos escravizados estava sendo a arma política dos seus opositores. Em 1835, portanto, *O Pão de Açúcar* compreendia que “haitianos são unicamente esses moderados que tem apregoado a licença em vez da liberdade, a discórdia em lugar de patriotismo, e um sistema efêmero em vez de uma Monarquia Representativa sólida e duradoura, que faça a felicidade dos povos”. A eficácia na retórica da oposição moderada ficou clara na vitória eleitoral daquele ano e o uso político do haitianismo prevaleceu na imprensa após a Revolta dos Malês. De qualquer maneira, o temor causado pelos malês foi capaz de retardar o avanço do tráfico negreiro, ainda que por pouco tempo.²⁹⁴ Logo, comparar os malês ao Haiti era provavelmente desnecessário e perigoso.

A Sabinada, por sua vez, não foi um movimento organizado pelos escravizados, mas sim liderado por liberais baianos, dentre eles Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. No dia 7 de novembro de 1837, esses homens tomaram a praça do Palácio, no centro da cidade, e obrigaram as autoridades a fugirem. Na Câmara Municipal proclamaram uma ata de sete artigos para um novo regime - a independência em relação à corte no Rio de Janeiro estava presente

²⁹⁰ *O Pão de açúcar*, 7 abr. 1835, pp. 3-4.

²⁹¹ A Constituição do Haiti promulgada por Dessalines em 20 de maio de 1805 propõe em seu primeiro artigo a independência em relação a qualquer outro poder no universo, a abolição da escravidão para sempre no segundo e, depois de afirmar a igualdade entre todos os haitianos, em seu décimo segundo artigo proíbe todos os homens brancos de adentrarem no Haiti como proprietários. Por outro lado, no artigo seguinte concede esse direito às mulheres brancas naturalizadas haitianas e aos seus filhos. Portanto, em tese a cidadania para os brancos era altamente restrita. Ver em: *The 1805 Constitution of Haiti*, <http://faculty.webster.edu/corbette/haiti/history/earlyhaiti/1805-const.htm>.

²⁹² *O Pão de açúcar*, 7 abr. 1835, pp. 3-4.

²⁹³ *O Pão de açúcar*, 7 abr. 1835, pp. 1-3.

²⁹⁴ Alain El Youssef, “Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, pp. 162-164.

logo no primeiro artigo. Não obstante, devido à grande evasão dos moradores de Salvador, esse primeiro artigo modificou-se, reafirmando a independência até D. Pedro II alcançar a maioria. As autoridades expulsas se realocaram no recôncavo baiano e, juntamente com os senhores de engenhos locais, organizaram uma contrarrevolução, assim, retomando a cidade no mês de março do ano seguinte.²⁹⁵

Para Juliana Crispim Lopes, a diversidade contida na sociedade baiana dá margens para diferentes abordagens da questão racial na Sabinada.²⁹⁶ Mesmo ao tratarem a escravidão de maneira semelhante aos adversários, como propriedade em primeiro lugar, havia a possibilidade de libertação dos escravizados ladinos²⁹⁷ engajados na revolução. Apesar de parte dos representantes da Sabinada serem negros ou mulatos, como o próprio Francisco Sabino, a inserção de escravizados nas tropas rebeldes desagradou alguns dos soldados livres.²⁹⁸

Aos contemporâneos da Sabinada certamente causava estranhamento ver, em um mesmo lado da luta, homens livres, brancos (ou tidos como tal) e escravos negros, combatendo juntos o governo legalista estabelecido no Recôncavo. Além disso, era certamente assustadora aos proprietários de escravos a imagem dos cativos armados, sob ordens que não fossem suas.²⁹⁹

A visão de uma disputa racial entre os revoltosos na cidade e os legalistas no recôncavo estava constantemente presente nos periódicos criados pelos Sabinos.³⁰⁰ *O Novo Diário da Bahia*³⁰¹, *O Sete de Novembro*³⁰² e *O Novo Sete de Novembro*³⁰³ reproduziam discursos favoráveis ao governo sabino, incluindo a igualdade para os livres e libertos de cor, e atacavam os restauradores, por vezes descritos como violentos contra os não brancos.³⁰⁴

Para o *Novo Diário da Bahia*, os brancos restauradores queriam impedir os demais de ascenderem socialmente:

Mas enfim eles nos estão fazendo a guerra, porque são brancos, e na Bahia não deve existir negros, e mulatos, principalmente para subirem a postos, salvo quem for muito rico, e mudar as opiniões liberais, defendendo títulos, honras, morgados, e todos os princípios de fidalguia; quem não for mulato rico como Rebouças, e como ele enfatuado peru, tendo sido dos *trancafiros*, não pode ser coisa alguma.³⁰⁵

²⁹⁵ Juliana Serzedello Crispim Lopes, *Identidades políticas e raciais na Sabinada: (Bahia, 1837-1838)*, São Paulo: Editora Alameda, 2013, pp.13.

²⁹⁶ Lopes, *Identidades políticas e raciais na Sabinada*, pp. 111.

²⁹⁷ Escravizados ladinos eram aqueles nascidos no território brasileiro.

²⁹⁸ Lopes, *Identidades políticas e raciais na Sabinada*, pp. 125-128.

²⁹⁹ Lopes, *Identidades políticas e raciais na Sabinada*, pp. 128.

³⁰⁰ Lopes, *Identidades políticas e raciais na Sabinada*, pp. 148.

³⁰¹ *Novo Diário da Bahia*, Salvador. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/novo-diario/749710>.

³⁰² *O Sete de Novembro*, Salvador. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sete-novembro/749672>.

³⁰³ *O Novo Sete de Novembro*, Salvador. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/novo-sete/749702>.

³⁰⁴ *O Sete de Novembro*, Salvador, 14 dez. 1837, p. 3-4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://memoria.bn.br/pdf/749672/per749672_1837_00019.pdf.

³⁰⁵ *Novo Diário da Bahia*, Salvador, 26 dez. 1837, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/749710/46>. Itálico do autor.

Nas edições disponíveis,³⁰⁶ os jornais tratam sobre revoluções, como a própria “Liberal Revolução” realizada por eles,³⁰⁷ república, monarquia, tirania, escravidão e outros assuntos como política externa. Contudo, o que não é citado em nenhum desses artigos jornalísticos é o Haiti e sua Revolução. Uma reprodução positiva dos eventos haitianos era, de fato, improvável. Pois, além da abolição imediata do cativo não ser a finalidade do movimento, poderia piorar consideravelmente a opinião pública sobre a Sabinada.

Por outro lado, qual o significado desse silêncio absoluto sobre uma revolução que apontou soluções para questões tão caras à Sabinada, como república e escravidão. É possível que as acusações sob a retórica haitiana não tenham sido recebidas pelo governo Sabino? Dificilmente,³⁰⁸ levando também em consideração a utilização dessas acusações contra o próprio Francisco Sabino poucos anos antes. Então, é plausível que os rebeldes baianos entendessem como mais vantajoso o silêncio ao posicionamento negativo? Ou na Sabinada, assim como na rebelião dos malês, havia um potencial explosivo e tão desestabilizador que qualquer referência ou associação à Revolução de São Domingos poderia ser temeroso demais?

A despeito da ausência dessas respostas, por que um suposto integrante da Sociedade Gregoriana, como era acusado Sabino no início da década de 1830, não declarou suas intenções haitianistas ao conquistar a cidade de Salvador? Afinal, o que era essa “Sociedade Gregoriana”? Ela existia de fato?

³⁰⁶ Foram encontradas três edições de O Novo Sete de Novembro, dezoito edições de O Sete de Novembro e dezesseis edições de Novo Diário da Bahia.

³⁰⁷ *Novo Diário da Bahia*, 16 dez. 1837, p. 1-4.

³⁰⁸ O jornal carioca *O Sete D’Abril* compara a Sabinada à “Hidra do Haitianismo”. Ver em *O Sete D’Abril*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1838, p.4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/709476/2340>.

2.3 - A sociedade gregoriana e as conexões do haitianismo

É sabido que nem todas as menções sobre o Haiti eram negativas, havia interligação entre indivíduos não totalmente hostis.³⁰⁹ Um deles era Henri Grégoire (1750-1831), principal líder do Clero constitucional durante a Revolução Francesa e acusado de liderar a tal Sociedade Gregoriana. Ele apoiava os direitos dos mulatos livres nas colônias francesas antes mesmo da insurreição que desencadeou na Revolução do Haiti. Nesse evento, teve ativa atuação, apoiando não somente a abolição como também o processo revolucionário. Sua postura em favor dos negros e mestiços rendeu-lhe perseguições dentro e fora do território francês. O abade Grégoire foi um dos poucos agentes brancos que se portaram explicitamente a favor do Haiti, afirmando categoricamente a relevância da Revolução na ilha e sua provável influência, no que tangia à abolição e à independência nas colônias próximas, inclusive no Brasil.³¹⁰

Portanto, a ideia de uma Sociedade Gregoriana não é desconexa. O abade chegou a ser responsabilizado pelos acontecimentos em São Domingos e foi acusado veementemente de incitar sublevações de negros e mulatos. Em seus escritos e discursos, ele não eximia a responsabilidade da metrópole, dos colonos e da intransigência de ambos em relação à escravidão. Para Grégoire, o Haiti era a prova de que as Américas estavam no processo de libertação do sistema escravista, o que estava em jogo, na verdade, era de que forma isso iria ocorrer. A maneira haitiana era um dos caminhos apontados por ele, entretanto a abolição gradual e progressiva era a alternativa ansiada por esse revolucionário, segundo suas próprias afirmações.³¹¹

Sobre os fins da Sociedade Gregoriana, o próprio *O Defensor do Povo* pode nos dar uma pista:

valeram-se do nome deste imortal do parlamento francês, para invenção de que existe entre nós uma intitulada *Sociedade Gregoriana* composta (dizem os traidores) de homens de cor Parda, sendo o seu fim acabar com a raça dos brancos e envolverão os nomes de alguns Cidadão de cor ricos, e de sabedoria, como membros de mais influência na referida Sociedade.³¹²

As acusações envolvendo a sociedade liderada pelo Abade francês ocorriam pelo menos desde o início do período regencial, sendo a formação de uma sociedade secreta um fato sensível no contexto de abdicação do monarca.³¹³ Se a real existência de tal sociedade é bastante controversa, acusações envolvendo-a poderiam causar grande alvoroço. Geralmente causavam

³⁰⁹ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 9-38.

³¹⁰ Marco Morel, “O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX”, *Almanack brasileiro*, n. 2 (Nov. 2005), pp. 76-90.

³¹¹ Morel, “O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil”, pp. 76-90.

³¹² *O Defensor do Povo*, 13 fev. 1836, p. 1-4.

³¹³ Morel, “O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil”, pp. 76-90.

porque os acusadores compreendiam as possíveis consequências de suas denúncias, mais fáceis de serem imputadas do que desmentidas.

O largo alcance dos ideais antiescravistas de Henri Grégoire era perceptível para além da França, englobando também o Novo Mundo. É certo que as conexões que o abade manteve com o Haiti, bem como suas declarações consideradas polêmicas, renderam a ele a fama, péssima na visão de qualquer nação fundada na escravidão, de comungar com todas as supostas premissas “haitianistas”. No Brasil, como se pode observar, seus escritos também ganharam fama. Portanto, designar ao Abade a liderança de um grupo pautado na violência contra os brancos garantia ao menos certa credibilidade.³¹⁴

Logo, mesmo que os livros e escritos de Henri Grégoire evidenciem suas propostas iluministas, com uma abolição pacífica e gradual, a associação de ideais violentos e radicais ao seu nome garantia maior apelo à retórica haitianista, que ele supostamente liderava. Posto isso, combatia-se também os projetos de incorporação racial. O fato é que tal retórica contribuía para a marcante segregação brasileira.³¹⁵

O relato da Companhia do Santo Antônio Além do Carmo em 1836 não é o primeiro sobre a Sociedade Gregoriana no Brasil. Pelo menos desde o início daquela década já havia rumores sobre essa sociedade secreta. Por exemplo, o caso do médico mulato da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Joaquim Cândido Soares de Meirelles, incriminado por boatos da mesma natureza. Após uma desavença com seu colega de trabalho, igualmente um cirurgião mulato, Meirelles foi acusado por ele de pertencer à dita sociedade.³¹⁶

Com a acusação proferida publicamente de maneira oral, sem provas materiais, Joaquim Meirelles buscou provar sua inocência por meio de uma carta endereçada ao seu acusador, Joaquim José da Silva. Após receber os questionamentos do Dr. Meirelles, José da Silva não somente respondeu mantendo a denúncia, como também incluiu como membros da Sociedade, acusados de estar em conluio com Meirelles, os baianos Cipriano José Barata de Almeida e Francisco Sabino.³¹⁷ Apesar da inimizade declarada entre Barata e Sabino, utilizá-los favorecia a argumentação do Dr. Silva, devido ao fato das ideias de ambos serem vistas como radicais.

Ainda tentando provar sua inocência, Joaquim Meirelles escreveu mais três cartas, dessa vez para destinatários diferentes, o Abade Grégoire, Cipriano Barata e Francisco Sabino. O primeiro morreu pouco tempo depois do envio da carta, por isso não pôde recebê-la. Do último,

³¹⁴ Morel, “O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil”, pp. 76-90.

³¹⁵ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 131-164.

³¹⁶ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 227-303.

³¹⁷ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 227-303.

não há evidências de uma resposta. Apenas Barata o respondeu publicamente da Fortaleza de Villegaignon, onde estava preso por ser um “malvado haitianista”. Na resposta, Barata afirma seu desconhecimento sobre a pessoa de Soares de Meirelles e de qualquer sociedade secreta.³¹⁸

Barata era um homem branco, visto e assumido como tal, portanto, as acusações de cunho haitianista que sofrera estavam estritamente ligadas aos ideais antiescravistas desse liberal exaltado. Seus ideais flertavam com o sistema republicano, a liberdade de imprensa, a paridade entre os sexos, incluindo o direito de voto às mulheres, e a inclusão total dos negros e mestiços na sociedade.³¹⁹

Assim, sua ampla influência sobre os grupos menos favorecidos da população, provada em ocasiões como a do Mata Marotos, gerou grande desconfiança em torno da sua imagem. Essa desconfiança, em particular das elites locais, reverberou em acusações e boatos incriminatórios, levando-o a anos de prisão. Os jornais de Cipriano Barata são claros em apresentar seu pensamento liberal e republicano, entre os quais não estavam incluídos ideais sediciosos entre a população escravizada.³²⁰

Quando citado na acusação referente ao Dr. Meirelles, Cipriano Barata já era há algum tempo um personagem marcante na política baiana. Foi detido pela primeira vez por participar da Conjuração Baiana em 1798. Em 1831, no episódio conhecido como Mata Marotos, Barata serviu de intermediário para abrandar os brasileiros enfurecidos. Sua participação política ativa cotejada com seus escritos, em particular as diversas “Sentinellas”, periódicos de sua criação espalhados pelo Brasil que levaram-no novamente ao cárcere em 1823.³²¹

Naquele ano, Barata inaugurara a *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, a primeira da série de jornais. Com isso, ele foi perseguido em Pernambuco, local onde também era ativo politicamente participando da Revolução Pernambucana em 1817 e da Confederação do Equador em 1824; teve seu periódico rasgado publicamente por soldados e foi cercado em sua casa para ser levado à prisão. A principal acusação era, através dos seus artigos jornalísticos, atentar contra o governo de D. Pedro I, com críticas severas ao imperador e aos seus governantes, em especial José Bonifácio. A liberdade desse político e jornalista baiano foi alcançada novamente apenas em 1830.³²²

Naquela ocasião, Cipriano Barata retornou à Bahia onde, no ano seguinte, ajudou a inaugurar a *Nova Sentinella da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro na Bahia de Todos*

³¹⁸ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 227-303.

³¹⁹ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 227-240.

³²⁰ Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, pp. 83-180.

³²¹ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 227-240.

³²² Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 227-240.

os Santos. Logo na primeira edição destaca-se a prisão de Barata, acusado de incitar os escravizados a rebelarem-se a favor de uma revolução republicana.

Disseram-me (não sou eu que o digo, são as más línguas) que em certa casa daquela vizinhança um arranjador de cobres, que os marotos deram para arranjar com certos sujeitinhos a propugnar pela sua ficada e manutenção, que por via desse liberarão em cuja casa se fazia uma segunda classe de Gabinete secreto, a que assistiam, dizem o Presidente, alguns Juízes de fato, Redatores, Conselheiros, e mais gente de *gravata lavada*, decretou-se a prisão do Barata, e de mais outros, decididos Patriotas, que mais instavam pelo cumprimento da ata de expulsão dos Europeus; e para esse fim assentarão de espalhar eles mesmos pelo povo a aterradora ideia de que o Barata, e seus amigos queriam fazer uma revolta de República com os negros da Costa da Mina, e cativos; e para isso andavam do dito *gabinete secreto gravatista* a assoalhar, que os negros estavam já tão levantados que em qualquer parte atacavam, e insultavam os brancos. Grande Deus! Quanto são fáceis de se iludirem os baianos!... Foi assim pegando a lábia, e tomou essa miserável calúnia um corpo tal, que não havia quem não falasse nessa fingida república de São Domingos. Fingiram-se denúncias, e pasquins postos pelos mesmos *gravatistas*, e o resultado foi que o Sr. Pirajá (a favor do qual o mesmo Barata andara três dias antes por todos os Quartéis pedindo a conservação no Comando das armas) deliberou-se a ir em pessoa à frente de um Batalhão cercar a casa desse Mártir da Pátria na madrugada do dia 28 de Abril, e o prendeu; o mesmo fez com outros patriotas, que mais empenhados estavam na expulsão dos Portugueses, e observância da Ata sobre estes, e tudo sem culpa formada, senão unicamente o boato, e voz popular, sem mais indício algum; e dessa forma recluserão esses miseráveis a bordo das Fragatas.³²³

O escritor do artigo jornalístico demonstra sua insatisfação sobre o silêncio dos jornais liberais sobre a prisão de Barata, totalmente inocente, segundo o mesmo, da acusação sofrida. A acusação, nesse caso, estava em promover uma revolta republicana com os africanos e escravizados.³²⁴ É interessante perceber que não há uma tentativa de contrapor diretamente a acusação com provas, afinal, quais provas poderiam ser apresentadas para comprovar a não participação em um conluio rebelde?

A prisão de Cipriano Barata ocorreu, segundo ouviu dizer o jornalista, através de uma reunião de “gravatas lavadas”, maneira irônica de se referir aos grupos ligados à classe dirigente, em um “gabinete secreto”. A defesa está assentada, tanto de Barata quanto dos demais patriotas acusados injustamente, por desejarem o cumprimento da expulsão dos europeus, na clara tentativa por parte dos “gravatistas” de caluniá-los inventando denúncias e pasquins. Essas prerrogativas chegaram a um ponto tal “que não havia quem não falasse nessa fingida república de São Domingos”.³²⁵

Portanto, o incômodo causado pelos ideais desses liberais exaltados, destacando-se a expulsão dos europeus, era a causa verdadeira dos encarceramentos. Para o autor do periódico, como não havia justificativa real para marginalizá-los, foram incriminados por boatos

³²³ *Nova Sentinella da Liberdade*, Salvador, 29 mai. 1831, pp. 4-5. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749850&Pesq=haitinar&pagfis=4>. Itálico do autor.

³²⁴ *Nova Sentinella da Liberdade*, 29 mai. 1831, pp. 1-5.

³²⁵ *Nova Sentinella da Liberdade*, 29 mai. 1831, pp. 1-5.

considerados graves constitucionalmente e para a opinião pública. Mesmo encarcerado, Cipriano José Barata continuou a publicar folhetos redigidos da prisão explicando sua inocência.³²⁶

Barata foi além da argumentação para sua própria defesa, afirmando o envolvimento direto de autoridades coloniais no estímulo a insurreições escravas. Para ele, esses senhores de escravos insuflavam os escravizados para, através do medo consequente das rebeliões, legitimar a repressão violenta e assim prolongar o regime escravista.³²⁷ Na 36ª edição da *Nova Sentinella da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro na Bahia de Todos os Santos*, publicada em 20 de outubro de 1831, o haitianismo foi tratado pelo redator do jornal nas últimas páginas.

É de haitianismo em 31, que ainda vai falar o Jurujuba, posto que os servos do Governo só querem que se diga serem os Srs. Barata, Ezequiel e Nova Luz os únicos autores do Velho novo haitianismo de 31: Já nos serviu o bom folheto do Sr. Silva para irmos descobrindo o perfil dos haitianos de hoje; e agora começaremos com o Manifesto do Sr. Barata, que bem descobre a tramoia horrenda. Tragam a memória os nossos leitores, que em tempo da fusão das Câmaras um preto escravo de um Seleiro da rua da Cadeia, e relacionado com Chalaça, fora achado com insígnias de Haitiano Bourbon; que antes o Conde de Arcos, e Camamú eram haitianos traquejados: Que são hoje os queridos do Sr. Feijó, e do governo os mesmos que sustentaram o seu Bourbon, e os amigos do Ministério, e dos Theobaldos e Joões Paulos, que se persegue aos Jurujubas.³²⁸

É possível perceber a utilização dos argumentos de Barata, ao passo em que se acusava de haitianistas membros da elite brasileira em conjunto com parte do governo regencial. Se antes figuras ligadas ao imperador D. Pedro I, como Francisco Gomes da Silva, conhecido também como Chalaça, promoviam revoltas escravas propositadamente, em 1831, eles prosseguiram próximos ao governo regencial. A “tramoia” estava justamente em acusar falsos haitianistas enquanto se desviava a atenção dos verdadeiros agitadores da ordem.

Nota-se que juntamente com a perseguição do fundador da *Nova Sentinella da liberdade*, também eram citadas as perseguições a outros dois periódicos brasileiros. Ezequiel Correia dos Santos era boticário e possuía 30 anos quando iniciou no Rio de Janeiro o jornal *A Nova Luz Brasileira*. Ezequiel participou ativamente dos principais movimentos políticos da Corte na década de 1830 e seu periódico configurava-se como o mais importante entre os exaltados do Rio de Janeiro.³²⁹

João Batista de Queiroz iniciou seu primeiro jornal, *Compilador constitucional, político, e literário brasiliense*, em 1822, porém, seus ideais exaltados são mais abrangentes no periódico *O Jurujuba das Farroupilhas*, também carioca.³³⁰ Logo em sua segunda edição, recomendou

³²⁶ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 227-240.

³²⁷ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 227-303.

³²⁸ *Nova Sentinella da Liberdade*, 20 out. 1831, p. 12. Itálico do autor.

³²⁹ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 114.

³³⁰ Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, pp. 181-249.

de prontidão a leitura de Barata e afirmou que as imputações haitianistas impostas pelo governo eram “por política e não por corcundismo e ódio particular”.³³¹

As acusações de haitianismo tornaram-se caras para esses três jornais e seus respectivos idealizadores após o sete de abril de 1831, data da abdicação de Pedro I. Eles se uniram, publicando em algumas edições durante todo aquele ano textos em prol da comprovação da inocência de cada um individualmente e coletivamente. De acordo com *O Jurujuba*³³² e *Nova Luz Brasileira*³³³, pessoas ligadas ao governo provisório e a alguns jornais moderados e conservadores os atacavam injustamente de praticar haitianismo. Em especial, o *Aurora Fluminense*, periódico de Evaristo da Veiga.

Notem que a Aurora fala com tudo em haitianos, porém nunca tocou no Conde dos Arcos e seus discípulos, nem nos fatos de São João Marcos e Valença e São Gonçalo por onde andou o Padre Malheiros, saído de bordo do barco de Pedro Bourbon; mas atirando tudo para cima da sua Nova Luz e para o ex-diplomata que não quer se vender aos aristocratas da Santa aliança.³³⁴

Os espectros políticos movidos em torno das denúncias e boatos envolvendo os ideais haitianos eram diversos e relacionavam-se de maneira dinâmica. Por exemplo, o *Aurora Fluminense*, principal jornal da ala mais moderada entre os liberais,³³⁵ combatia o tráfico pois temia uma “africanização” no Brasil,³³⁶ portanto também atacava personagens que possuíam discursos potencialmente inflamatórios ao seu ver.

Esses ataques podem ser averiguados nos casos de Barata, Queiroz e Ezequiel, considerados homens contrários à ordem.³³⁷ Não obstante, o *Aurora* publicou uma das cartas de defesa escrita por Joaquim Cândido Soares de Meirelles, acreditando na sua inocência em relação à acusação de ser sublevador de escravizados. A correspondência de autodefesa, que obteve seu espaço na 496ª edição do periódico carioca em 17 de junho de 1831,³³⁸ foi direcionada inicialmente ao redator de *O Repúblico*, jornal liberal exaltado editado pelo paraibano Antônio Borges da Fonseca,³³⁹ como consta no início da mesma.

Na carta, o Dr. Meirelles se defende das incriminações, no entanto sem citar nomes de envolvidos no seu caso. Utilizando adjetivos como “perversos”, “anarquistas” e “assassinos

³³¹ *O Jurujuba dos Farroupilhas*, Rio de Janeiro, 12 set. 1831, p.1-2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/701254/13>.

³³² *O Jurujuba dos Farroupilhas*, 14 set. 1831, p. 1-5.

³³³ *Nova Luz Brasileira*, Rio de Janeiro, 29 set. 1831, p. 1-5. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700339x&PagFis=1009>.

³³⁴ *Nova Luz Brasileira*, 17 ago. 1831, p. 8.

³³⁵ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 97.

³³⁶ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 107-108.

³³⁷ *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1831, p. 1-2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=2185>.

³³⁸ *Aurora Fluminense*, 17 jun 1831, p. 5-6. Na publicação do *Aurora Fluminense* ele está endereçado ao redator do *Repúblico*, mas não foi encontrado o original dessa edição do *Repúblico*.

³³⁹ Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, pp. 181-249.

canibais”, Joaquim Meirelles afirma que já havia sido vítima pelo menos duas vezes de falsos boatos. Primeiro foi acusado de planejar o envenenamento dos portugueses e, posteriormente, quando defendeu os direitos civis plenos a esses estrangeiros, imputaram-no a desonra de ter sido comprado pelos lusos para elogiá-los.³⁴⁰

Como esses boatos, claramente contraditórios conforme afirma Meirelles, não obtiveram êxito, fora orquestrada uma nova tentativa. Entretanto, dessa vez era mais grave:

Eis de novo malogradas as tramoias dos perversos anarquistas: eles não sossegam, espreitam a menor brecha para passar; e encontrando um equívoco na carta, que lhe dirigi, acima citada, ei-los traduzindo-a a seu modo, interpretando-a pelo pior dos lados, e com ela pretendem acobertar as desordens, os roubos e assassinios por eles decretados e executados pelos seus canibais agentes. Eles me apontam, como chefe de *rebelião africana*, dizendo que tenho relações com os *Haitianos*; que aqui se acham dois, que vieram tratar comigo sobre a *insurreição*; que um já está preso: que eu mandei imprimir quatro mil exemplares da História de *Haiti* para se distribuir pelos Africanos (não sei se mesmo em francês, ou a tradução, que valerá o mesmo) que o plano que tenho dado, é o extermínio, e assassinato dos brancos e cruzamento das raças etc. etc. Desta vez, disseram eles, nós ganharemos alguma coisa; por quanto às outras, que temos urdido, só diziam respeito à sua pessoa, e isso uma meia dúzia de amigos bastava para desfazer; porém esta há de ir avante porque afeta um grande número de pessoas, quer tenham nascido no país ou não, quer sejam nacionais ou estrangeiros, quer ricos ou pobres: todos se revoltarão contra um sujeito que se indigitar, como tal. E é desta sorte que *a mão poderosa e invisível* pretende esmagar-me reduzindo-me à nulidade.³⁴¹

Joaquim Meirelles deixa clara sua preocupação com os rumores, que o apontavam como chefe de rebeliões africanas relacionadas ao Haiti. A preocupação estava na opinião pública, como ele aponta no final do trecho, mas também estava no encarceramento que essas acusações – incitação à rebelião e plano de assassinato - poderiam acarretar. No final dessa carta, o Dr. Meirelles solicita ajuda ao Intendente Geral da Polícia e aos impressores para esclarecerem sua ligação, respectivamente, com o haitiano preso e com os exemplares sobre a história do Haiti.³⁴²

Em seguida, no dia 12 de setembro do mesmo ano, o escritor de *O Jurujuba* explicita sua fé na inocência do médico mulato. Para ele, assim como *A Nova Luz* e *A Sentinella*, o Dr. Meirelles havia sido vítima de falsas acusações que o governo brasileiro, direta ou indiretamente, sustentava.

O jurujuba altamente declara que outras são suas ideias; e que nem suspeita do Sr. Meirelles, cuja infelicidade ao contrário lamenta. Crê o Jurujuba que algum velhaco ambicioso tolo fez do Sr. Meirelles o seu testa de ferro: Crê mesmo que o governo, ou seus diários conhecendo a inocência de Barata, Queiroz, Silva, Nova Luz, João Pedro Mainard, Castro Alves, Chico Doido, João Barboza, e Manoel de Carvalho; por isso mesmo é que os atacam d’haitianismo.³⁴³

É perceptível, em vista disso, que as discussões envolvendo acusações haitianistas poderiam ultrapassar as barreiras provinciais, conectando personagens, histórias e escritos de

³⁴⁰ *Aurora Fluminense*, 17 jun 1831, p. 5-6.

³⁴¹ *Aurora Fluminense*, 17 jun 1831, p. 5-6. Itálico do autor.

³⁴² *Aurora Fluminense*, 17 jun 1831, p. 5-6.

³⁴³ *O Jurujuba dos Farroupilhas*, 12 set. 1831, p. 1-5.

diferentes regiões do Brasil. Indubitavelmente, os ataques analisados até aqui possuíam ou adquiriam caráter político, sem descartar, segundo parte dos acusados, o envolvimento direto do governo imperial. Dito isso, é possível que as demais acusações haitianistas na primeira metade do dezenove também possuísem ou adquirissem caráter político?

2.4 – O caráter político das acusações haitianistas

Por certo, mesmo que o acusador o fizesse por razões particulares, com a intenção de atingir apenas uma pessoa, interesses políticos - como a manutenção da escravidão, supressão de direitos das “pessoas de cor” e o recrudescimento na vigilância dos escravizados – poderiam ser acionados por estarem subentendidos, ou mesmo bem entendidos, entre os objetivos das acusações haitianistas.

O interesse em assegurar essa agenda política partia acima de tudo dos escravocratas. Destarte, enquanto crescia a população escravizada, essa elite almejava sobretudo garantir a própria segurança e a das suas propriedades, além de reafirmar uma hierarquia racial institucionalizada. O cenário alarmante, causado por acusações ou boatos envolvendo o assassinato dos brancos, concomitante à instauração de uma república negra no Brasil, contribuía para a legitimação desses interesses escravocratas.

Certamente, métodos de vigilância e punição contra a população não branca eram utilizados no Brasil por todo o período colonial. Através de decretos violentos e da repressão, os colonizadores almejavam manter os negros sob rígido controle, isso porque, também em razão das lutas e resistências, os homens e mulheres traficados de África, além dos seus descendentes, eram considerados perigosos inimigos e ameaça constante.³⁴⁴

Nos anos que se seguiram após a expulsão dos franceses e colonos da outrora mais lucrativa colônia das Américas, o Brasil, especialmente a província da Bahia, ascendeu economicamente ao suprir o mercado externo deixado por São Domingos. Consequentemente, também tendo em vista a possibilidade de uma insurreição escrava de grandes proporções, os métodos de vigilância e punição tornaram-se ainda mais caros.³⁴⁵

A legitimação dos interesses desses grupos dirigentes, fortalecida na retórica da influência do Haiti, constantemente retratado como uma nação em ruínas no pós-independência, em uma união para assassinar a população branca no Brasil, também perpassava pela marginalização de práticas e discursos contrários aos seus interesses. Assim, a percepção negativa exacerbada sobre o Haiti, propositadamente ou não, configurava-se como uma ferramenta política das classes dominantes, contida inclusive nos escritos periódicos.³⁴⁶

³⁴⁴ Luiz Mott, “A Escravatura: o propósito de uma representação a El-Rei sobre a escravatura no Brasil”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 14 (1973), pp. 127-136, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i14p127-136>.

³⁴⁵ Brito, “Sob o rigor da lei”, pp. 11-48.

³⁴⁶ Eni Puccinelli Orlandi, *As formas do Silêncio: No movimento dos sentidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 27-59.

Michel-Rolph Trouillot explicita as tentativas de silenciamentos dos eventos que culminaram na segunda nação independente das Américas. Tal tentativa de silenciamento, envolvendo parte das elites de diversos países, foi até certo ponto eficaz, visto a perpetuação, nos séculos posteriores, de algumas das representações que invisibilizavam o Haiti e sua história.³⁴⁷ Entretanto, o rápido alastramento das informações no oitocentos permitiu o acesso dos mais diversos grupos ao conhecimento dos acontecimentos haitianos. Então, almejou-se fortalecer a utilização da Revolução Haitiana e suas consequências como essencialmente ruins.

Uma das figuras públicas que alertava para os estragos que o haitianismo poderia causar no Brasil era João Maciel da Costa, presidente da província da Bahia entre 1825 e 1826. Para ele, pequenas insurreições poderiam ser contidas com certa facilidade, todavia, sociedades com grande número de escravizados corriam grande risco. Isto posto, afirmava Maciel da Costa, havia a real possibilidade de ocorrer no Brasil algo semelhante a São Domingos, em razão justamente da elevada população de cativos.³⁴⁸

Essa preocupação, mais recorrente na elite branca, não era necessariamente exagerada, muitos escravizados resistiam mesmo violentamente. O medo de insurreições poderia alarmar ainda mais levando-se em consideração o monarquismo popular, analisado por Hendrik Kraay. Apesar de não ser possível concluir muito a respeito do monarquismo popular em virtude da ausência de documentação, o envolvimento das classes marginalizadas na política nacional, em especial os escravizados, causava um desconforto na sociedade em geral, potencializado pela eleição interna dos seus próprios monarcas entre os diversos grupos de cativos.³⁴⁹

Ao observar o exemplo de São Domingos durante os eventos revolucionários, podemos perceber que os insurgentes costumavam descrever seus líderes como reis. Essa prática ocorria tanto entre os negros do sul quanto do norte da ilha, delegando títulos e consagrando a própria cor da pele. Esses significados de realeza, para a maior parte da população nascida em África, seguiam a forma e o conteúdo definidos pela sua terra natal.³⁵⁰ Todavia, não é possível excluir a influência europeia na coroação do primeiro rei do Haiti. Henri Christophe coroou-se Henrique I com protocolo, regalias e insígnias baseadas na corte de *Saint James*.³⁵¹

³⁴⁷ Michel-Rolph Trouillot, *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, Curitiba: Huya, 2016, pp. 118-155.

³⁴⁸ Washington Santos Nascimento, “Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791-1840)”, *Revista de Ciências Humanas-Especiarias*, v. 10, n. 18 (2007), p.469-488.

³⁴⁹ Hendrik Kraay, “Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista”, *Varia História*, v. 35, n. 67 (2019), p. 141-175.

³⁵⁰ Dubois, *Avengers of the New World*, pp. 108-109.

³⁵¹ Robin Blackburn, *A queda do Escravismo Colonial: 1776-1848*, Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 273-274.

Esse desconforto nos setores baianos tornava-se ainda maior caso ativada a memória de uma insurreição negra violenta. Mesmo sem provas concretas, seja sobre a existência de uma Sociedade Gregoriana, seja sobre um conluio entre setores escravizados e livres para instaurar um novo Haiti, o apelo da acusação de haitianismo poderia ser enorme. Por isso, os acusados lutavam pela sua honra pública em primeiro lugar, algo que poderia significar a própria liberdade.

As defesas partindo dos acusados poderiam ser das mais diversas, mesmo no caso desses grupos letrados da primeira metade do XIX, os quais não possuíam nenhum envolvimento em qualquer plano ou sociedade haitianista como pintado pelos acusadores. Até mesmo o axioma negativo da Revolução do Haiti, presente em discursos e práticas diversos, por vezes contraditórios,³⁵² poderia ser útil para defender-se.

Não quer dizer, com isso, que todos esses liberais acusados concluíam como negativa a experiência no Haiti. O primeiro exemplo pode ser o próprio Henri Grégoire, não por acaso acusado tão veementemente. O Doutor Joaquim Cândido Meirelles, pode ser um caso mais interessante, visto que, ao defender-se, evitou as menções não negativas ao Haiti, contudo, através do periódico de sua autoria, *Sentinella da Liberdade no Rio de Janeiro*,³⁵³ adotou um discurso contra a demonização do Haiti.³⁵⁴ Aparentemente, enquanto acusado, Meirelles não poderia estender esse tipo de posicionamento, pois provavelmente esta atitude iria piorar sua situação já delicada situação.

Dessa forma, se o receio de se posicionar de maneira não negativa em relação ao Haiti existia para uma pessoa em particular, havia sim a possibilidade de existir também nas publicações periódicas. As menções positivas ao Haiti poderiam adquirir o sentido, público e potencialmente acusatório, de defesa de uma república negra assassina de brancos. Assim, além de negar a existência da tal Sociedade Gregoriana, situar-se o mais distante possível da Revolução do Haiti, entendendo-a ou não como negativa, era um caminho mais seguro a ser trilhado pelos acusados.

Esse foi o caminho percorrido pelo jornal *O Defensor do Povo*. Ao lançar-se em defesa dos mulatos da Guarda Nacional, o periódico desqualificou os acusadores e buscou apoio das camadas livres baianas, incluindo seus “amigos brancos”. O resultado parcial dessa tentativa

³⁵² NISHIKAWA, Reinaldo Nishikawa, “O Haiti não é aqui: discurso antiescravista e práticas escravistas no Brasil (1790-1840)”, *MÉTIS: história & cultura*, v. 4, n. 7 (2005), p. 11-32.

³⁵³ Periódico, como percebe-se, inspirado nas “Sentinellas” de Cipriano Barata.

³⁵⁴ Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*, pp. 293-298.

encontra-se na edição seguinte, publicado com atraso de 10 meses, em 16 de dezembro de 1836, devido a um problema na tipografia:

Conspirou-se a maioria dos cidadãos de cor branca contra nós (até mesmo alguns dos nossos amigos) pelo que dissemos em nosso número passado respectivamente a intriga de cores que ainda desgraçadamente existe entre nós: porém o que dissemos é que estes Srs. que tanto se escandalizaram pelo que dissemos em o dito número a respeito, que o tornem a ler com toda a atenção, e meditem bem as suas consciências, e verão então, se o que dissemos nele é ou não verdade: e com razão: quanto mais que não falemos, e nem podíamos falar, com todos os brancos em geral: porque estamos certos que um cidadão sincero, amigo da pátria, e da lei, em um Colégio Eleitoral vendo aparecer o nome de um cidadão qualquer de cor, como candidato das eleições, de certo não há de, rindo-se, escarnecer cutucando a outro da sua cor que esteja próximo, e nem há de dizer, que não vote em fulano que é mulato, ou negro, como praticam estes marotos impostores, e degenerados brasileiros, a quem bem serviu a nossa talhada carapuça, por serem inventores de *Sociedades Gregorianas*, inimigos da pátria e de seus patrícios, contra quem indispunham os patriotas de cor branca amigos das virtudes dos cidadãos (sem exceção de cores) a fim de todos juntos fazerem uma injusta guerra aos cidadãos pardos e pretos excluindo-os de todas as garantias, como nos Estados Unidos d'América do Norte!!!³⁵⁵

O escritor do jornal apresenta sua insatisfação com a conspiração que sofreu após a última publicação. Dessa vez, não se refere a um grupo minoritário de “cor de neve”, mas à “maioria dos cidadãos de cor branca contra nós (até mesmo alguns dos nossos amigos)”. Se este autor assimilou, após a edição de fevereiro, como mais numerosos os propagadores das “intrigas de cores” é difícil de confirmar, todavia, seu discurso nessa 44ª edição de *O Defensor do Povo* aponta para esse entendimento.

A discordância, apontada acima, por parte dos baianos brancos em relação ao discurso de pretensão liberal sem distinções raciais pode ser elucidativa quanto à segregação sofrida pelos não brancos, acarretando uma maior dificuldade em se comprovar a inocência dos acusados. Dessa maneira, o jornal se esforça para, em seu discurso, separar as pessoas envolvidas sem a categoria racial, ao contrário dos que promoviam uma guerra injusta contra os cidadãos pardos e pretos. Antes, preferia diferir os sujeitos entre os cidadãos sinceros e amigos da pátria e os inventores da Sociedade Gregoriana, marotos impostores e brasileiros degenerados.

A edição prossegue relatando o caso de um “moço de geração parda”, quase branco, mas restringido de tornar-se frade em um dos conventos de Salvador por causa da cor parda da sua avó. Dessa forma, configurando-se, segundo o jornalista, contrariedade à Constituição de 1824, em especial nas seguintes designações do artigo 179:³⁵⁶

XIII. A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.

³⁵⁵ *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4. Itálico do autor.

³⁵⁶ *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4.

XIV. Todo cidadão pode ser admitido aos Cargos Públicos Civis, Políticos, ou Militares, sem outra diferença, que não seja dos seus talentos, e virtudes.³⁵⁷

Essa situação ocasionou o projeto de lei do deputado Christovão Pessoa da Silva Filho, que buscou, na Assembleia Legislativa Provincial, corroborar a inclusão de todos os cidadãos nas três ordens religiosas. Assim como no Batalhão do Santo Antônio Além do Carmo, a categoria raça interferia nas relações institucionais para além da legislação. Mas era também por meio das leis que o escritor de *O Defensor do povo* acreditava ser possível alcançar a igualdade entre os homens.³⁵⁸

É deveras interessante perceber como esse jornalista adota uma postura mais arreada após esses 10 meses, muito em razão das críticas recebidas:

quanto mais a carapuça foi a quem [ilegível], quem se escandalizou foi porque ela bem lhe ajustou, e não damos por isso satisfações a ninguém, e quem por isso não quiser ler, e nem ser assinante da nossa folha, que se despeça: porque não escrevemos por especulação, e nem por meio de vida; e sim a nossa vontade é defender aquilo que nos parece justo.³⁵⁹

A reação negativa de parte do público leitor e assinante, como consta acima, foi ocasionada pelas contra-acusações do jornal aos “cor de neve”. Se esse público-alvo, provavelmente liberais brancos, de fato se escandalizou por assumir a culpa ao se identificar com a situação é impossível constatar. De qualquer maneira, essa é a justificativa para a insatisfação presente na edição de dezembro.³⁶⁰

Essa insatisfação soma-se às acusações recebidas pelo periódico “interessante a todos os homens livres do Brasil” ao tentar expor os inventores da Sociedade Gregoriana. A crítica acusatória recebida pelo *O Defensor do Povo* é a única em que o imputador é exposto por eles nessas duas edições. No caso, o escrito periódico nomeado apenas de *Diário*³⁶¹ é o responsável por recriminá-lo em função da censura aos “inventores e propagadores de Sociedades Gregorianas”.³⁶²

E se no infeliz Pará aparecesse um escritor que asperamente censurasse estes maus procedimentos do Presidente Jorge, chamando-o à ordem, uma nova revolução apareceria no Pará? Talvez que não. E como então o *Diário* crimina a nossa censura dirigida unicamente aos intrigantes inventores e propagadores de *Sociedades gregorianas*: a fim de os chamar a ordem, acabando com a perigosíssima intriga de cores?³⁶³

Para sua defesa, o jornalista de *O Defensor do Povo* utiliza do exemplo da Cabanagem, revolta de origem popular ocorrida entre 1835 e 1840. Nele, após utilizar um trecho de um dos

³⁵⁷ Constituição política do Império do Brasil, 25 de março de 1824, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

³⁵⁸ *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4.

³⁵⁹ *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4.

³⁶⁰ *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4.

³⁶¹ Provavelmente se refere ao *Diário da Bahia*, porém carece de fontes para constatar.

³⁶² *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4.

³⁶³ *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4. Itálico do autor

líderes do movimento, Eduardo Angelim, questiona se uma nova revolução poderia ser evitada no Pará caso alguém chamasse à ordem o então presidente restauracionista, Manuel Jorge Rodrigues.³⁶⁴

Dessa maneira, compara com o próprio caso em que foi acusado.³⁶⁵ É curioso salientar que em janeiro de 1835, o jornal baiano *O Democrata* havia levantado o questionamento sobre o Pará ter “proclamado a extinção dos homens brancos, e a república de São Domingos”, insinuando pretensas comparações anteriores.³⁶⁶ Ou seja, existe a possibilidade de uma intenção, consciente ou inconsciente, por parte do redator de *O Defensor do Povo* em citar o exemplo da “infeliz província do Pará” em sua comparação.³⁶⁷

Enfim, os exemplos estudados até aqui nos permitem concluir que as acusações possuíam ou adquiriam o caráter político, muitas vezes, ultrapassando barreiras regionais. Os acusadores eram (e são) mais difíceis de serem identificados, enquanto os acusados pelevavam para provar sua inocência da acusação de participarem em conluios ou sociedades violentas e secretas, das mais diversas formas. O contexto do período regencial, considerando a instabilidade política e as revoltas baianas, estimula as retóricas “haitianistas” com tom exacerbado ou não.

O caso apresentado pel’*O Defensor do Povo* demonstra a racialização presente nas instituições brasileiras regenciais, apesar da constituição pretensamente liberal. A tentativa de ativar os ideais liberais presentes entre seus leitores, almejando reprimir os caluniosos e pôr fim às “intrigas de cores”, proporcionou maiores problemas ao jornalista em questão, a ponto de ser ele mesmo acusado de voltar-se contra os brancos em geral.

Está claro, até aqui, que as denúncias de cunho “haitianista” possuíam inexoravelmente “raça” como fator chave, indo além, mas sem perder de vista, o debate em torno da escravidão. As acusações dessa estirpe eram proferidas geralmente, não exclusivamente, em duas ocasiões. Primeiro, alertando e, conseqüentemente, combatendo discursos ou práticas considerados radicais dentro de uma sociedade racializada. No segundo caso, a acusação era expressa em forma de boato para deslegitimar, diminuir ou prejudicar uma ou mais pessoas de cor.

O Abade Grégoire é um exemplo da primeira. Como vimos, a proximidade dos seus ideais com o Haiti era clara, mesmo não compactuando com as premissas “haitianistas”. Outras figuras brasileiras da ala mais exaltada, como Francisco Sabino, Cipriano Barata e Antônio

³⁶⁴ *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4.

³⁶⁵ *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4.

³⁶⁶ *O Democrata*, 30 jan. 1836, pp. 1-2.

³⁶⁷ *O Defensor do Povo*, 16 dez. 1836, p. 1-4.

Pereira Rebouças, também foram indistintamente incriminados. Seus posicionamentos poderiam ser considerados ainda mais distantes das premissas haitianas, porém a intimidação proveniente dessas imputações servia para coagir os seus respectivos ideais antiescravistas. Ideais distintos e mutáveis, mas que em geral pautavam-se pelo fim pacífico da escravidão.

Percebe-se que a cor da pele do portador do discurso não é o fator primordial nesse caso, antes a propensão que o ato possuía de causar algum desequilíbrio no sistema escravista, ou nas hierarquias raciais, era o alvo a ser confrontado. Os discursos que possuíam a possibilidade de inflamar as camadas escravizadas não eram bem aceitos e eram combatidos com afinco por grupos escravistas. Com isso, não quer dizer que a personagem responsável pela atitude não fosse deslegitimada ou prejudicada. Pelo contrário, apesar do combate primordial ao que se pregava, em geral eram marginalizados junto com suas ideias. Os brancos, em particular, eram hostilizados com a má fama de “traidores da raça”.

A peculiaridade do segundo caso está no fato da acusação ter a finalidade prioritária de afetar a pessoa ou o grupo a partir de uma prática cometida, ou não. A principal diferença está na acusação direta contra o acusado, atingindo-o pessoalmente. O que realmente importa é a deslegitimação da pessoa, não da atitude. Não quer dizer, com isso, que o ato dos mesmos não possuísse nenhum efeito racializante ou antiescravista, mas estavam à mercê da consequência almejada de prejudicar a pessoa de cor. As acusações relacionadas à Sociedade Gregoriana são bons exemplos, em especial pela dificuldade em atestar ou não a participação de uma pessoa em um grupo secreto, independente dos posicionamentos e atitudes expostos pelo acusado.

A utilização do termo “haitianismo” foi intensa desde 1831, porém rapidamente caiu em desuso no Brasil após 1836.³⁶⁸ Segundo Alain Youssef, o termo não foi evocado como arma política ininterruptamente durante esse período, pois em alguns momentos específicos “poderia resultar em mais ações escravas motivadas por intrigas partidárias”.³⁶⁹ O haitianismo e a Sociedade Gregoriana eram referências diretas dos impactos da antiga colônia francesa, porém não esgotavam seu significado. Como nos alerta Miguel Borba de Sá, “a história do haitianismo e dos impactos da Revolução Haitiana no Brasil não são exatamente a mesma coisa”.³⁷⁰ Dito isso, a utilidade do exemplo haitiano não foi esvaziada pelo menos durante a década de 1840 e início de 1850. Como veremos no próximo capítulo, a “República dos Negros” poderia ser

³⁶⁸ Miguel Borba de Sá, “Haitianismo: Colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro”, Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, pp. 97.

³⁶⁹ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 140.

³⁷⁰ Sá, “Haitianismo: Colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro”, pp. 98.

utilizada para favorecer discursos opostos, seja entre escravistas e abolicionistas ou republicanos e monarquistas, muitas vezes sem descolar esses dois temas.

CAPÍTULO 3 – O Haiti nos debates sobre a escravidão e a república nos periódicos baianos de 1844-1853

Com o golpe da maioria em 23 de julho de 1840, D. Pedro II assumiu o trono do império brasileiro com apenas quatorze anos, quatro a menos do que o esperado. A antecipação da coroação do imperador, cogitada desde 1835, pode ser entendida como uma disputa de forças políticas. Por meio da criação do Clube da Maioridade, o Partido Liberal encabeçou a formação do projeto que visava declarar o jovem Pedro maior de idade antes de completar dezoito anos. Apesar da oposição de uma parcela do partido conservador, o projeto encontrou pouca resistência entre os governistas de forma que não foi uma tarefa árdua.³⁷¹ O Segundo Reinado, momento fundador de um modelo de nacionalidade, teve seu início a partir desse golpe. Dessa maneira, a escolha pelo modelo monárquico estava intimamente ligada aos interesses políticos das elites brasileiras, em sua maioria temerosas de um desmembramento das províncias brasileiras em distintas repúblicas, assim como ocorreu nas antigas colônias espanholas.³⁷²

Para Alain Youssef, provavelmente a antecipação da coroação de D. Pedro II tinha relação direta com a reabertura do tráfico negreiro. Segundo ele, os liberais teriam recorrido ao jovem imperador como sua última cartada contra o programa regressista, até então triunfante, em favor do tráfico. Apesar da política regencial contra a importação de africanos ter sido feita para ser efetiva, em consonância com a lei de 1831,³⁷³ a quantidade de africanos desembarcados no Brasil no último ano das regências foi de mais de 56 mil.³⁷⁴

O impacto da coroação de D. Pedro II pôde ser sentido no primeiro ano, quando em 1840 o número de africanos traficados caiu para 36.500. Houve, nos momentos em que os liberais controlaram o executivo durante aquela década, diminuições numéricas no tráfico e avanços significativos nas negociações com a Grã-Bretanha.³⁷⁵ Dessa forma, concomitante com a medida unilateral britânica de intensificação da atuação repressiva da sua marinha, a quantidade de escravizados desembarcados despencou para 20.954 em 1845.³⁷⁶

³⁷¹ Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 77-78.

³⁷² Schwarcz, *As barbas do imperador*, pp. 19-24.

³⁷³ Alain El Youssef, “Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, 2011, pp. 116, <https://doi.org/10.11606/D.8.2011.tde-06072011-090553>.

³⁷⁴ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 221-222.

³⁷⁵ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 221-222.

³⁷⁶ Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 110.

Essa medida tomada pelo parlamento do Reino Unido, denominado de *Bill Aberdeen*, autorizava os britânicos a prenderem qualquer navio suspeito de transportar escravizados. Em 1845, primeiro ano de vigência, foram 27 embarcações brasileiras apreendidas, quase metade se comparado ao ano seguinte.³⁷⁷ Isso não significou, contudo, uma diminuição no desembarque de africanos para serem escravizados no Brasil. Antes, após a baixa quantidade na primeira metade da década de 1840, se intensificou o tráfico até 1850, alcançando o pico de 61.757 em 1848 e 57.504 em 1849.³⁷⁸

Para Sidney Chalhoub, a entrada de mais de 750 mil africanos no Brasil após a lei de 1831³⁷⁹ foi decorrente da frouxidão na exigência de documentação da propriedade escravizada, assim, ficava mais difícil saber a origem, a data e a condição de desembarque do cativo. Diante do favorecimento ao tráfico ilegal, as elites almejaram revogar a lei para solucionar a contradição entre o direito à propriedade escrava e a lei de proibição ao tráfico.³⁸⁰ A lei de 1831 previa que o direito à liberdade da pessoa ilegalmente traficada não possuía prazo de validade, cabendo ao proprietário o ônus de provar a legalidade do escravizado.³⁸¹

A intenção era isentar os senhores de escravos dessas responsabilidades ao passo que o tráfico transatlântico era freado. Nos debates que se seguiram para a criação da lei de 1850 houve um esforço das elites em silenciar sobre a lei de 1831 e suas consequências. Por fim, a lei Eusébio de Queiroz confirmou a anistia dos crimes cometidos pelos escravistas nas duas décadas anteriores.³⁸²

No bojo do processo que levou à abolição do tráfico negreiro, os *Saquaremas* conseguiram manter a aliança com sua base social fazendo a passagem da defesa do comércio de africanos para a defesa do sistema escravista no Brasil, garantindo a posse de todos os cativos desembarcados ilegalmente.³⁸³

Apesar do número crescente de escravizados desembarcando no Brasil até 1850, as consequências do decreto britânico podem ser sentidas nos discursos em defesa da soberania nacional, inclusive entre parte dos liberais, e no apoio recebido de França e Portugal para perseguir os navios brasileiros.³⁸⁴

A despeito do declínio na exportação do açúcar brasileiro, as regiões açucareiras do país sofreram com a intensificação do tráfico nos seus últimos anos. Isso se deu em razão do ato do

³⁷⁷ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 238.

³⁷⁸ Chalhoub, *A força da escravidão*, pp. 110.

³⁷⁹ Chalhoub, *A força da escravidão*, pp. 30.

³⁸⁰ Chalhoub, *A força da escravidão*, pp. 71-140.

³⁸¹ Beatriz Mamigonian, *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2017, pp. 314-318.

³⁸² Chalhoub, *A força da escravidão*, pp. 71-140.

³⁸³ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 268.

³⁸⁴ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 238.

açúcar,³⁸⁵ aprovado em meados de 1846 pelo parlamento britânico, encerrando as diferenças nas cobranças de impostos no açúcar produzido fora das possessões britânicas, independente da mão de obra escrava ou livre. O impacto pôde ser sentido principalmente na Bahia, que elevou de 3 mil africanos desembarcados em 1845 para 8 mil no ano do ato inglês. Entre os anos de 1847 e 1850 foram traficados para a província baiana respectivamente 11 mil, 7.500, 10 mil e 9.500.³⁸⁶

Embora o império brasileiro tenha apresentado supostas dificuldades na luta contra o tráfico de escravizados, a lei de 1850 foi bastante eficaz. Com a marinha inglesa livre para atuar na repressão ao tráfico, desembarcaram no Brasil 31.161 no primeiro ano de vigência da lei, despencando para 5.595 no ano seguinte e apenas 984 em 1852. Nos anos posteriores não houve mais nenhum registro de entrada, exceto em 1856 com um único episódio envolvendo 320 africanos desembarcados.³⁸⁷

³⁸⁵ Tradução livre para *sugar act*.

³⁸⁶ Youssef, “Imprensa e escravidão”, pp. 247-248.

³⁸⁷ Chalhoub, *A força da escravidão*, pp. 127.

3.1 – O Haiti e o tráfico transatlântico nos jornais baianos

Os temas relacionados à abolição do tráfico também foram amplamente debatidos nos periódicos baianos, por vezes dialogando diretamente com as discussões parlamentares.³⁸⁸ Para Nelson Werneck Sodré, “o golpe da maioria abriu nova fase na vida política brasileira, e a imprensa receberia os reflexos das condições então imperantes”. Segundo ele, naquele momento as elites entendiam que a imprensa possuía o papel de lhes servir e “contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência”.³⁸⁹

Certamente, as elites não possuíam controle sobre todos os periódicos circulantes, porém através da averiguação do jornal baiano *Correio Mercantil: Jornal político, comercial e literário* a intenção em utilizar a imprensa para atender aos seus próprios interesses pode ser constatada. Fundado por João Antônio de Sampaio Vianna em 1833, o jornal atuava como um porta-voz das elites proprietárias da Bahia com interesses na permanência das relações entre senhor e escravo, além da diferenciação dos homens com base em critérios de renda e propriedade. Em 1840, o fundador do *Correio*, também sócio da Sociedade Literária da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sampaio Vianna, se desligou das suas obrigações com o periódico por razões de saúde e afazeres públicos. Assumiu a redação do jornal até 1844 Luiz Antônio de Sampaio Vianna, prometendo manter os mesmos princípios políticos do seu irmão.³⁹⁰

A escolha política dos irmãos Sampaio Vianna, perpassando também pela busca da centralização com base na monarquia constitucional,³⁹¹ era clara quanto à defesa e legitimação do sistema escravista por longos anos. Para os editores, essa percepção em favor da escravização dos africanos não entrava em contradição com os ideais liberais, tampouco com a utilização da metáfora da liberdade. Destarte, enfatizava como justificativa para cercear a liberdade alheia o direito à propriedade como princípio superior, assim, o liberalismo poderia conviver tranquilamente com a escravidão.³⁹²

Segundo Alessandra Negrão:

³⁸⁸ Alguns periódicos transcreviam sessões em algumas edições. Ver exemplos em *Correio Mercantil: Jornal Político, Commercial e Litterario*, Bahia, 11 fev. 1841, p. 1-3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/186244/3187>, *Correio Mercantil*, Bahia, 6 ago. 1844, p.1.

³⁸⁹ Nelson Werneck Sodré, *Historia Da Imprensa No Brasil*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, pp. 181-182.

³⁹⁰ Alessandra Pellegrino Negrão, “Revolta, tráfico e escravidão no *Correio Mercantil*: Salvador, 1836-1849”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, pp. 21-22.

³⁹¹ Para eles única forma de garantir a tranquilidade pública, a propriedade e os privilégios dos grupos no poder. Ver em Negrão, “Revolta, tráfico e escravidão no *Correio Mercantil*”, pp. 27-28.

³⁹² Negrão, “Revolta, tráfico e escravidão no *Correio Mercantil*”, pp. 94-99.

O *Correio* buscava comprovar, com estratégias semelhantes, que a manutenção do tráfico era inevitável e mesmo indispensável ao Brasil. Defendia a precipitação e inaplicabilidade da lei de 7 de novembro de 1831, e mesmo a revogação dela, seguida de sua substituição pelo novo projeto do Marquês de Barbacena, que legitimava a propriedade dos africanos importados após 1831 e isentava os compradores do crime de reduzir pessoa livre à escravidão. Toda essa argumentação do *Correio Mercantil* estava em consonância com a política de defesa, tanto do tráfico quanto da manutenção do sistema escravista, que começou a ser delineada pelo Estado monárquico a partir do início do século XIX.³⁹³

Um dos argumentos utilizados pelo *Correio Mercantil* em edições de 1844 consistia na tentativa de deslegitimar o interesse britânico pelo fim do tráfico. Em 7 de fevereiro foi publicado um artigo de *O Brasil* acusando a Inglaterra de intervir na soberania nacional do Brasil, especificamente por causa dos seus próprios interesses econômicos, e ironizando que “a Inglaterra tem ótimos entusiasmos de filantropia quando lhe servem os seus fins!”.³⁹⁴

Posteriormente, o mesmo jornal publicou uma correspondência do *Jornal do Comércio*³⁹⁵ no dia 19 de junho de 1844. Nele o autor deslegitimava o discurso abolicionista ao citar uma petição apresentada na câmara dos deputados parisienses que exigia a abolição imediata da escravidão nas colônias francesas. No parágrafo seguinte, informava sobre “a série interminável de insurreições de que atualmente está sendo vítima a ilha de Cuba”.³⁹⁶ Para o escritor, aparentemente os únicos culpados, não citando mais nenhum fator para a ocorrência das sublevações, eram os missionários metodistas

que o governo poderia [...] dar-lhes passagem de graça no primeiro navio que saísse pela barra fora, e mandá-los evangelizar para as possessões inglesas da Índia, onde acharão de sobejo em que empreguem o seu zelo e caridade. De caminho poder-se lhes ia para corretivo do enfado da viagem, dar um par de exemplares da carta de S. Paulo a Onésimo, a fim de poderem meditar a doutrina do direito das gentes acerca da escravidão.³⁹⁷

Coincidentemente, ou não, imediatamente antes de tratar desses assuntos, o articulista alertava para as últimas notícias sobre o Haiti. As informações eram de que a situação, que já era deplorável, ficou ainda pior e a “república negra estava a passar pela maior crise em que se tinha visto desde a fundação da independência”. A guerra declarada entre a autoridade civil e a militar desembocou em uma insurreição entre os corpos militares, estes estariam roubando, devastando, matando e cometendo excessos de todo o gênero sem que o governo tivesse forças para detê-los. Os problemas do Haiti também seriam externos, assim, ironicamente, o jornal considerava inevitável a intervenção estrangeira na ilha. Pois, “a impossibilidade em que o

³⁹³ Negrão, “Revolta, tráfico e escravidão no Correio Mercantil”, pp. 163.

³⁹⁴ *Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario*, Bahia, 7 fev. 1844, p. 1-2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/186244/5390>.

³⁹⁵ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26,27 e 28 mai. 1844, p.1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/6351.

³⁹⁶ Entre 1843 e 1844 foram descobertas uma série de conspirações em Cuba organizadas por livres de cor e escravizados que desencadeou na repressão violenta conhecida como *La Escalera*, tema um pouco mais aprofundado nas páginas seguintes. Ver em: Robert L. Paquette, *Sugar is made with blood: The conspiracy of La Escalera and the conflict between empires over slavery in Cuba*, Middletown: Wesleyan University Press, 1988.

³⁹⁷ *Correio Mercantil*, 19 jun. 1844, pp. 2-3.

governo se acha de pagar a próxima prestação da dívida francesa é absoluta. No caso de as coisas continuarem do mesmo modo, é inevitável a necessidade de alguma intervenção estrangeira que pode terminar pela perda da independência do país”.³⁹⁸

Na edição de 6 de agosto, outro artigo jornalístico do *Correio Mercantil*, dessa vez através de uma publicação do *Diário do Rio de Janeiro*, colocava em xeque a soberania do Haiti, visto que “cansada das suas longas e sanguinárias revoluções, e desesperando de conquistar nunca uma independência pacífica, a antiga colônia francesa parece estar cuidando seriamente em colocar-se sob a proteção de uma das grandes potências da Europa”.³⁹⁹ Para o autor, eram caluniosas as acusações de alguns escritores ingleses que culpavam a França pelas sublevações e matanças na ilha caribenha. O articulista ia além ao afirmar que “assim é que sempre procede a política inglesa” e os responsabilizava por uma “sublevação de escravos revoltados em Havana em consequência de longos e incessantes excitamentos dos agentes ingleses”. Depois de enaltecer o “caráter francês” e acusar a Grã-Bretanha de incitar revoltas entre os escravizados, o argumento principal foi lançado: o Haiti, caso não conseguisse manter a sua independência, era por direito da França.⁴⁰⁰

Mesmo que a antiga colônia de São Domingos quisesse “colocar-se sob o protetorado de uma terceira potência, e sobretudo a Inglaterra, teria a França o direito e a obrigação de opor-se a isso”. Esse direito estaria baseado na “puramente condicional emancipação de 1825”, em referência ao acordo de aceitação da independência haitiana em 18 de abril, pois “concedia à república negra a independência do seu governo, porém com condições precisas e consideráveis” e “não se tendo cumprido estas condições, a independência [...] já não podia ser invocada”. Logo, “se a república do Haiti tem de perder o exercício da sua soberania sobre esse país, é a França, a título quer de protetora quer de soberana, e só a França que deve devolver esta soberania”.⁴⁰¹

Certamente, essas não foram a primeira e nem a última vez que o *Correio Mercantil* veiculou notícias sobre o Haiti. Em 1841, o jornal baiano publicou um artigo de uma folha norte-americana transcrito pelo jornal francês *Le Temps* sobre o Haiti. O conteúdo versa sobre a desconfiança que os brancos sofriam, talvez como em nenhum outro lugar do mundo, na antiga colônia de São Domingos. Na ilha, dificultavam ao máximo as patentes cedidas aos

³⁹⁸ *Correio Mercantil*, 19 jun. 1844, pp. 2.

³⁹⁹ *Correio Mercantil*, 6 ago. 1844, pp. 1-2.

⁴⁰⁰ *Correio Mercantil*, 6 ago. 1844, pp. 1-2.

⁴⁰¹ *Correio Mercantil*, 6 ago. 1844, pp. 1-2.

brancos, sejam oriundos de qualquer nação, além dos 500 brancos que lá habitavam, número calculado não se sabe como, sofrerem restrições pela legislatura local.⁴⁰²

A crítica do *Le Temps*, recomendada pelo *Correio* aos governantes e especialmente aos legisladores, se estendia aos “filantropos e negrófilos” favoráveis ao Haiti, responsabilizando-os pela nação negra seguir o caminho contrário ao da Europa que está “proclamando a igualdade de direitos para todas as raças de que se compõe a humanidade”. No penúltimo parágrafo, o autor completa esse raciocínio afirmando os benefícios civilizatórios adquiridos pelos haitianos em outras nações, enquanto o Haiti “repele do seu seio vossos compatriotas”. Finalmente, conclui expondo qual o seu desejo diante do quadro apresentado: “Certo que um tal proceder não é próprio a adiantar na América a emancipação dessa cor, nem a produzir a fusão da sua raça com as das nações civilizadas da Europa”.⁴⁰³

A utilização do Haiti como parte da retórica ocorre novamente no *Correio Mercantil* no final de 1844. Em um comunicado sobre o comércio internacional do açúcar, escrito na Bahia em 10 de dezembro pelo Dr. George E. Fairbanks, o objetivo era analisar e propor melhorias para a indústria baiana. O texto é introduzido com breves descrições sobre as origens do açúcar nas distintas nações importadoras ao redor do mundo.⁴⁰⁴ Em um segundo momento, divide em duas classes os países exportadores de açúcar, ocidentais e orientais, para explicitar as vantagens e desvantagens da produção em cada local.⁴⁰⁵

Nas colônias francesas, prossegue a análise, a mão de obra escrava, apesar de relativamente forte, estava em um momento de declínio, pois

as ideias agora em voga em França, torna esta [mão de obra] um tanto precária e é provável que brevemente estas colônias terão a passar pelos mesmos incômodos que sofrem as inglesas. Sendo sujeitas a direitos pesados para favorecer a cultivacão da beterraba em França, muitos lavradores se têm transportado com os seus escravos, para Cuba e Porto Rico. Debaixo de circunstâncias mais favoráveis estas colônias podiam fornecer maior porção de açúcar do que agora.⁴⁰⁶

Até esse momento parece estar claro, na percepção apresentada pelo autor do texto, que o trabalho baseado na escravização dos africanos é o caminho mais lucrativo para as nações exportadoras. Ao tratar das colônias espanholas, qualquer possível dúvida sobre esse ponto de vista é desfeita. Inicialmente, compara Cuba e Porto Rico como rivais do Brasil “cuja competição as colônias inglesas têm mais que recear no caso de um comércio livre”. Depois

⁴⁰² *Correio Mercantil*, 12 fev. 1841, pp. 3.

⁴⁰³ *Correio Mercantil*, 12 fev. 1841, pp. 3.

⁴⁰⁴ Especificamente na Inglaterra, França, Holanda, Dinamarca, Hamburgo, Bremen, União das alfândegas da Alemanha, Áustria, Rússia, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, Possessões inglesas nas Américas, Cabo da Boa Esperança, Nova Holanda e Nova Zelândia, norte da Ásia e América do Sul.

⁴⁰⁵ *Correio Mercantil*, 13 dez. 1844, pp. 1-3.

⁴⁰⁶ *Correio Mercantil*, 13 dez. 1844, pp. 1-3.

enaltece “a vantagem do trabalho de escravos”, no entanto, essa vantagem é precária no caso dessas ilhas em razão dos “sucessos naquela ilha e no Haiti”, provavelmente em referência à Revolução Haitiana e à série de conspirações contra a escravidão que resultou na repressão conhecida como *La Escalera*.⁴⁰⁷

A antiga São Domingos estava passando, desde 1843, por uma série de golpes militares que exilaram o presidente Boyer e dificultavam o pleno exercício dos sucessores, até a eleição de Faustin Élie Soulouque em 1847.⁴⁰⁸ Após o acordo de independência assinado com a França em 1825, o Haiti herdou uma dívida baseada no prejuízo causado à metrópole e, com isso, tornou-se extremamente dependente do país europeu durante boa parte do século XIX. Diante disso, a ex-colônia francesa prosseguiu sendo explorada, de forma que dois terços das exportações haitianas, principalmente café e pau-campeche, eram absorvidas pela França que, por sua vez, configurava-se quase como única credora de empréstimos para a ilha.⁴⁰⁹ Além disso, o Haiti estava sofrendo embargos diplomáticos e econômicos dos demais países americanos, em especial os Estados Unidos sob os interesses dos escravistas do sul.⁴¹⁰ Portanto, a primeira nação negra das Américas aparece, na percepção de Fairbanks, como um fator de preocupação para seus vizinhos escravistas, pois as suas condições econômicas e políticas fragilizadas, em razão da ruptura abrupta do escravismo, não deveriam se estender.⁴¹¹

Por outro lado, Cuba, ainda como colônia espanhola, atravessava momentos de tensões raciais em virtude do crescimento da população de cativos para atender à produção próspera de açúcar. Os distúrbios e levantes atravessaram as décadas de 1820 e 1830, considerando também o aumento da população livre de cor, e em 1844 culminaram na repressão *La Escalera*.⁴¹² Em um momento que a população branca era minoritária em relação aos negros e mulatos, um grupo de livres de cor teria organizado esse movimento anticolonial em conjunto com os escravizados da ilha. A rebelião nunca ocorreu, contudo foi brutalmente reprimida com cenas

⁴⁰⁷ *Correio Mercantil*, 13 dez. 1844, pp. 1-3.

⁴⁰⁸ Leslie Alexander, ““The Black Republic”: The Influence of the Haitian Revolution on Northern Black Political Consciousness, 1816–1862” in Maurice Jackson e Jacqueline Bacon (orgs.), *African Americans and the Haitian revolution: selected essays and historical documents*, New York: Routledge, 2010, pp. 68.

⁴⁰⁹ Leslie Manigat, “Haití: de la hegemonía francesa al imperialismo estadounidense” in Marc Ferro (org.), *El libro negro del colonialismo. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento*, 1ª ed. (Madrid: La Esfera de los Libros, 2005), pp. 261-274.

⁴¹⁰ Alexander, ““The Black Republic”, pp.67.

⁴¹¹ *Correio Mercantil*, 13 dez. 1844, pp. 1-3.

⁴¹² Iacy Maia Mata, *Conspirações da raça de cor*, Campinas: Editora Unicamp, 2015, pp. 26-27.

de violência principalmente contra cativos e livres de cor.⁴¹³ De qualquer maneira, a conspiração foi um marco no retrocesso das liberdades dos negros e mulatos.⁴¹⁴

Segundo o comunicado publicado no *Correio Mercantil*, as rebeliões escravas pareciam ser um problema apenas para as regiões do Caribe. Quando o assunto é a Bahia, “favorecida com uma imensa extensão de terrenos incultos e férteis, um clima ameno e saudável, um governo eminentemente nacional e desejoso de promover os melhores interesses do país”, justifica-se como causa evidente da sua decadência na produção de açúcar apenas o “pouco rendimento dos seus engenhos e a necessidade de uma reforma”. Para a província da Bahia, o sistema escravista não parecia apresentar nenhum problema.⁴¹⁵

Ao concluir, Fairbanks apontou sua “proposta para o melhoramento da agricultura na província da Bahia, e principalmente da lavoura de cana, e fabrico dos seus produtos”. A proposta consistia na ação do governo em informar os “lavradores” com as notícias mais recentes sobre o assunto e nomear uma pessoa competente para viajar à Louisiana, “às ilhas de Cuba e Barbados e quaisquer outras que se tornarem necessárias”. Então, essa pessoa competente deveria buscar nesses países o máximo de informações, materiais e experiências possíveis para repassar aos demais proprietários brasileiros. Inclusive, se possível, construir um “engenho normal” para servir de “escola de instrução”.⁴¹⁶

Durante a sua longa duração de existência, o *Correio Mercantil* permaneceu convicto na defesa dos interesses das classes senhoriais, em nome da ordem, da lei e da propriedade – mesmo após a saída de Luiz Antônio de Sampaio Vianna. Todavia, não é possível conhecer exatamente qual foi a estratégia utilizada pelo periódico após a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, visto que, apesar do seu encerramento ter ocorrido em 1856,⁴¹⁷ só existem fontes até 1849.⁴¹⁸

A defesa de uma monarquia constitucional também permanece até onde encontramos fontes, em especial nas respostas a outro jornal baiano, *O Guaycuru*. Redigido por Domingos Guedes Cabral, grande apoiador da Sabinada, o periódico se assemelhava ao *Correio Mercantil* quanto à descrição dos sujeitos sociais, à manipulação da informação e à distorção da realidade para atender a seus próprios interesses, por vezes insistindo na percepção bárbara e animalizada

⁴¹³ Aisha K. Finch, *Rethinking Slave Rebellion in Cuba: La Escalera and the Insurgencies of 1841-1844*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2015, pp.1-20.

⁴¹⁴ Aline Helg. *Lo que nos corresponde. La lucha de los negros y mulatos por la igualdad en Cuba, 1886-1912*. La Habana, 2000; Michele Bernita Reid. *Negotiating a slave regime. Free people of color in Cuba, 1844-1868*. Tese de doutorado. Texas, 2004, p. 214.

⁴¹⁵ *Correio Mercantil*, 14 dez. 1844, pp. 1-3.

⁴¹⁶ *Correio Mercantil*, 14 dez. 1844, pp. 1-3.

⁴¹⁷ Negrão, “Revolta, tráfico e escravidão no Correio Mercantil”, pp. 20.

⁴¹⁸ Negrão, “Revolta, tráfico e escravidão no Correio Mercantil”, pp. 160.

dos povos africanos.⁴¹⁹ Desde o ano de sua fundação em 1843, no entanto, *O Guaycuru* se caracterizou como um contraponto ao *Correio*, defendendo a República federalista e a abolição do tráfico transatlântico.⁴²⁰

Com essas posições diametralmente opostas, debatiam arduamente a melhor forma de governo em suas respectivas edições. Enquanto *O Guaycuru* acreditava que a monarquia era uma herança europeia para manter essas populações nas trevas, apostando nos exemplos das repúblicas do México e sobretudo dos Estados Unidos,⁴²¹ o *Correio Mercantil*, por sua vez, apontava as contradições nas diversas ideias de república demonstrando “como nessa *república propriamente dita* parte da população vive escravizada e sob o pesado jugo da mais detestável tirania”.⁴²²

A metáfora da escravidão poderia ser tranquilamente utilizada, como vimos anteriormente, porém, o *Correio* também utilizou a experiência da escravidão em alguns argumentos, como a incompatibilidade da república estadunidense ao permitir a escravização em alguns estados e proibir em outros. Logo depois, o periódico completa: “Veja o fim desastroso que tiveram todas essas repúblicas velhas, médias e modernas; veja todas essas repúblicas contemporâneas, todas essas nações malogradas da América que correm em vão para a república e só encontram a anarquia”.⁴²³

Com o espaçamento de três edições, houve uma continuação da resposta do *Correio* em que rebateu as supostas igualdades nos Estados Unidos. “Afirmais que haveis visto a bordo dos navios de guerra americanos oficiais homens de cor? Faltais a verdade, pergunte a qualquer americano e ele julgará que pretendeis ofendê-lo”. Posto isso, indagava como seria possível ao Brasil seguir de preferência, mesmo sem ter semelhança alguma, o exemplo norte-americano ao invés das vizinhas “repúblicas de origem espanhola, cujos habitantes tanto se assemelham em tudo aos brasileiros e que de mais nos rodeiam em todas as partes?”. Em uma das suas últimas perguntas questiona “como julgais praticamente a república boa em um país cuja população metade é escrava e os dois terços da outra metade talvez nenhuma ideia tenham dos seus deveres, de seus direitos?”.⁴²⁴

⁴¹⁹ Negrão, “Revolta, tráfico e escravidão no Correio Mercantil”, pp. 67-82.

⁴²⁰ Infelizmente não existem edições de *O Guaycuru* de 1843 disponíveis, porém, as respostas do *Correio Mercantil* já podem ser vistas pelo menos desde 25 de novembro de 1843. Ver em: *Correio Mercantil*, 25 nov. 1843, pp. 1.

⁴²¹ Matheus Brum Domingues Dettmann, “O Guaycuru E a Divulgação De Ideais Federalistas E Republicanos Na Bahia Do Principio Do Segundo Reinado”, *Revista Historiador*, n. 10 (2020), pp. 185-188. <https://www.revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/201>.

⁴²² *Correio Mercantil*, 21 fev. 1844, pp. 1-2. Itálico do autor.

⁴²³ *Correio Mercantil*, 21 fev. 1844, pp. 1-2. Itálico do autor.

⁴²⁴ *Correio Mercantil*, 26 fev. 1844, pp. 1-2.

Infelizmente, só existem fontes das edições de *O Guaycuru* após novembro de 1844, deixando-nos sem a resposta dos republicanos para essa questão em específico. Independente disso, os conflitos prosseguiram nos anos subsequentes mesmo com as trocas de editores do *Correio*. Segundo *O Guaycuru*, mesmo com suas tentativas de aproximação, não foi possível chegar a nenhum acordo:

Pouco tempo depois passou o *Mercantil* a outra redação, o sr. Dr. Mello Moraes voltou aos trabalhos do jornal de sua propriedade,⁴²⁵ o *Correio* – foi a esse tempo que deu o acaso que nos encontrássemos: foi então que vimos pela primeira vez o sr. Dr. Mello Moraes, que o conhecemos, que o tratamos, que tivemos ocasião de apreciar as qualidades de sua bela alma – já o admirávamos, agora, sobre admirá-lo, o estimamos – mas entre as simpatias do homem privado e as duras condições da sociedade política, entre os gritos do nosso coração e os árduos e peníveis deveres de nossa missão d’escritor, uma barreira estava erguida, inacessível para ambos – nós víamos por um prisma diverso a felicidade do país, ambos a queríamos, íamos igualmente a um fim, e nos meios encontrávamo-nos.⁴²⁶

Em alguns casos, o periódico republicano também respondia aos seus opositores de maneira mais incisiva, por vezes até irônica:

-Um réu! – Já nossos leitores sabem que estamos no rol dos culpados, somos réus no foro da puríssima consciência do redator do *Comércio* – e réu do mais capital de todos os crimes, do mais atroz, do mais horrível; réu de querer para o Brasil, em vez desta angélica monarquia, uma república papa-gente, uma democracia lúlú, um pandemônio de barações, forcas, guilhotinas, alfanges, incêndios, sacrilégios e todos os horrores do inferno.⁴²⁷

Para os editores do *Mercantil* a república por si só era problemática, no entanto a grande população escravizada era um empecilho ainda maior para se estabelecer uma boa república no Brasil. Segundo o periódico baiano, os EUA não seria o exemplo mais próximo a ser seguido pela sua nação, mas sim as repúblicas anárquicas espanholas, com populações mais semelhantes. A opção editorial foi a de se respaldar no exemplo das antigas colônias espanholas sem sequer citar a situação do Haiti, nesse momento com a república fragilizada por golpes militares. É deveras interessante perceber que o *Correio* não utilizou o exemplo da “República Negra” para rebater os argumentos de *O Guaycuru*, ao passo que citou negativamente as repúblicas do Rio da Prata, do México e dos Estados Unidos.⁴²⁸ Aparentemente, os editores do jornal monarquista continuaram com a clara intenção de silenciar, ou distanciar ao máximo, qualquer possível citação que conectasse o Haiti e a Bahia.

O fato é que ambos conheciam muito bem qual o significado do Haiti. Nas páginas de *O Guaycuru* também foi possível observar retóricas envolvendo o exemplo da primeira nação negra nas Américas. Em 1845, o periódico de Guedes Cabral publicou uma carta de James

⁴²⁵ Informação impossível de ser confirmada por Negrão por causa da ausência das edições do *Correio* em 1845 e 1846, mas confirmada pelo *Guaycuru*. Ver em Negrão, “Revolta, tráfico e escravidão no Correio Mercantil”, pp. 23.

⁴²⁶ *O Guaycuru*, Bahia, 21 mai. 1845, p.1-2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/709794/109>.

⁴²⁷ *O Guaycuru*, Bahia, 8 nov. 1845, p.2.

⁴²⁸ *Correio Mercantil*, 29 nov. 1843, pp. 1.

Henry Hammond, governador da Carolina do Sul, para o reverendo Thomaz Brown, da igreja livre de Glasgow no Reino Unido.

Antes da carta propriamente, o redator do jornal reiterou sua rejeição à escravidão: “condenamos esse monstruoso abuso, que se faz dos direitos da humanidade, essa violação horrível dos preceitos da moral e da vontade de Deus”, antecipando o conteúdo da carta. Não obstante, desejava: “que todos os brasileiros vejam e admirem o nobre orgulho com que esse ilustre povo nosso vizinho e irmão, repele os ardis infames, a negra hipocrisia da Inglaterra! Que nosso governo aprenda a defender os interesses, os direitos e a honra da nação brasileira!”⁴²⁹

A carta foi introduzida com uma justificativa religiosa em favor da escravidão, então, suavizou “a escravidão dos tempos modernos” onde “as cadeias dos negros, os suplícios, os tormentos não existem senão na vossa imaginação” e completou acusando a Grã-Bretanha - “eu conheço males mais reais, provados por documentos que não podeis recusar; pelos relatórios das vossas comissões parlamentares”. A visão do governador, senão utópica ao menos ultrarromântica, em relação aos escravizados que “com o produto de suas colheitas compram superfluidades, objetos de luxo e não trabalham, termo médio, senão nove horas por dia”, se contrapunha à “multidão de operários famintos não somente na Irlanda, não somente em Inglaterra, mas também na Escócia e mesmo em Glasgow”.⁴³⁰

Como é sabido, a condição de vida do escravizado nos Estados Unidos era, assim como a dos que viviam no Brasil,⁴³¹ extremamente cruel e potencialmente violenta. Foi um processo de modernização da violência que possibilitou, almejando maior eficiência na extração do trabalho escravo, a expansão dos lucros em torno do algodão exportado pelos EUA.⁴³² Não obstante, ao contrastar com a realidade nada agradável dos trabalhadores assalariados, segundo Hammond evidente nos documentos ingleses, tornou mais palatável a estória dos escravizados bem de vida.

A comparação prosseguiu com um objetivo claro: combater o ímpeto abolicionista bretão. Pois, se o Reino Unido nunca teve sua soberania invadida, apesar das práticas mais perversas do que as cometidas pelas nações escravistas, não teria o direito de sobrepujar a ninguém. Na página seguinte, a argumentação passou por uma reflexão sobre a liberdade e

⁴²⁹ *O Guaycuru*, Bahia, 4 jun. 1845, pp. 3-4.

⁴³⁰ *O Guaycuru*, Bahia, 4 jun. 1845, pp. 3-4.

⁴³¹ Maria Renilda Nery Barreto e Tânia Salgado Pimenta, “A saúde dos escravos na Bahia oitocentista através do Hospital da Misericórdia”, *Revista Territórios & Fronteiras*, vol. 6, n. 2 (2013), pp. 75-90.

⁴³² Henrique Espada Lima, “A modernidade da escravidão e o capitalismo norte-americano”, *Afro-Ásia*, n. 63 (2021), pp. 548-566.

questionou qual a real liberdade do operário ou das pessoas que tinham que escolher entre “ir para cadeia ou morrer de fome?”. Todavia, Hammond dizia crer no desejo real do reverendo e da sua igreja na “felicidade do gênero humano” e solicitava:

Se o vosso fim é louvável, sejam os vossos meios honestos e pacíficos. Não deveis perder de vista que a emancipação dos negros não poderia efetuar-se no nosso país sem uma revolução sanguinolenta!

Lembra-vos da matança de São Domingos!⁴³³

De certo, o objetivo que *O Guaycuru* apresentou para “vulgarizar esse documento” era principalmente a defesa da soberania nacional, para isso, utilizou o seu modelo preferido, os Estados Unidos.⁴³⁴ O argumento do governador estadunidense contra a abolição, lembrando a violência na antiga São Domingos para explicitar como seria uma possível “emancipação dos negros”, não citava as outras regiões escravistas na América. Se *O Guaycuru* concordava ou não que o resultado da emancipação nos EUA seria necessariamente uma revolução violenta não é possível atestar, não obstante, o que se segue parece confluir muito bem com os ideais desses republicanos:

Lançai os olhos para a África: os negros encharcam-se ali em vícios; destroem-se uns aos outros; são idólatras, bárbaros, canibais.

Veja os nossos três milhões de negros nos Estados Unidos; nós os civilizamos, o seu trabalho nos é necessário, mas é útil para eles; o seu estado material, como vós mesmo confessais, é satisfatório; eles conhecem, embora digais o contrário, os prazeres de família e nós lhes ensinamos as verdades da religião de Jesus Cristo.⁴³⁵

A inspiração no modelo norte-americano era marcante e duas semanas após a publicação da carta de Hammond, *O Guaycuru* cedeu espaço na sua centésima edição para a leitura, através da descrição do *Jornal do Comércio*, da nomeação de James Knox Polk como décimo primeiro “presidente da república norte-americana”. A recomendação da leitura, feita antes do início do texto, era diretamente para “essa gente que por aí anda engolfada num certo gênero de monarquismo tão ultra, tão esquisito, tão refinado que excede a toda ideia da antiga idolatria”.⁴³⁶

Após uma descrição valorizando as qualidades e virtudes do novo presidente e da sua nação, inclusive citando a feliz anexação do Texas, o que se seguiu em *O Guaycuru* foi uma carta do secretário do Estado dos Estados Unidos, John Caldwell Calhoun, ao ministro norte-americano junto ao governo francês, William Rufus King. O conteúdo da carta se estendeu por

⁴³³ *O Guaycuru*, Bahia, 4 jun. 1845, pp. 3-4.

⁴³⁴ Dettmann, “O Guaycuru e a Divulgação de Ideais Federalistas e Republicanos na Bahia do Princípio do Segundo Reinado”, pp. 185-188.

⁴³⁵ *O Guaycuru*, Bahia, 4 jun. 1845, pp. 3-4.

⁴³⁶ *O Guaycuru*, Bahia, 17 jun. 1845, pp. 3-4.

4 edições versando sobre a posição da França quanto à incorporação do Texas pelos EUA,⁴³⁷ os interesses ingleses ao assumir uma posição contrária à anexação, o desejo norte-americano na prosperidade, paz e segurança do México e a capacidade do governo estadunidense em ocupar de maneira mais efetiva o Texas “por acessão e não por conquista”.⁴³⁸

Contudo, o autor compreendia que uma possível contrariedade do México poderia abalar a paz e trazer diversos problemas a essa nação, enquanto a intervenção de qualquer potência estrangeira iria “adiar o conflito e torná-lo mais impetuoso e mais sanguinolento quando se travar”.⁴³⁹ Para ele, a França e a Grã-Bretanha possuíam de fato interesses comerciais na região do Texas, mas

um dos principais motivos por que a Inglaterra deseja essa independência é a esperança que tem de que por meio da sua diplomacia e influência poderia ser abolida a escravidão, em primeiro lugar no Texas, e depois, como consequência natural, nos Estados Unidos e em todo o continente americano.⁴⁴⁰

Na continuação da carta, Calhoun apresentou dados para confirmar o prejuízo inglês frente “ao aumento de capital e de produção nas nações que conservaram a sua antiga política a respeito da raça negra”, logo, “a fim de recuperar a sua superioridade, procura, não só fazer reviver e aumentar a sua própria capacidade de produção nos trópicos, se não também diminuir e destruir a capacidade daqueles que tanto se tem avantajado”. A percepção do secretário estadunidense era que a política internacional filantrópica inglesa estava na verdade atendendo aos seus próprios interesses econômicos, para ele a opção inglesa pela abolição foi a raiz do problema e a solução seria justamente a manutenção da escravidão.⁴⁴¹

A intervenção inglesa para erradicar o escravismo nas Américas, prosseguiu o secretário do Estado, não seria semelhante à abolição nas colônias inglesas, pois, em especial Brasil, Cuba e Estados Unidos, que eram os principais produtores tropicais, assistiriam a eventos menos parecidos com o da Jamaica e mais com o de São Domingos.⁴⁴² Para ilustrar o significado da comparação, ele avança:

A mudança seria seguida de um ódio implacável entre as duas raças e terminaria por uma luta sanguinolenta e mortal entre elas para obterem a superioridade. Ou uma ou outra teria de ser subjugada, extirpada ou expelida e seriam precisos séculos, como em São Domingos, para reparar os estragos, a desolação desses países.⁴⁴³

A guerra ocorrida em São Domingos era exemplar para definir um “ódio de raças”, onde não seria possível uma coabitação. O assassinato de brancos, antes, durante e depois das

⁴³⁷ *O Guaycuru*, Bahia, 17 jun. 1845, pp. 3-4. *O Guaycuru*, Bahia, 9 jul. 1845, pp. 2-3. *O Guaycuru*, Bahia, 16 jul. 1845, pp. 1-3. *O Guaycuru*, Bahia, 20 jul. 1845, pp. 1-2.

⁴³⁸ *O Guaycuru*, Bahia, 9 jul. 1845, pp. 2-3.

⁴³⁹ *O Guaycuru*, Bahia, 9 jul. 1845, pp. 2-3.

⁴⁴⁰ *O Guaycuru*, Bahia, 9 jul. 1845, pp. 2-3.

⁴⁴¹ *O Guaycuru*, Bahia, 9 jul. 1845, pp. 2-3.

⁴⁴² *O Guaycuru*, Bahia, 16 jul. 1845, pp. 1-3.

⁴⁴³ *O Guaycuru*, Bahia, 16 jul. 1845, pp. 1-3.

batalhas independentistas, continuou marcante para a imprensa em meados do XIX e uma retórica em torno disso pôde ser amplamente utilizada. Para Calhoun, essa retórica era muito bem ilustrativa ao comparar a abolição nas nações escravistas da América com o desastre violento em São Domingos, irreparável por séculos.

Na edição de 20 de julho, finalizando a carta, o autor reforçou a possibilidade de “uma luta de morte entre as duas raças” que poderia se estender para “a raça indiana”.⁴⁴⁴ Com o propósito evidente de defender a anexação do Texas pelos Estados Unidos, em contraposição ao anseio da Inglaterra de, através do Texas, galgar a abolição nas Américas, debochou da prerrogativa filantrópica inglesa:

É zombaria falarmos de filantropia à vista dos exemplos que temos dos efeitos que produziu a abolição da escravidão nas suas próprias colônias, em São Domingos e nos estados setentrionais da união, onde fatos estatísticos, irrefutáveis, provam que a raça negra liberta após uma experiência de 60 anos está em muito pior posição que nos outros estados onde conservou a sua primeira condição. Não, o efeito disso a que se chama abolição, lá onde o número é pequeno, não é o de elevar essa raça inferior ao estado de liberdade, mas sim o de privar o negro da tutela e dos cuidados do seu senhor, submetendo-o a toda casta de opressão e de aviltamento que derivam da sua condição de inferioridade.⁴⁴⁵

São Domingos continuou a ser um exemplo “irrefutável” supostamente provando a incapacidade da população negra em se autogerir. A experiência da liberdade de um sistema escravista, compreendia o secretário, era prejudicial aos escravizados, como demonstrariam as colônias inglesas, o norte dos EUA e o Haiti. Segundo ele, em razão da sua “condição de inferioridade”, a vida do negro seria melhor em um país escravocrata tutelado pelo branco do que em uma nação sem escravidão.⁴⁴⁶

As duas cartas publicadas no jornal baiano possuem, sem dúvidas, traços em comum, além da rememoração do Haiti para corroborar o escárnio que seria provocado pela emancipação, ambos também estavam convictos da inferioridade da “raça negra”, incapaz de se autogerir, e das problemáticas do discurso abolicionista britânico, acusado de hipócrita e altamente danoso aos países americanos. Entretanto, uma diferença é notável, a inclusão de Cuba e do Brasil no pretexto de “guerras raciais” similares à antiga São Domingos. Nota-se que o *Correio Mercantil*, apesar de favorável ao escravismo e concordar quanto ao desserviço prestado pela Inglaterra, não utilizou essa retórica, aproximando o exemplo haitiano a uma possível revolta escrava no Brasil, em suas rememorações sobre o Haiti.

A posição favorável do *Mercantil* em relação ao tráfico transatlântico pareceu ter influenciado diretamente nessa escolha, justamente porque seria contraproducente evocar uma

⁴⁴⁴ Referência aos indígenas.

⁴⁴⁵ *O Guaycuru*, Bahia, 20 jul. 1845, pp. 1-2.

⁴⁴⁶ *O Guaycuru*, Bahia, 20 jul. 1845, pp. 1-2.

revolução protagonizada por africanos escravizados, mesmo sob o rótulo de péssima experiência republicana. As argumentações do *Correio* fluíam para justificar a necessidade da mão de obra escravizada no Brasil e, por vezes, suavizar a violência do tráfico. Em 28 de junho de 1847, o periódico publicou uma correspondência da França informando que “os chefes da costa ocidental da África, não podendo vender os seus prisioneiros, em consequência do rigor do bloqueio feito pelas esquadras de França e Inglaterra, tinham degolado 2.000 negros”. Para o autor, as ações contra o tráfico tomadas até aquele momento só tornaram a situação mais cruel.⁴⁴⁷

Nos últimos anos da década de 1840 o jornal monarquista, ainda favorável ao tráfico, publicou alguns artigos enaltecendo o trabalho de outras “raças”. É bem provável que a intensificação nos debates parlamentares sobre a supressão do tráfico, contidas inclusive em algumas edições do periódico,⁴⁴⁸ tenha impulsionado a busca por alternativas. Ainda em 1847, o editor do *Mercantil* escreveu sobre a ilha de Maurícia e a “produção de açúcar pelo trabalho livre – o futuro da emigração dos operários de Ásia”. Segundo ele, os *coolies*, trabalhadores braçais da Ásia, apresentaram-se como uma melhor alternativa do que os negros, visto que eram “muito mais capazes de civilização” e “trabalham não só para poder satisfazer suas necessidades mais grosseiras, senão também para chegar a um certo grau de prosperidade”.⁴⁴⁹

O artigo jornalístico continuou enaltecendo os *coolies* em comparação aos negros e afirmando a característica da “indolência insuperável” da “raça preta, com raras exceções”. Sobre isso, é deveras interessante notar que o autor faz um adendo:

Verdade seja que ainda não tem havido emancipações de grupos consideráveis debaixo de circunstâncias que permitam a esse respeito fazer um juízo reto (a emancipação dos haitianos e suas consequências não regulam); e a única prova certa só poderemos ter daqui mais uns anos nas Antilhas Inglesas. Todos os povos da África ainda jazem no ínfimo grão de civilização.⁴⁵⁰

Está claro como os africanos eram designados de forma extremamente negativa, sugerindo, em nota no final da página, que os negros das ilhas inglesas alcançaram certo grau de civilidade somente pela interação com os europeus. O que mais chamou a atenção foi a emancipação dos haitianos não se configurar como exemplo a ser analisado, aparentemente o fim da escravidão nas Américas só era válido se concedido pelos escravizadores. A liberdade alcançada pela luta dos próprios escravizados não poderia ser utilizada como modelo de negros emancipados, contrapondo o futuro dos libertos das colônias inglesas, ainda em observação, e os povos no continente africano, descritos com o mínimo de civilização.

⁴⁴⁷ *Correio Mercantil*, 28 jun. 1847, pp. 2-3.

⁴⁴⁸ Ver exemplos em: *Correio Mercantil*, 15 set. 1848, pp. 1-2. *Correio Mercantil*, 16 set. 1848, pp. 2-3.

⁴⁴⁹ *Correio Mercantil*, 13 jan. 1847, pp. 1-2.

⁴⁵⁰ *Correio Mercantil*, 13 jan. 1847, pp. 1-2.

Essa percepção prosseguiu e em outubro de 1848 o *Correio* expôs observações, assinadas por Diogo Smith e testemunhadas pelo Agente de imigração João Brown, sobre a vantagem da importação de chineses para trabalharem na província da Bahia. Apesar da condição baiana “felizmente” não ter se igualado à deplorável conjuntura das colônias inglesas, “em consequência da emancipação precipitada dos escravos”, o governo brasileiro estava próximo de contemplar a supressão do tráfico, a despeito de ser “altamente reclamada pelos melhores interesses do país”. Para que a produção de açúcar não declinasse, em razão da ausência de mão de obra, a melhor solução seria a introdução dos chineses, descritos de maneira muito mais positiva em relação aos africanos.⁴⁵¹

Portanto, antes da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, o jornal *Correio Mercantil* buscava alternativas para pensar o fim do tráfico. A introdução de africanos no território baiano era vista como um mal necessário em prol da economia açucareira; os males oriundos da inserção dos escravizados não se conectavam, na retórica do periódico, com o Haiti e suas consequências, antes significavam um atraso civilizatório próprio do continente africano. Por isso, a importação de outras “raças”, mais benquistas, era essencial no processo de findar o tráfico.

O Guaycuru, apesar de ter sido marcadamente diferente do *Mercantil* quanto ao tráfico transatlântico, escravismo e melhor forma de governo, possuía uma percepção extremamente similar quanto à condição e à civilidade dos escravizados africanos.⁴⁵² Esse entendimento estava presente também nas justificativas do periódico em abolir o transporte de escravizados vindos de África. O jornal republicano, por exemplo, acreditava que o motivo do Brasil de 1850 não receber mais imigrantes da Europa para ajudar na civilização da nação, como estava ocorrendo nos EUA, era claramente a permanência no ingresso de africanos.⁴⁵³

Para a sua retórica, ao contrário do *Correio*, a aproximação do Haiti com o Brasil era favorável, enaltecendo o medo de uma revolta escrava como consequência da inserção de grande quantidade de africanos. Porém, qual era a posição do jornal em relação à escravidão? Ele acreditava que a ação estrangeira contra a soberania brasileira poderia ocasionar uma revolução como em São Domingos?

Em uma série de publicações sobre a “escravidão doméstica”,⁴⁵⁴ o posicionamento desse periódico baiano republicano pôde nos ser apresentado de modo mais cristalino. Nele, o autor

⁴⁵¹ *Correio Mercantil*, 3 out. 1848, pp. 1-2.

⁴⁵² Negrão, “Revolta, tráfico e escravidão no *Correio Mercantil*”, pp. 68.

⁴⁵³ *O Guaycuru*, Bahia, 30 out. 1850, p.4. É interessante notar que a publicação consta como quase dois meses após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, demonstrando um receio no não cumprimento da lei.

⁴⁵⁴ Informações adicionais estão indisponíveis pois as edições anteriores e posteriores estão totalmente ilegíveis.

criticou a “filantropia” das nações europeias e o seu desconhecimento nocivo sobre a escravidão nas Américas. O fim do sistema escravista, argumentava, não poderia ocorrer como essas potências desejavam, antes, somente através de uma abolição lenta e gradual, pois “para se obter este fim desejado com mais alguma brevidade falta-nos o principal recurso, o próspero estado de nossas finanças”.⁴⁵⁵

Mas a abolição total da escravidão, feita de chofre, e forçadamente entre nós, traria consigo a destruição das fortunas, a ruína inteira da agricultura e o regresso mesmo na estrada da civilização; sendo certa que essa progride sempre com a riqueza e retrocede com a pobreza pública.

A utilidade pública reclama imperiosamente a gradual abolição da escravatura e este meio é a todos os respeitoos o que mais diretamente e com menos perigo conduz a esse fim.⁴⁵⁶

Mesmo sem nenhuma referência direta ao Haiti, percebe-se que os discursos se aproximam ao igualar a “abolição total da escravidão” à destruição. Essa ruptura abrupta com o escravismo estaria sendo orquestrada pelas nações europeias. Logo, apesar de interessado na supressão do tráfico, *O Guaycuru* identificava a interferência estrangeira na soberania nacional como um possível causador de destruição e regresso civilizatório, estigmatização semelhante às do Haiti. Porém, enquanto a carta do estadunidense ansiava pela simples manutenção do sistema escravista, *O Guaycuru* acreditava na emancipação paulatina através da legislação nacional e da reparação aos senhores, com a abolição do tráfico sendo o pontapé inicial.⁴⁵⁷

A característica legalista do jornal baiano pode ser observada em algumas edições de 1850, quando o debate sobre a escravidão era “a mais transcendente questão social de quantas podem hoje ocupar o jornalismo neste país”, considerando “cancro já velho esse que de longe nos vem corroendo as entranhas e que cedo ou tarde acabará por nos dar morte certa e cruel, se mão robusta não se antecipar a lhe cortar a raiz”. A utilização do medo naquele momento, seis dias após a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, possuía a finalidade específica de combater o tráfico, tema do texto publicado após essa introdução, originalmente do jornal mineiro *O Itamontano*.⁴⁵⁸

Na publicação, sob indicação bastante positiva de *O Guaycuru*, o periódico mineiro relembrou a lei de 7 de novembro de 1831 para combater o tráfico, não obstante, “segundo as melhores estatísticas, há no Brasil para mais de três milhões de escravos e metade, pelo menos, ou pertence à classe dos que foram importados depois da lei de 7 de novembro de 1831, ou são descendentes seus”. Portanto, como o governo brasileiro não abriu os olhos para o futuro,

⁴⁵⁵ *O Guaycuru*, Bahia, 14 abr. 1846, p.2-3.

⁴⁵⁶ *O Guaycuru*, Bahia, 14 abr. 1846, p.2-3.

⁴⁵⁷ *O Guaycuru*, Bahia, 14 abr. 1846, p.2-3.

⁴⁵⁸ *O Guaycuru*, Bahia, 10 set. 1850, p.1-2.

“tornou-se indeclinável a necessidade de um esforço sobre-humano para que não sejamos lançados no pélagos da mais horrorosa carnificina”.⁴⁵⁹

Para que não fosse efetivado um cenário de violência, o governo teria que não apenas reprimir o tráfico com força, como também “tranquilizando inteiramente os possuidores de escravos, ou por outra, *anistiando o passado*”. Segundo o escritor, a Inglaterra não era parte do problema, antes era a ela que o Brasil tinha que mostrar o seu compromisso de combater o tráfico. Percebe-se, portanto, que a soberania nacional sobrepujada não parecia ser mais o inconveniente, antes era o governo brasileiro que devia responsabilidades à Inglaterra.⁴⁶⁰

O governo voltou a ser atacado em *O Guaycuru* na seção de variedades. Três dias após a publicação acima, o jornal republicano rebateu críticas recebidas pelo periódico intitulado de *Justiça*. Depois de ratificar a ineficácia de todos os governos brasileiros em suprimir o tráfico desde 1831, o jornal acusou o governo atual de “faccioso, anárquico, execrável”. A hostilidade contra esse governo, prosseguiu o periódico, residia tanto no fato dele “ter animado e protegido como nunca visto o tráfico”, como na tentativa de excluir o artigo que perdoava os envolvidos no transporte ilegal de africanos.⁴⁶¹

O tráfico voltou a ser tema nas folhas de *O Guaycuru* em 15 de outubro em um artigo propondo “ver primeiramente a injustiça e iniquidade do tráfico, em segundo lugar dos males incalculáveis que ele nos tem causado e por último a indeclinável necessidade de acabar com esse escândalo, com esse opróbrio, com essa fonte da nossa imoralidade”.⁴⁶² O texto completo, dividido em sete edições,⁴⁶³ era originário do jornal pernambucano *A Imprensa* e apresentou uma série de argumentações para tratar desses três temas.

Um dos pontos apresentados foi a descrição dos maus tratos recebidos pelos africanos desde a captura na costa da África. Para provar esses horrores, ele citou alguns casos concretos das atrocidades ocorridas em alguns navios negreiros. Para corroborar, mencionou o abolicionista britânico Thomas Clarkson que, sem se referir ao Haiti, teria afirmado como esses escravizados sempre iriam tentar rebelar-se em favor da sua própria liberdade e caso “malogrados em seus projetos de resistência os míseros africanos aspiram se não ao suicídio para terminarem sua vida e suas desgraças”.⁴⁶⁴

⁴⁵⁹ *O Guaycuru*, Bahia, 10 set. 1850, p.1-2.

⁴⁶⁰ *O Guaycuru*, Bahia, 10 set. 1850, p.1-2. Itálico do autor.

⁴⁶¹ *O Guaycuru*, Bahia, 13 set. 1850, p.1-2.

⁴⁶² *O Guaycuru*, Bahia, 15 out. 1850, p.2-4.

⁴⁶³ *O Guaycuru*, Bahia, 15 out. 1850, p.2-4. *O Guaycuru*, Bahia, 16 out. 1850, p.2-4. *O Guaycuru*, Bahia, 17 out. 1850, p.4. *O Guaycuru*, Bahia, 19 out. 1850, p.1-3. *O Guaycuru*, Bahia, 21 out. 1850, p.1-2. *O Guaycuru*, Bahia, 22 out. 1850, p.1-2. *O Guaycuru*, Bahia, 23 out. 1850, p.1-3.

⁴⁶⁴ *O Guaycuru*, Bahia, 16 out. 1850, p.2-4

O posicionamento era de descrença quanto ao ímpeto governista de abolir concretamente o tráfico, mesmo após a aprovação da lei de 1850. Quanto à Inglaterra, o jornal pernambucano tecia elogios e alertava os brasileiros que a criticam. O autor enxergava o posicionamento inglês como um empenho nacional que partia de uma convicção religiosa.⁴⁶⁵ Logo, “quando o tráfico for inteiramente suprimido, os nossos agricultores serão forçados por seu próprio interesse a adotar um sistema mais justo e mais humano”.⁴⁶⁶ As críticas ao governo permaneceram em 1851, após “a apreensão dos africanos ultimamente desembarcados no termo de Jequiriá”. O problema, segundo *O Guaycuru*, era “o fato de andarem todos estes dias percorrendo as ruas da cidade, em todas as direções e pelos lugares mais públicos e transitados, grupos de africanos novos, de *crachá* ao pescoço, como que dando-se em espetáculo e em ostentação”.⁴⁶⁷

De acordo com o jornalista, os africanos trazidos ilegalmente deveriam gozar do destino mais conveniente para eles, contudo, estavam servindo de exemplo para abrasar “turmas de milhares d’outros africanos, não boçais, que povoam as ruas da Bahia”. Sua preocupação possuía precedentes, visto que “Dessalines não teria vulcanizado e coberto de cinzas o Haiti se não houvesse compreendido que mais que a palavra pode no espírito do negro a alegoria, o símbolo”. E torna essa comparação acusatória ao afirmar que “parece que invejais o infernal talento do protagonista daquelas ensanguentadas cenas – e o quereis imitar”.⁴⁶⁸ Esse discurso demonstra parcialmente que a liberdade, meta para muitos membros da comunidade africana, não se constituía como uma inserção completa nas sociedades em que viviam.⁴⁶⁹ Mesmo livres eles poderiam ser considerados um problema em potencial, seja civilizatório, sedicioso ou ambos.

É perceptível como os discursos contidos em *O Guaycuru* relacionados à escravidão e ao tráfico são fluidos e podem se adaptar de acordo com o interesse específico. De qualquer maneira, utilizar o pavor causado por uma revolta de escravizados, especialmente se relembresse o Haiti, poderia ser útil tanto para um escravista quanto para um abolicionista. No caso específico do jornal republicano, o seu interesse era na emancipação gradual, mesmo disponibilizando espaço para publicações favoráveis à escravidão, e utilizava o tema haitiano para atacar os monarquistas.

⁴⁶⁵ *O Guaycuru*, Bahia, 19 out. 1850, p.1-3.

⁴⁶⁶ *O Guaycuru*, Bahia, 23 out. 1850, p.1-3.

⁴⁶⁷ *O Guaycuru*, Bahia, 8 nov. 1851, p.1. Itálico do autor.

⁴⁶⁸ *O Guaycuru*, Bahia, 8 nov. 1851, p.1.

⁴⁶⁹ Luciana da Cruz Brito, “Sob o rigor da lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841)”, Dissertação (História Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, pp. 12.

3.2 – O Haiti e o mau exemplo republicano

Em contrapartida, periódicos baianos favoráveis ao regime monárquico também poderiam utilizar, no início da década de 1850, o Haiti como retórica para se opor à república, como não fez o *Correio Mercantil*. Em 28 de outubro de 1851 foi publicado em *O Constitucional*, propriedade de Manoel Pereira Ramos,⁴⁷⁰ uma resposta aos ideais de alguns jornais republicanos, sobretudo do *Argos*, do Maranhão. O artigo em questão foi escrito por um correspondente do Maranhão no dia anterior,⁴⁷¹ deslegitimando um exemplo comum entre os republicanos brasileiros, o caso dos Estados Unidos. Para ele, era “contraproducente, porque os Estados Unidos nunca andaram a mudar de instituições, nem a alterar a sua forma de governo”.⁴⁷² Assim, “as causas da prosperidade dessa grande república não estão no seu senado eletivo, nem na forma republicana, porque a Inglaterra tão bem prospera e floresce com uma câmara alta hereditária e vitalícia, e sob a forma monárquica”, estavam sim “no bom senso que tem tido os anglo-americanos de se acomodarem em suas instituições sem procurar substituí-las por outras melhores”.⁴⁷³ Logo:

É por um absurdo tal que pretendem substituir as excelentes instituições que temos, dando-nos ainda por cima a interminável anarquia de nossos vizinhos de origem espanhola, ou talvez com mais probabilidade a negra anarquia do Haiti? Que indesculpável cegueira, ou antes que criminoso miséria.⁴⁷⁴

O jornalista não sentiu necessidade de explicar por que haveria probabilidade maior, caso o Brasil abraçasse o caminho de mudanças institucionais almeçadas pelos republicanos, de ocorrer “a negra anarquia do Haiti”. O que parecia estar subentendido era o receio da considerável população dos africanos e dos seus descendentes, em particular a parcela escravizada, se revoltarem diante dessas mudanças. De fato, poderia até ser um medo real e compreensivo, no entanto, era sem dúvidas um argumento favorável ao combate dos ideais republicanos.

A utilidade prática do Haiti como argumentação contra a instauração da república continuou em demais edições de *O Constitucional* durante o ano de 1852. Em 23 de março, o periódico defendeu a excelência das instituições brasileiras, pois “com outra forma de governo

⁴⁷⁰ Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=31908.

⁴⁷¹ O periódico era originalmente do Maranhão, contudo possui publicações por muitos anos na Bahia. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/constitucional/823317>.

⁴⁷² *O Constitucional: Folha política, literária e comercial*, Bahia, 28 out. 1851, p.3-4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/docreader/823317/3>.

⁴⁷³ *O Constitucional*, Bahia, 28 out. 1851, p.3-4.

⁴⁷⁴ *O Constitucional*, Bahia, 28 out. 1851, p.3-4.

estariamos hoje divididos e fracos, constituindo provavelmente diversos pequenos Estados”. Desse modo, o Brasil estaria perdido na mesma anarquia dos países vizinhos e até mesmo o “Haiti não deixaria de ter aqui um ou mais estados que fraternizassem com ele”.⁴⁷⁵

Em 22 de maio, publicou outra resposta ao *Argos* que afirmava serem os opositoristas apenas revolucionários e não anarquistas. Para o jornal baiano monarquista, “a oposição é tão revolucionária como anarquista”. O caráter revolucionário, por sua vez, foi danoso para a França, México e o Haiti.⁴⁷⁶ No caso do Brasil, o periódico exprime qual é sua preocupação ao compará-lo à antiga São Domingos: “Num país de escravos, como o nosso, uma transformação social não seria simplesmente uma reviravolta que fizesse vir as fezes ao de cima, seria uma transformação à maneira do Haiti, um verdadeiro terremoto social, uma invasão de bárbaros contra a civilização.”⁴⁷⁷

O anseio opositorista por uma constituinte, prosseguiu em 8 de junho, “depois de sucessivos abalos, mudanças e desmembrações do corpo social”, causaria “provavelmente uma transformação à maneira do Haiti”.⁴⁷⁸ Em 22 desse mesmo mês defendeu o senado, “conservador por essência das instituições existentes”, que na sua existência protegia o Brasil de subverter-se à “lastimosa condição dos Estados de origem espanhola que nos cercam, e sobretudo a do Haiti”.⁴⁷⁹

Em agosto, *O Constitucional* acusou os favoráveis a uma nova constituição, revolucionários como o *Argos*, de arquitetarem um golpe de estado. O jornal baiano enxergava-os como “sonhadores de utopias que são a mesma contradição em pessoa”, potenciais causadores de divisões no país, “formando republiquetas e pequenos estados como o do Uruguai ou o do Haiti”.⁴⁸⁰

A percepção do periódico de Pereira Ramos no mês seguinte é a do esfriamento dos constituintes, sinal de que “o bom senso do país que ainda não falhou uma só vez é um obstáculo insuperável aos seus planos de transformação social por meios violentos”. Posteriormente, citou a França de 1848 que a deixou sob a brutalidade do despotismo militar em 1851 e 1852. No caso de qualquer nação da América essa situação seria mais catastrófica do que na Europa: “Aí está o Haiti para atestar às nações o que havia de ser um tal cataclismo político”.⁴⁸¹

⁴⁷⁵ *O Constitucional*, Bahia, 23 mar. 1852, p.3-4.

⁴⁷⁶ *O Constitucional*, Bahia, 22 mai. 1852, p.1.

⁴⁷⁷ *O Constitucional*, Bahia, 22 mai. 1852, p.1.

⁴⁷⁸ *O Constitucional*, Bahia, 8 jun. 1852, p.1.

⁴⁷⁹ *O Constitucional*, Bahia, 22 jun. 1852, p.1.

⁴⁸⁰ *O Constitucional*, Bahia, 14 ago. 1852, p.1-2.

⁴⁸¹ *O Constitucional*, Bahia, 11 set. 1852, p.1.

É perceptível que a retórica do Haiti como uma nação republicana era perfeitamente útil para o jornal monarquista. Dois anos após a eleição de Soulouque em 1847, precedido por instabilidades e golpes violentos, o então presidente haitiano se autoproclamou imperador, inspirado em Napoleão Bonaparte. Até 1859, portanto, o Haiti não estava sob um regime republicano, mas sim no segundo Império Haitiano.⁴⁸² Certamente, para *O Constitucional*, essa condição do Estado caribenho não parecia ser muito relevante para ser citada, pois assim o Haiti permanecia como um opróbrio republicano nas páginas do periódico.

Segundo James, o Haiti buscou por todo o século XIX construir uma réplica da civilização europeia, em particular francesa, nas índias ocidentais.⁴⁸³ No entanto, enquanto continuava a ser explorada de outras maneiras ao decorrer do oitocentos, a ilha permanecia como um modelo útil na retórica de uma civilização que não deu certo. Para Pereira Ramos, diante do exposto em seu jornal, não era necessário explicar como a república destruiu o Haiti, tampouco como ela se deu. Estava claro, nas suas edições disponíveis, que a simples menção ao Haiti era bem ilustrativa para prever a condição do Brasil caso viesse a acatar a forma de governo republicano.

As utilizações das retóricas haitianas passaram a ser mais comuns no final da década de 1840 e início de 1850. Enquanto após eventos como a Revolta dos Malês e a Sabinada o silêncio era mais predominante sobre o assunto, a maior estabilidade política e institucional desse período do Segundo Reinado garantiu referências mais frequentes e explícitas. Permitiu, inclusive, a comparação direta do Haiti com o Brasil por um jornal monarquista temeroso quanto a instauração de uma república.

⁴⁸² David Patrick Geggus, *The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic world*, South Carolina: University of South Carolina Press, 2001, pp. 23-26.

⁴⁸³ C.L.R James, *Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*, São Paulo: Boitempo, 2000, pp.346.

3.3 – *O Constitucional* em 1853

Citações ao Haiti ainda ocorreram em pelo menos duas edições de 1853 em *O Constitucional*. Em um primeiro momento, foi divulgado um artigo antes publicado nos Estados Unidos via *Correio Mercantil* tratando do destino de Cuba. O conteúdo, a despeito da disparidade com as edições anteriores do *Correio*, apresentou como o problema da ilha a escravidão e a persistência no tráfico de africanos para a colônia espanhola. Todavia, a solução apontada pela Inglaterra seria a de “conceder aos 500.000 negros, que ali se chamam *emancipados*, todos os direitos de homens livres e de cidadão”, sob o pretexto de um tratado “extorquido da Espanha”. Para o escritor, essa concessão “seria o mesmo que entregar a ilha ao poder dos negros, que não tardariam a expelir os espanhóis e a criar um segundo Haiti à nossa porta”. A probabilidade de ocorrer um novo Haiti nas proximidades dos Estados Unidos era alarmante. Não obstante, enquanto era possível, através do exemplo haitiano, “demonstrar a impraticabilidade da independência dos negros na América [...] como uma lição instrutiva ao gênero humano”, era necessário salvar “Cuba, com seu fértil solo e inexaustos recursos”. A conclusão apresenta o objetivo final do autor, angariar apoio britânico em favor da “anexação de Cuba aos Estados Unidos”.⁴⁸⁴

Se nos últimos anos da década de 1840 o *Mercantil* estava pensando no fim do tráfico, provavelmente, após a efetividade da Lei de 1850, o discurso do jornal baiano se adaptou, como é possível verificar na publicação acima. Como o conteúdo versava sobre o interesse estadunidenses em Cuba, não poderemos atestar qual a percepção sobre o Brasil naquele momento, porém ao publicar uma crítica à permanência do tráfico, o que ficava entendido era a impraticabilidade da defesa do transporte ilegal de africanos como escravizados em 1853. De qualquer modo, o ímpeto abolicionista inglês continuou a ser duramente desaprovado, visto que a emancipação da população escravizada significaria “um segundo Haiti”.⁴⁸⁵ Logo, a compreensão do *Correio Mercantil*, em consonância com *O Constitucional*, sobre a antiga São Domingos permanece muito parecida, incluindo sua utilização para justificar a supressão de liberdades.

Em um segundo momento, *O Constitucional* rememorou o Haiti de forma indireta ao citar um dos principais heróis das batalhas nas Antilhas. A edição de 13 de setembro reportou notícias da província do Maranhão ao descrever a destruição do quilombo de Turiaçu “infestado de pretos fugidos”. A carta sem assinatura afirmava que foram 46 presos, 10 mortos e muitos

⁴⁸⁴ *O Constitucional*, Bahia, 6 set. 1853, p.1-2. Itálico do autor.

⁴⁸⁵ *O Constitucional*, Bahia, 6 set. 1853, p.1-2.

feridos entre os quilombolas que ofereceram resistência e “só cederam o campo depois de corajosamente sustentarem-se por espaço de duas horas”. Houve aqueles que fugiram, contudo mais de sessenta pessoas lutaram bravamente, a ponto de “No ardor do combate, se é certo o que dizem, tiveram os soldados ocasião de presenciar gentilezas de valor praticados por um preto e uma preta: aquele imitou ao célebre Toussaint L’Ouverture e esta a uma das amazonas”.⁴⁸⁶

Turiaçu estava em uma região fronteira entre as províncias do Grão-Pará e do Maranhão e até 1852 era considerada de responsabilidade paraense, no entanto, após conflitos de jurisdição, foi transferida para o controle maranhense. A prática de constituir quilombos nessa região era um problema para as autoridades coloniais desde o início do setecentos. Segundo Flávio Gomes, ao mesmo tempo que o Maranhão recebia enormes quantidades de africanos, também enfrentava problemas com fugitivos e formação de mocambos. O principal foco era Turiaçu, cercada por florestas e rios. A estratégia dos quilombolas era havia algum tempo a migração constante dentro da região, dessa forma esses grupos de fugitivos cresciam e formavam suas próprias fronteiras.⁴⁸⁷

Em 1853, as autoridades do Maranhão empreenderam grande ação militar para conter e destruir os quilombos, em especial o de Turiaçu. No segundo semestre daquele ano os habitantes dos mocambos foram implacavelmente perseguidos pelas forças provinciais que, seguindo um roteiro de expedição, lograram êxito em destruir cerca de 10 quilombos. O ano seguinte foi especialmente voltado para propagandear as vitórias violentas contra a população quilombola.⁴⁸⁸

A carta publicada em *O Constitucional* afirmava o interesse de boa parte dos quilombolas em resistir contra a ofensiva das tropas provinciais, ao contrário do que consta no jornal maranhense *O Progresso*. Através de uma carta do seu correspondente, o periódico do Maranhão compreendia que caso “o capitão Freitas demorasse mais tempo na expedição encontraria o mocambo desabitado, pois os quilombolas estavam avisados da força que os ia bater e já tratavam de mudar-se para o Pará”. Nessa edição, o destaque é para a morte do “célebre Palmerio, escravo do Coronel Antônio Onofre Ribeiro, que havia substituído no reinado o Rei Epifânio”.⁴⁸⁹ O reinado de Palmerio e sua morte nesse ataque são descritas em

⁴⁸⁶ *O Constitucional*, Bahia, 13 set. 1853, p.2.

⁴⁸⁷ Flávio Gomes, “A hidra e os pântanos: Quilombos e mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)”, Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997, pp. 200-201.

⁴⁸⁸ Gomes, “A hidra e os pântanos”, pp. 210-211.

⁴⁸⁹ *O Progresso*, Maranhão, 11 set. 1853, p.4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/749982/1031>.

outros jornais brasileiros,⁴⁹⁰ entretanto não foram encontradas outras menções à imagem de L’Ouverture.

Não podemos nos precipitar em concluir que o Rei do quilombo foi o autor das “gentilezas de valor”. Não obstante, Gomes trabalha com a hipótese dos quilombolas e fugitivos serem os responsáveis pela difusão de ideais revolucionários de liberdade no início do XIX. Em meados do século, entre finais da década de 1840 e início de 1850, as fugas ainda eram intensas e geravam receios de rebeliões em grande escala, por vezes sob a imagem do Haiti.⁴⁹¹ As repressões aos quilombos da região do Grão-Pará e Maranhão se intensificaram como resposta a esse medo.⁴⁹²

Certamente, em virtude da ausência de fontes, não é possível determinar qual a influência que o Haiti exerceu sobre os quilombos daquela região. Contudo, ao admitir a provável relação da Revolução Haitiana com as mutações da tradição *marronage*,⁴⁹³ além da proximidade com as colônias francesas,⁴⁹⁴ não podemos descartar a ciência de alguns dos quilombolas de Turiaçu sobre a imagem de Toussaint L’Ouverture. As culturas quilombolas eram extensas e diversificadas, mantendo redes de comunicação, logo é extremamente difícil não terem se familiarizado com a maior rebelião escrava das Américas.

É possível entender a cultura quilombola (ou culturas quilombolas para marcar suas complexidades e diversidades) também como uma extensão da cultura escrava. Senzalas e choupanas podiam ser fontes constantes de *backgrounds* culturais para os habitantes dos quilombos, como estes para as mesmas. É claro que em algumas situações, os impactos demográficos do tráfico negreiro, a *crioulização* das populações escravas em geral e o isolamento forçado de alguns grupos de fugitivos podem ter provocado interações culturais diferentes.⁴⁹⁵

Diante da carta endereçada ao jornal baiano *O Constitucional* chama a atenção o adjetivo “célebre” para se referir ao revolucionário haitiano. As “gentilezas de valor” também

⁴⁹⁰ Ver exemplos em: *O Observador*, Maranhão, 23 nov. 1853, p.4. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/232378/1810> e *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 14 out. 1853, p.1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/39065.

⁴⁹¹ Em 1848, ano da abolição nas colônias francesas, as fontes policiais do Grão-Pará registram lembranças sobre o Haiti. O delegado local clamava por ajuda diante da ineficácia da polícia provincial, acreditando que com tantas fugas poderia “acontecer o mesmo que aconteceu no Haiti”. Ver em: Flávio Gomes, “Experiências transatlânticas e significados locais: ideias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil escravista”, *tempo*, n. 13 (2002), pp. 230-231.

⁴⁹² Gomes, “Experiências transatlânticas e significados locais”, pp. 229-231.

⁴⁹³ Termo utilizado para designar a fuga e posterior sobrevivência dos escravizados, particularmente nas Américas.

⁴⁹⁴ Havia uma constante fuga dos escravizados no Brasil para as fronteiras da Guiana Francesa e do Suriname, persistindo ao longo do século XIX, em especial após a abolição definitiva da escravidão nas colônias francesas em 1848. No ano seguinte as autoridades do Pará foram alertadas sobre “um mulato natural de São Domingos” que partiu da Guiana para libertar escravizados no Brasil. Portanto, era uma proximidade geográfica facilitadora das difusões de ideais de liberdade. Ver em: Gomes, “Experiências transatlânticas e significados locais”, pp. 230-232.

⁴⁹⁵ Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio Gomes. “Com o Pé sobre um Vulcão”: Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, 2001, p. 5

não foram descritas com exatidão, mas davam a entender como um ato de civilidade entre os personagens em questão. Em um momento que as descrições dos quilombos e seus habitantes eram extremamente pejorativas, gerando preocupação na segurança nacional, surpreende uma percepção que compreende termos não-negativos, estranhamente em um periódico conservador, monarquista e disseminador da retórica negativa sobre o Haiti.⁴⁹⁶

O autor da carta não se designou como testemunha ocular, antes utilizou do que era falado sobre os acontecimentos. A intenção em inventar esse fato não parecia ser produtora, o que pode nos levar a crer que as “gentilezas de valor” constituíram-se como um ato concreto e marcante.⁴⁹⁷ Qual movimento ambos fizeram para imitar L’Ouverture e uma amazona não foi esclarecido, assim como a simbologia dessa atitude na batalha contra os seus algozes. No entanto, “se é certo o que dizem” pode permitir a interpretação de que, pelo menos nas regiões próximas aos mocambos de Turiaçu, havia uma memória vívida e ativa sobre a história do Haiti em meados do XIX que, de uma maneira ou de outra, circulava pela Bahia.

Finalmente, concluímos atestando a capacidade de adaptação dos jornais baianos diante das retóricas envolvendo o Haiti, em particular, nesse capítulo, entre 1844 e 1853. Se para esses escravistas a “Nação Negra” poderia ser um exemplo para combater o ímpeto abolicionista, considerado um dos principais causadores de revoltas, também se constituía para os defensores do fim da escravidão como um protótipo das consequências da introdução massiva de africanos. O fim do tráfico despontava como o primeiro passo na abolição gradual do escravismo atlântico. Com as mudanças no cenário internacional e a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que produziu efeitos mesmo antes de efetivada, os discursos se adaptaram. Enquanto os jornais escravistas almejavam galgar alternativas para a supressão do tráfico, os abolicionistas pressionavam para se concretizar o real efeito da lei.

Decerto, as intenções abolicionistas de *O Guaycuru* não condiziam com o interesse em agregar a população africana e seus descendentes na sociedade brasileira. Mesmo sendo interessante o uso da retórica do medo de uma revolta sanguinária, ela poderia ser real para os editores do jornal. A abolição gradual da escravidão deveria ser, para eles, pacífica e sem ônus para os senhores, enquanto para os escravizados qualquer destino mais distante possível era a melhor solução.

Os dois últimos exemplos em *O Constitucional* também permeavam a volatilidade dos discursos em prol do interesse maior. No primeiro caso, publicado inicialmente no *Correio*

⁴⁹⁶ *O Constitucional*, Bahia, 13 set. 1853, p.2.

⁴⁹⁷ As “gentilezas de valor” acompanhadas de palavras positivas como “célebre” e “corajosamente” não aparentam ter sido empregadas de maneira irônica.

Mercantil, também monarquista e escravista, a lei de 1850 já demonstrava sua efetividade, portanto poderia estar incluído nas suas publicações o caráter negativo da escravidão e do tráfico em Cuba. No entanto, a emancipação, como planejava a Inglaterra, concedendo direitos de cidadão aos negros, é o problema fulcral apresentado pela carta. O interesse primeiro do escritor ao evocar o medo de um novo Haiti era a anexação de Cuba pelos EUA, contudo, para os jornais escravocratas, era uma justificativa excelente para estender ao máximo o sistema escravista e cercear os direitos dos livres e libertos de cor. Enquanto no segundo caso surpreende a publicação de uma carta que rememora um dos maiores heróis da antiga colônia francesa de forma não negativa. De qualquer maneira, não significou uma percepção positiva de São Domingos e suas consequências.

Dito isso, os silêncios sobre a história do Haiti, o desenrolar da colonização violenta e a escravização massiva em prol do mercado exportador estavam presentes nesses jornais. Não obstante, as rememorações da antiga São Domingos não pareciam necessitar de grandes explicações naquele momento, assim, permitindo ao leitor entender em poucas palavras qual o seu significado dentro da comparação feita. Esses significados poderiam variar a depender do interesse final na retórica do escritor, no entanto, as percepções negativas e o caráter anárquico do Haiti pós-revolucionário eram predominantes nos jornais baianos até 1853.

Considerações Finais

O projeto da declaração de independência haitiana emitido no primeiro dia de 1804, com grande inspiração estadunidense, foi apresentado a Dessalines no dia anterior por um homem de cor idoso e educado. O documento afirmando todos os direitos dos negros foi um ataque furioso às brutalidades francesas e um apelo para os haitianos rejeitarem o passado do império e da escravidão. Após a expulsão das tropas francesas da ilha, o massacre contra a população branca prosseguiu e não pôde ser contido com a legislação. Dessalines foi acusado de incentivar o morticínio e se defendeu reafirmando que essa era a única maneira de preservar a liberdade conquistada: “Sim, pagamos a esses verdadeiros canibais, crime por crime, guerra por guerra, ultraje por ultraje. Eu salvei meu país. Eu vinguei a América”.⁴⁹⁸ Para James,

O massacre dos brancos foi uma tragédia, mas não para os brancos. Por aqueles antigos donos de escravos, aqueles que queimavam pólvora no traseiro de um negro, que o enterravam vivo para ser comigo pelas formigas, que foram bem tratados por Toussaint e que, assim que tiveram oportunidade, recomeçaram as velhas crueldades; por esses não preciso desperdiçar nem uma lágrima e nem uma gota de tinta. A tragédia foi dos negros e dos mulatos. Aquela não era uma política e sim uma vingança, e a vingança não tem lugar na política. Os brancos não precisavam mais ser temidos, e esses massacres sem propósito degradam e brutalizam uma população, principalmente uma que estava começando a constituir uma nação e que tinha um passado tão amargo atrás de si. O povo não queria o massacre: tudo o que desejava era liberdade, e a independência parecia prometer essa liberdade. Christophe e outros gerais desaprovavam energicamente. Se os britânicos e americanos tivessem tomado o partido da humanidade, Dessalines teria se curvado. Da forma que se passou, o Haiti sofreu terrivelmente com o isolamento resultante.⁴⁹⁹

O fato é que a independência da primeira nação dirigida por negros e mulatos nas Américas abalou as regiões escravistas gerando um medo racional nos proprietários de escravizados. Além disso, a história do Haiti “impulsionou uma revolução na consciência dos negros em todo o Novo Mundo” e serviu de prova contra os ideais racistas que imputavam aos africanos e seus descendentes a inexorável inferioridade.⁵⁰⁰ Dessa forma, grupos de escravizados puderam assimilar de diversas maneiras o significado das lutas por liberdade em São Domingos que muitas vezes influenciou revoltas e levantes.

Na Bahia, mesmo não existindo revoltas evocando diretamente a ilha caribenha, foi possível perceber como até meados do século XIX⁵⁰¹ o Haiti era do conhecimento dos diferentes

⁴⁹⁸ Laurent Dubois, *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*, Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2004, pp. 298-301.

⁴⁹⁹ C.L.R James, *Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*, São Paulo: Boitempo, 2000, pp. 338.

⁵⁰⁰ Eugene Genovese, *Da Rebelião à Revolução*, São Paulo: Global Editora, 1983, pp. 95-97.

⁵⁰¹ O Haiti ainda esteve presente nos jornais baianos da segunda metade do XIX, mais comumente com notícias de golpes e revoltas. Ver exemplos em: *O Monitor*, Bahia, 24 out. 1876, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/docreader/704008/470>, *O Monitor*, 31 ago. 1878, p. 2, *Diário da Bahia*, Bahia, 5 jan. 1882, p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, <http://memoria.bn.br/DocReader/801097/13>, *Diário da Bahia*, Bahia, 9 jan. 1889, p. 2.

grupos sociais, incluindo os escravizados, e estava presente nas discussões públicas através dos periódicos. Os jornais, como vimos, não eram uníssonos, mas poderiam utilizar da retórica sobre o Haiti para corroborar suas mais diversas perspectivas. A utilização dessa retórica era plural e adaptável diante das conjunturas e dos interesses específicos, de qualquer modo, a maioria das notícias sobre a antiga São Domingos enalteciam a destruição da ilha após a independência, o caráter anárquico da revolução e a influência haitiana na promoção de guerras raciais e revoltas de escravizados.

O assassinato dos brancos pelos membros da nova nação haitiana foi uma ação difícil de ser esquecida nas lembranças sobre o Haiti, mesmo implicitamente. Até meados do dezenove na Bahia, o apelo às consequências revolucionárias da ilha poderia ser eficaz nos discursos diversos dos escravistas, abolicionistas, monarquistas ou republicanos. Portanto, não nos interessa comprovar uma veracidade nas retóricas envolvendo o Haiti, mas sim em como elas puderam ser usadas, a despeito do medo real ou fabricado.

Para as elites letradas estudadas neste trabalho, partir desse axioma intrinsecamente ligado ao medo das revoltas escravas e da guerra de raças significava, na maioria das vezes, uma ótima justificativa para fundamentar os mecanismos de repressão contra uma parte da população. Por meio do caráter político contido nas acusações de “haitianismo” e “Sociedade Gregoriana”, por exemplo, é mais fácil perceber como isso ocorreu, mesmo que seja na tentativa de deslegitimar um boato que prejudicou as eleições da Guarda Nacional.

Quanto aos debates sobre a escravidão e o republicanismo, essa percepção se consolida ao constatar que o Haiti é rememorado como um problema ligado aos africanos e seus descendentes. Antes da Lei Eusébio de Queiroz, os jornais escravistas poderiam demonstrar seu temor de um “novo Haiti” por causa das ações abolicionistas e das prejudiciais ideias de liberdade, como verificamos no *Correio Mercantil*, que evitou ao máximo conexões diretas das Antilhas com o Brasil. Enquanto os abolicionistas poderiam se lançar em defesa da emancipação gradual através do fim do tráfico, alegando prováveis consequências similares às de São Domingos na entrada massiva de escravizados no país.

Decerto, as retóricas em torno do Haiti enfraqueceram-se no decorrer do oitocentos, contudo não significou que a imprensa deixou de utilizar de artifícios como esses para fortalecer seus argumentos e defender interesses específicos. No século XX podemos verificar a existência de outros mecanismos, diferentes, mas com finalidades semelhantes. O medo da ameaça comunista, verificado também em alguns periódicos, “foi um discurso que serviu para

justificar ações, projetos, alianças e acordos”, além de instituir “um clima de perigo, de ameaça e insegurança para uma parcela da sociedade”.⁵⁰²

Dito isso, não é possível afirmar o simples caráter fictício de argumentos como o haitianismo e o anticomunismo sem levar em consideração o receio de uma parte da população, em particular aquela que utiliza desses meios para se informar e conseqüentemente formar sua opinião. Atualmente ainda é possível perceber em alguns meios de comunicação a utilização de retóricas envolvendo o medo em relação a uma parte da população? Se o racismo, como um dos modos de estender o poder do Estado sobre toda a sociedade, constitui um complexo imaginário social reforçado também pelos meios de comunicação, como afirma Sílvia Almeida, a incitação ao medo pode ser nesse caso uma ferramenta útil.⁵⁰³

Dessa forma, as retóricas envolvendo o medo podem ser utilizadas na justificativa do encarceramento em massa, somando em 2020 mais de 750 mil pessoas encarceradas, dentre as quais pelo menos 66,3% são negras,⁵⁰⁴ e no assassinato da população periférica pelas intervenções policiais, correspondendo em 2020 a 6.416 pessoas mortas, uma média de mais de 17 mortes por dia, sendo 79% corpos negros. Em um ano marcado pela pandemia do Covid-19, 2020 também representou, desde o início do monitoramento em 2013, o pico de assassinatos promovidos pelos policiais civis e militares.⁵⁰⁵ Além disso, ainda pode ser somado a “guerra as drogas” que, a despeito de toda a moralidade, nada mais é do que “uma guerra contra os pobres e, particularmente, contra as populações negras”.⁵⁰⁶

Ao refletir sobre o medo como mecanismo de retórica atualmente, concluímos que pode ser uma prática facilmente atrelada ao racismo, que é sempre estrutural, pois integra a organização política e econômica da sociedade.⁵⁰⁷ Por fim, se é possível termos esperança, relembremos a conclusão de Ti Noel, personagem do romance *O reino deste mundo*, de Alejo Carpentier, que depois de uma longa jornada ao redor dos efeitos da Revolução Haitiana, se viu velho e cansado, porém ainda capaz de acreditar em um futuro melhor, especialmente em razão da longínqua ancestralidade africana revelada pelos seus heróis.

⁵⁰² Erinaldo Cavalcanti, “Medo, comunismo e repressão em tempos de ditadura militar: Pernambuco (1964 – 1968)” in Erinaldo Cavalcanti e Gilmária Salviano Ramos (orgs.), *A história e suas práticas de escrita: narrativas e documentos*, Recife: Editora UFPE, pp. 25-50.

⁵⁰³ Sílvia Almeida, *Racismo Estrutural*, São Paulo: Pólen Livros, 2019, pp. 30-41.

⁵⁰⁴ Disponível no anuário brasileiro de segurança pública 2021, <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>.

⁵⁰⁵ As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020. Disponível no anuário brasileiro de segurança pública, <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/4-as-mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-no-brasil-em-2020.pdf>.

⁵⁰⁶ Almeida, *Racismo Estrutural*, pp. 42.

⁵⁰⁷ Almeida, *Racismo Estrutural*, pp. 15.

Ti Noel gastara sua herança, e apesar de ter chegado à extrema miséria, deixava a mesma herança recebida. Era um corpo de carne já vivida. E compreendia, agora, que o homem nunca sabe por quem sofre e espera. Sofre, espera e trabalha para pessoas que nunca conhecerá e que, por sua vez, sofrerão e esperarão e trabalharão por outros que também não serão felizes, pois o homem deseja sempre uma felicidade muito além da porção que lhe foi outorgada. Mas a grandeza do homem consiste precisamente em querer melhorar a si mesmo, a impor-se Tarefas. No Reino dos Céus não há grandeza a conquistar, pois lá toda a hierarquia já está estabelecida, a incógnita solucionada, o viver sem fim, a impossibilidade do sacrificio, do repouso, do deleite. Por isso, esmagado pelos sofrimentos e pelas Tarefas, belo na sua miséria, capaz de amar em meio às calamidades, o homem poderá encontrar sua grandeza, sua máxima medida, no Reino deste Mundo.⁵⁰⁸

⁵⁰⁸ Alejo Carpentier, *O Reino Deste Mundo*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1985, pp. 55-56.